

MONS. MARCEL LEFEBVRE

CARTA ABERTA AOS CATÓLICOS PERPLEXOS

“Série Cadernos PERMANÊNCIA”

“A ordem social cristã se situa no oposto das teorias marxistas que jamais causaram, em todas as partes do mundo onde foram postas em prática, senão a miséria, o esmagamento dos mais fracos, o desprezo do homem e a morte...”

“Esta ordem cristã se distingue, com toda a certeza também, dos regimes liberais fundados na separação da Igreja e do Estado e cuja impotência em superar as crises se afirma cada vez mais. Como poderiam após estarem voluntariamente privados d'Aquele que é a luz dos homens? Como poderiam reunir as energias dos cidadãos, uma vez que não têm mais outro ideal a propor-lhes, senão o bem estar e o conforto? Eles puderam entreter a ilusão durante certo tempo porque os povos conservavam hábitos de pensamento cristãos e seus dirigentes mantinham mais ou menos conscientemente alguns valores. “Na época das “reconsiderações”, as referências implícitas à vontade de Deus desaparecem; os sistemas liberais abandonados a si mesmos não sendo mais acionados por alguma idéia superior, extenuam-se, tornando-se uma presa fácil para as ideologias subversivas. Há vinte anos, o liberalismo conquistou também a Igreja e é por isso que os católicos estão perplexos. Nova missa, nova teologia dos sacramentos, novo catecismo, novo direito canônico... É uma nova religião que se instala?”

Dom Lefebvre responde a esta pergunta com uma lógica impecável apoiando-se no ensinamento constante da Igreja que não pertence ao passado e que não é perecível pois: “não há aqui nem passado, nem presente, nem futuro, a Verdade é de todos os tempos, ela é eterna.”

**Edição fora de comércio
Feita por Editora Permanência
Rua Cosme Velho, 1204
Rio de Janeiro**

**Traduzido do original
francês por João Carlos
Cabral de Menezes.**

**Direitos reservados
à Editions Albin Michel
22, Rue Huyghent 75014 - Paris**

Que os católicos deste final do século XX estejam perplexos, quem o negará? Que o fenômeno seja relativamente recente, correspondendo aos vinte últimos anos da História da Igreja, basta observar o que sucede para estar persuadido disto. Há pouco tempo, o caminho estava inteiramente traçado; ou se seguia ou não. Tinha-se a fé, ou então se tinha perdido, ou ainda jamais se tivera. Mas quem a possuía, quem havia entrado na santa Igreja pelo batismo, renovado suas promessas pela idade de onze anos, recebido o Espírito Santo no dia de sua confirmação, este sabia o que devia crer e o que devia fazer.

Hoje, muitos não mais o sabem. Ouvem-se nas igrejas tantos ditos estarrecedores, lêem-se tantas declarações contrárias ao que tinha sido sempre ensinado, que a dúvida se insinuou nos espíritos.

No dia 30 de junho de 1968, encerrando o Ano da Fé, S.S. Paulo VI fazia, diante de todos os bispos presentes em Roma e de centenas de milhares de fiéis uma profissão de fé católica. Em seu preâmbulo, ele prevenia cada um deles contra os danos causados à doutrina pois, dizia, “seria engendrar, como infelizmente se vê hoje, a perturbação e a perplexidade de muitas almas fiéis”.

A mesma palavra se encontra numa alocução de S.S. João Paulo II a 6 de fevereiro de 1981: “Os cristãos de hoje em grande parte, se sentem perdidos, confusos, perplexos e mesmo decepcionados.” O Santo Padre resumia as causas deste fato da seguinte maneira:

“De todos os lados espalharam-se idéias que contradizem a verdade que foi revelada e sempre ensinada. Verdadeiras heresias foram divulgadas nos domínios do dogma e da moral, suscitando dúvidas, confusão, rebelião. A própria liturgia foi violada. Mergulhados num “relativismo” intelectual e moral, os cristãos são tentados por um iluminismo vagamente moralista por um cristianismo sociológico, sem dogma definido e sem moralidade objetiva.” Esta perplexidade se manifesta a todo o instante nas conversas, nos escritos, nos jornais, nas emissões radiofônicas ou televisionadas, no comportamento dos católicos, traduzindo-se este último numa diminuição considerável da prática como o testemunham as estatísticas, uma desafeição relativamente à missa e aos sacramentos, um relaxamento geral dos costumes.

Foi-se levado a perguntar, por conseguinte, o que provocou um tal estado de coisas. A todo efeito corresponde uma causa. É a fé dos homens que diminuiu, por um eclipse da generosidade da alma, um apetite de gozo, uma atração pelos prazeres da vida e pelas múltiplas distrações que oferece o mundo moderno? Não são estas as verdadeiras razões, elas sempre existiram dum modo ou de outro; a queda rápida da prática religiosa provém antes do espírito novo que se introduziu na Igreja e que lançou a suspeita sobre um passado inteiro de vida eclesiástica, de ensino e de princípios de vida. Tudo isto se fundava sobre a fé imutável da Igreja, transmitida pelos catecismos que eram reconhecidos por todos os episcopados.

A fé se estabelecia sobre certezas. Abalando-as, semeou-se a perplexidade.

Tomemos um exemplo: a Igreja ensinava — e o conjunto dos fiéis acreditava — que a religião católica era a única verdadeira. Com efeito, ela foi fundada pelo próprio Deus, enquanto que as outras religiões são obra dos homens. Em consequência disto o cristão deve evitar toda relação com as falsas religiões e de outra parte, fazer tudo para trazer os seus adeptos à religião de Cristo.

Isto é ainda verdadeiro? Com toda a segurança. A verdade não pode mudar, senão jamais teria sido verdade. Nenhum dado novo, nenhuma descoberta teológica ou

científica — se é que podem existir descobertas teológicas — jamais fará com que a religião católica não seja mais o único caminho da salvação.

Mas eis que o próprio papa assiste a cerimônias religiosas destas falsas religiões, reza e prega nos templos de seitas heréticas. A televisão espalha no mundo inteiro as imagens destes contatos estupefacentes. Os fiéis não compreendem mais.

Lutero — e eu tornarei a isto nas páginas que seguem — separou da Igreja povos inteiros, transtornou a Europa espiritual e politicamente, arruinando a hierarquia católica, o sacerdócio católico, inventando uma falsa doutrina da salvação, uma falsa doutrina dos sacramentos. Sua revolta contra a Igreja será o modelo seguido por todos os futuros revolucionários que lançarão a desordem na Europa e no mundo. É impossível, quinhentos anos mais tarde, fazer dele, como alguns quereriam, um profeta ou um doutor da Igreja, quando não um santo.

Ora, se eu leio a *Documentation Catholique*¹ ou as revistas diocesanas, encontro escrito aí, pela pena da Comissão mista católico-luterana, oficialmente reconhecida pelo Vaticano I:

“Entre as idéias do concílio Vaticano II, onde se pode ver um acolhimento dos postulados de Lutero, se acham por exemplo:

— a descrição da Igreja como “Povo de Deus” (idéia mestra do novo direito canônico: idéia democrática e não mais hierárquica);

— o acento colocado sobre o sacerdócio de todos os batizados;

— o compromisso em favor do direito da pessoa à liberdade em matéria de religião.

Outras exigências que Lutero tinha formulado em seu tempo podem ser consideradas como sendo satisfeitas na teologia e na prática da Igreja de hoje: o emprego da língua vulgar na liturgia, a possibilidade da comunhão sob as duas espécies e a renovação da teologia e da celebração da Eucaristia.”

Que confissão considerável! Satisfazer às exigências de Lutero, que se mostrou o inimigo resoluto e brutal da missa e do papa! Dar acolhimento aos postulados do blasfemador que dizia: “Eu afirmo que todos os lupanares, os homicídios, os roubos, os adultérios são menos maus que esta abominável missa!” Desta reabilitação tão aberrante não se pode tirar senão uma conclusão: ou se deve condenar o concílio Vaticano II que a autorizou, ou se deve condenar o concílio de Trento e todos os papas que, desde o século XVI, declararam o protestantismo herético e cismático.

Compreende-se que diante de uma tal reviravolta os católicos estejam perplexos. Mas eles têm tantos motivos de o estar! No decurso dos anos presenciaram a transformação do fundo e da forma das práticas religiosas que os adultos tinham conhecido na primeira parte de sua vida. Nas igrejas, os altares foram destruídos ou mudados de destino em proveito de uma mesa, freqüentemente móvel ou encaixada. O tabernáculo não ocupa mais o lugar de honra, na maior parte das vezes; foi dissimulado sobre um sustentáculo e posto ao lado: onde ele ficou no centro o sacerdote ao rezar a missa, lhe volta as costas. Celebrante e fiéis face a face, dialogando em conjunto. Qualquer um pode tocar os vasos sagrados, freqüentemente substituídos por cestos, pratos, tigelas de louça; leigos, inclusive mulheres, distribuem a comunhão que se recebe na mão. O Corpo de Cristo é tratado com uma falta de reverência que insinua a dúvida sobre a realidade da transubstanciação.

Os sacramentos são administrados dum modo que varia conforme os lugares; tomarei como exemplos a idade do batismo e da confirmação, o da bênção nupcial

¹ La Documentation Catholique, 3 de julho de 1983, n.º 1085, pp. 696-697.

acompanhada de cantos e de leituras que nada têm a ver com a liturgia, tomadas de empréstimo a outras religiões ou de uma literatura decididamente profana, quando não exprimem simplesmente idéias políticas.

O latim, língua universal da Igreja, e o gregoriano desapareceram de um modo quase geral. A totalidade dos cânticos foi substituída por cantigas modernas, nas quais não é raro encontrar os mesmos ritmos que os dos lugares de prazer.

Os católicos ficaram surpresos também pelo brusco desaparecimento do hábito eclesiástico, como se os sacerdotes e as religiosas tivessem vergonha de aparecer com tais.

Os pais que enviam seus filhos ao catecismo verificam que não mais se lhes ensinam as verdades da fé, mesmo as mais elementares: a Santíssima Trindade, o mistério da Encarnação, a Redenção, o pecado original, a Imaculada Conceição. Daí se origina um sentimento de profunda confusão: tudo isto não é mais verdade, está caduco, “ultrapassado”? As próprias virtudes cristãs não são mais mencionadas; em que manual de catequese, por exemplo, se fala da humildade, da castidade, da mortificação? A fé se tornou um conceito flutuante, a caridade uma espécie de solidariedade universal e a esperança é sobretudo a esperança num mundo melhor.

Tais novidades não são aquelas que, na ordem humana, aparecem com o tempo, às quais nos habituamos, a que assimilamos depois de um primeiro período de surpresa e de hesitação. No decorrer da vida de um homem, muitas maneiras de comportamento se transformam; se eu fosse ainda missionário na África dirigir-me-ia para lá de avião e não mais de navio quando não fosse senão pela dificuldade de encontrar uma companhia marítima que fizesse ainda o trajeto. Neste sentido pode-se dizer que é preciso viver com o seu tempo e ademais se está obrigado a isso.

Mas os católicos aos quais se quis impor novidades na ordem espiritual e sobrenatural em virtude do mesmo princípio, compreenderam bem que isto não era possível. Não se muda o Santo Sacrifício da Missa, os sacramentos instituídos por Jesus Cristo, não se muda a verdade revelada uma vez por todas, não se substitui um dogma por outro.

As páginas que vão seguir quereriam responder às questões que vós vos pondeis, vós que conhecestes uma outra face da Igreja. Elas quereriam também esclarecer os jovens nascidos depois do concílio e aos quais a comunidade católica não oferece o que eles têm direito de esperar dela. Desejaria, enfim, dirigir-me aos indiferentes ou aos agnósticos que a graça de Deus tocará num dia ou noutro mas que correm o risco de encontrar então igrejas sem sacerdotes e uma doutrina que não corresponde às aspirações de sua alma.

E ademais é com toda a evidência, uma questão que interessa a todo o mundo, se se julga pelo interesse que nisto demonstra a imprensa de informação geral, em particular em nosso país. Os jornalistas também dão mostras de perplexidade. Alguns títulos ao acaso: “O cristianismo vai morrer?”, “Haverá ainda sacerdotes no ano 2000?”

A estas perguntas eu quero responder, não trazendo de minha parte teorias novas, mas me referindo à Tradição ininterrupta e entretanto tão abandonada nestes anos que a muitos leitores ela aparecerá como qualquer coisa de novo.

II

Preciso dissipar logo de início um mal-entendido, de maneira a não ter mais que retornar ao assunto: eu não sou um chefe de movimento, muito menos o chefe de uma Igreja particular. Não sou, como não cessam de escrever, “o chefe dos tradicionalistas”.

Chegou-se a qualificar certas pessoas de “lefevristas” como se se tratasse de um partido ou de uma escola. É um abuso de linguagem.

Não tenho doutrina pessoal em matéria religiosa. Eu me ative toda a minha vida ao que me foi ensinado nos bancos do seminário francês de Roma, a saber, a doutrina católica segundo a transmissão que dela fez o magistério de século em século, desde a morte do último apóstolo, que marca o fim da Revelação.

Não deveria haver nisso um alimento próprio a satisfazer o apetite do sensacional que experimentam os jornalistas e através deles a opinião pública atual. No entanto, toda a França ficou em alvoroço no dia 29 de agosto de 1976 ao saber que eu ia rezar missa em Lille. Que haveria de extraordinário no fato de um bispo celebrar o Santo Sacrifício? Tive de pregar diante de uma platéia de microfones e cada um de meus ditos era saudado como uma declaração retumbante. Mas que dizia eu a mais do que poderia dizer qualquer outro bispo? Ah, eis aí a chave do enigma: os outros bispos, desde um certo número de anos, não diziam mais as mesmas coisas. Ouviste-os freqüentemente falar do reinado social de Nosso Senhor Jesus Cristo, por exemplo?

Minha aventura pessoal não cessa de me surpreender: estes bispos, na sua maioria, foram meus discípulos em Roma, formados do mesmo modo. E eis que repentinamente eu me encontrava inteiramente só. Eles tinham mudado, renunciavam ao que tinham aprendido. Eu, que nada tinha inventado, continuava o mesmo. O cardeal Garrone chegou a dizer-me num dia: “Enganaram-nos, no seminário francês de Roma.” Enganaram-nos em quê? Não havia ele, antes do concílio, feito as crianças de seu catecismo recitar milhares de vezes, o ato de fé: “Meu Deus, eu creio firmemente em todas as verdades que revelastes e que nos ensinais por meio de Vossa Igreja, porque Vós não podeis nem Vos enganar nem nos enganar”?

Como todos estes bispos puderam metamorfosear-se desta maneira? Vejo uma explicação no seguinte: eles permaneceram na França, deixaram-se infectar lentamente. Na África eu estava protegido. Regressei justamente no ano do concílio; o mal já estava feito. O Vaticano II não fez mais do que abrir as comportas que retinham a onda destruidora.

Num abrir e fechar de olhos, antes mesmo do encerramento da quarta sessão, sucedia a derrocada. Tudo ou quase tudo ia ser levado de roldão e, para começar, a prece.

O cristão, que tem o sentido e o respeito de Deus, fica chocado pela maneira como o fazem rezar hoje em dia. Qualificaram-se de “repetições enfadonhas” as fórmulas aprendidas de cor, não mais as ensinam às crianças, elas não figuram nos catecismos, à exceção do Padre-Nosso, numa nova versão de inspiração protestante que obriga ao tratamento por tu. Tratar a Deus por tu de um modo sistemático não é sinal de uma grande reverência e não salienta o gênio de nossa língua que nos oferece um tratamento diferente, conforme nos dirigimos a um superior, a um parente, a um companheiro. Neste mesmo Padre-Nosso post-conciliar, pede-se a Deus que não nos “submeta à tentação”, expressão pelo menos equívoca, ao passo que nossa tradução francesa tradicional constitui um aperfeiçoamento em relação à fórmula latina calcada bastante e inabilmente no hebraico. Que progresso houve aí? O tratamento por tu invadiu o conjunto da liturgia vernácula; o *novo missal dos domingos* o emprega dum modo exclusivo e obrigatório,

sem que se vejam as razões de uma tal mudança tão contrária aos costumes e à cultura franceses.

Fizeram-se testes nas escolas católicas com crianças de doze e treze anos. Só alguns sabiam de cor o Padre-Nosso, em francês, naturalmente, outros poucos a sua Ave Maria. Com cerca de uma ou duas exceções, estas crianças ignoravam o Símbolo dos Apóstolos, o “Eu pecador”, os atos de fé, de esperança, de caridade e de contrição, o “Angelus”, o “Lembraí-vos”... Como saberiam ele tudo isto, uma vez que a maior parte nem mesmo jamais ouviu falar deles? A oração deve ser “espontânea”; é preciso falar a Deus sem preparação, diz-se agora, e se desdenha a maravilhosa pedagogia da Igreja que cinzelou todas estas preces às quais os maiores santos recorreram.

Quem encoraja ainda os cristãos a fazer a oração da manhã e da noite em família, a recitar o “Benedicite” e as “Graças”? Soube que em numerosas escolas católicas não se quer mais rezar no início das aulas tomando como pretexto que existem alunos não crentes ou pertencentes a outras religiões e que não se deve chocar sua consciência nem ostentar sentimentos triunfalistas. Dão-se congratulações por acolher nestas escolas uma grande maioria de não-católicos e mesmo de não-cristãos e por nada fazer para conduzi-los a Deus. Os alunos católicos, estes, devem ocultar sua fé sob o pretexto de respeitar as opiniões de seus colegas.

A genuflexão não é mais praticada a não ser por um número restrito de fiéis; foi substituída por uma inclinação de cabeça ou, às mais das vezes, por absolutamente nada. Entra-se numa igreja e senta-se. A mobília foi trocada, os genuflexórios transformados em lenha, em muitos lugares se colocaram poltronas idênticas às das salas de espetáculo, o que permite de resto, instalar mais confortavelmente o público, enquanto que as igrejas são utilizadas para concertos. Citou-se-me o caso duma capela do Santíssimo Sacramento, numa grande paróquia parisiense, onde um certo número de pessoas, que trabalhavam nos arredores, vinha fazer uma visita na hora do almoço. Um dia ela foi fechada por causa de trabalhos; quando reabriu suas portas, os genuflexórios tinham desaparecido, sobre uma moqueta confortável haviam disposto bancos estofados e muito fofos de um preço certamente elevado e comparáveis aos que se podem encontrar no vestíbulo das grandes sociedades ou das companhias aéreas. O comportamento dos fiéis mudou logo; uns se punham de joelhos sobre a moqueta, mas a maior parte se instalava comodamente e meditava de pernas cruzadas diante do tabernáculo. Havia certamente no espírito do clero desta paróquia uma intenção; não se fazem arranjos custosos sem refletir no que se pratica. Verifica-se uma vontade de modificar as relações do homem com Deus no sentido da familiaridade, da desenvoltura, como se se tratasse com Ele de igual para igual. Como se persuadir, se se suprimem os gestos que materializam a “virtude de religião”, de que se está na presença do Criador e do Soberano Senhor de todas as coisas? Não se corre também o risco de diminuir o sentimento de Sua Presença real no tabernáculo?

Os católicos estão outrossim desorientados pela idéia preconcebida de banalidade e mesmo de vulgaridade que se lhes impõe nos lugares de culto, dum modo sistemático. Taxou-se de triunfalismo tudo o que concorria para a beleza dos edifícios e para o esplendor das cerimônias. A decoração deve aproximar-se do cenário quotidiano, do “vivido”. Nos séculos de fé se oferecia a Deus o que se possuía de mais precioso; é na igreja da vila que se podia ver o que justamente não pertencia ao universo quotidiano: peças de ourivesaria, obras de arte, tecidos finos, rendas, bordados, estátuas da Santíssima Virgem coroada de jóias. Os cristãos faziam sacrifícios financeiros para honrar o Altíssimo com o que tinham de melhor. Tudo isto concorria para a oração, ajudava a alma a elevar-se; é um proceder natural ao homem: quando os reis magos se dirigiram ao pobre presépio de Belém, eles levaram ouro, mirra e incenso. Brutalizam-se os católicos fazendo-os rezar numa ambiência trivial, em “salas polivalentes” que não se distinguem

de nenhum outro lugar público, ficando às vezes mesmo aquém deste. Aqui e ali, abandona-se uma magnífica igreja gótica ou românica para construir ao lado uma espécie de hangar despojado e triste, ou então se organizam “eucaristias domésticas” em salas de refeição e até em cozinhas. Falou-se-me de uma destas, celebrada na residência de um defunto na presença de sua família e de seus amigos; após a cerimônia, tirou-se o cálice e, sobre a mesma mesa, coberta com a mesma toalha, se preparou uma refeição. Durante este tempo, a algumas centenas de metros, os pássaros estavam sós a cantar os louvores do Senhor, em torno da igreja do século XIII ornada de vitrais magníficos. Aqueles dentre vós, leitores, que conheceram o anteguerra, se recordam certamente do fervor das procissões de Corpus-Christi, com os múltiplos altares, os cantos, os turíbulos, o ostensório resplandecente levado pelo sacerdote à luz do sol, debaixo do pálio bordado a ouro, os estandartes, as flores, as campainhas. O sentido de adoração nascia na alma das crianças e nela se incrustava para toda a vida. Este aspecto primordial da oração parece muito negligenciado. Falar-se-á ainda da evolução necessária, dos novos hábitos de vida? Os embaraços do trânsito de veículos não impedem as manifestações de rua, os que delas participam não experimentam nenhum respeito humano para exprimir suas opiniões políticas ou suas reivindicações justas ou não. Por que somente Deus seria posto de lado? Por quê apenas os cristãos deveriam abster-se de render-Lhe o culto público que Lhe é devido?

O desaparecimento quase total na França das procissões não tem por origem uma desafeição dos fiéis. Ele foi prescrito pela nova pastoral que, não obstante, avança sem cessar a pesquisa duma “participação ativa do Povo de Deus”. Em 1969 um pároco de Oise era destituído por seu bispo depois de ter recebido a proibição de organizar a procissão tradicional de Corpus Christi; mesmo assim a procissão se realizou e atraiu duas vezes mais pessoas do que a vila possuía de habitantes. Dir-se-á que a nova pastoral, aliás em contradição neste ponto, com a Constituição conciliar sobre a Santa Liturgia, se afina com as aspirações profundas dos cristãos que se mantêm apegados a tais formas de piedade?

Em troca, o que se lhes propõe? Pouca coisa, pois o serviço do culto se reduziu rapidamente. Os padres não celebram mais o Santo Sacrifício todos os dias, e concelebram o resto do tempo, o número das missas diminuiu em grandes proporções. No campo é praticamente impossível assistir à missa durante a semana; no domingo é necessário tomar uma condução para se dirigir à localidade à qual cabe a vez de receber o sacerdote do “setor”. Numerosas igrejas da França foram definitivamente fechadas, outras não se entreabrem senão algumas vezes por ano. Como a isto se acrescentava a crise de vocações, ou antes a crise do acolhimento que lhes é dado, a prática religiosa se tornou mais difícil de ano para ano. As grandes cidades são, em geral, melhor servidas, mas na maior parte do tempo é impossível comungar, por exemplo nas primeiras sextas-feiras ou nos primeiros sábados do mês. Não se deve mais pensar, naturalmente, em missa diária; em muitas paróquias citadinas elas se celebram por encomenda, para um grupo determinado em hora combinada com ele e de tal sorte que o transeunte ao entrar casualmente se sente estranho a uma celebração recheada de alusões às atividades e à vida do grupo. Lançou-se o descrédito sobre o que se chamou de celebrações individuais em oposição às celebrações comunitárias; na realidade, a comunidade se fragmentou em pequenas células; não é raro verem-se sacerdotes celebrar em casa de um cristão comprometido em atividades de ação católica ou em outras, na presença de alguns militantes. Ou então o horário do domingo de manhã se encontra repartido entre as diferentes comunidades lingüísticas: missa portuguesa, missa francesa, missa espanhola... Numa época onde as viagens ao estrangeiro se multiplicaram, os católicos são levados a assistir a missas nas quais eles não compreendem uma palavra sequer, e isto ainda que se lhes faça entender que não é possível rezar sem “participar”. Como

fariam eles?

Não mais missas ou então muito poucas, não mais procissões, não mais visitas ao Santíssimo Sacramento, não mais vésperas... A oração em comum foi reduzida à sua expressão mais simples. Mas quando o fiel superou as dificuldades de horários e de deslocamentos, que encontra ele para matar sua sede espiritual? Falarei mais adiante da liturgia e das graves alterações que ela sofre, mantenhamo-nos por agora mais no exterior das coisas, nas formas desta oração comum. Muito freqüentemente o clima das “celebrações” choca o senso religioso dos católicos. É a intrusão dos ritmos profanos com todas as espécies de instrumentos de percussão, a guitarra, o saxofone. Um músico responsável pela música sagrada numa diocese do norte da França escrevia, apoiado por numerosas personalidades eminentes do mundo musical: “A despeito das apelações correntes, a música destes cantos não é moderna: este estilo musical não é novo, mas se praticava em lugares e ambientes muito profanos (cabarés, “music-hall”, freqüentemente por danças mais ou menos lascivas expressas ridiculamente com nomes estrangeiros)... foi-se levado ao balanceio, ou “swing”: todos têm o desejo de se agitar. Eis aí uma “expressão corporal” certamente estranha à nossa cultura ocidental, pouco favorável ao recolhimento e cujas origens são turvas... Na maior parte do tempo nossas assembléias, que já experimentam tanta aflição por não se igualarem aos negros e aos cambaios numa medida de 6/8, não respeitam o ritmo exato, e a bateria falha: então não se tem mais o desejo de se agitar, mas o ritmo se torna informe e faz acentuar ainda mais a pobreza habitual da linha melódica.”

Como fica a oração nisto tudo? Felizmente parece que em mais de um lugar se voltou a costumes menos bárbaros. Então se é submetido, se se quer cantar, às produções dos organismos oficiais especializados na música de igreja, pois não é questão de utilizar a maravilhosa herança dos séculos passados. As melodias habituais, sempre as mesmas, são de uma inspiração muito medíocre. Os trechos mais elaborados, executados por corais, se ressentem da influência profana, excitam mais a sensibilidade do que penetram na alma, como faz o cantochão; as palavras inventadas de todas as peças com um vocabulário novo, como se um dilúvio tivesse destruído, há uma vintena de anos, todos os antifonários nos quais, mesmo querendo fazer coisa nova, se se poderia ter inspirado, adotam o estilo do momento e logo saem da moda, não são mais compreensíveis depois de um espaço de tempo muito curto. Inumeráveis discos destinados à “animação” das paróquias difundem paráfrases de salmos, que se têm aliás como tais e que suplantam o texto sagrado de inspiração divina. Por que não cantar os próprios salmos?

Apareceu uma novidade há pouco tempo: cartazes afixados na entrada das igrejas diziam: “Para louvar a Deus, batei palmas.” Então, no decurso da celebração, a um sinal do animador, os assistentes levantam os braços acima da cabeça e batem palmas em cadência, com entusiasmo, produzindo um estrépito insólito no recinto do santuário. Este gênero de inovação, sem ligações com nossos hábitos mesmo profanos, que tenta implantar um gesto artificial na liturgia, sem dúvida não terá futuro; ele contribui não obstante, para desencorajar os católicos e aumenta a sua perplexidade. Poderíamos abster-nos de freqüentar as “Gospel Nights”, mas que fazer quando estas práticas desoladoras se apoderam das raras missas de domingo?

A pastoral de conjunto, segundo o termo adotado, constrange o fiel a gestos novos, cuja utilidade ele não percebe, que vão contra a sua natureza. É preciso, antes de qualquer coisa, que tudo se faça de maneira coletiva, com mudanças de palavra, mudanças de evangelho, mudanças de objetivos, com apertos de mão. O povo segue relutando, como demonstram as cifras; as últimas estatísticas acusam uma nova baixa, entre 1977 e 1983, na freqüência à Comunhão, enquanto que a oração pessoal conhece

uma ligeira ascensão.² A pastoral de conjunto portanto, não conquistou o povo católico. Eis o que leio num boletim paroquial da região parisiense:

“Há dez anos, a missa das nove e meia possuía, de vez em quando, um estilo um pouco particular, no sentido de que a proclamação do Evangelho era seguida de uma troca pela qual os fiéis se reencontravam em grupos de uma dezena. De fato, na primeira vez que se tentou uma tal celebração, 69 pessoas constituíram grupos de troca, 138 ficaram à parte. Poder-se-ia pensar que com a ajuda do tempo, este fato se iria modificando. Não aconteceu nada disso.”

A equipe paroquial organizou então uma reunião para saber se continuariam ou não as “missas com troca”. Compreende-se que, tendo dois terços dos paroquianos resistido até então às novidades post-conciliares, não tenham sido encantados por estas conversas improvisadas em plena missa. Como é difícil ser católico hoje! A liturgia francesa, mesmo sem “troca”, atordoia os assistentes sob um fluxo de palavras, muitos se queixam de não poder rezar durante a missa. Então, quando rezarão eles?

Os cristãos desconcertados vêm propor-se-lhes receitas que são sempre aprovadas pela hierarquia contanto que elas se afastem da espiritualidade católica. O yoga e o zen são as mais estranhas. Orientalismo desastroso que coloca a piedade em caminhos falsos, pretendendo conduzir a uma “higiene da alma”. Quem falará também dos danos da expressão corporal, degradação da pessoa ao mesmo tempo que exaltação do corpo, contrária à elevação para Deus? Estas modas novas introduzidas até nos mosteiros de contemplativos, com muitas outras, são extremamente perigosas e dão razão àqueles que ouvimos dizer: “Mudam a nossa religião.”

² Sondagem MADAME FIGARO/SOFRES, setembro de 1983.

A primeira pergunta feita era: Comungais uma vez por semana ou mais?

Uma vez por mês, mais ou menos? O que responde mais ou menos à assistência à missa, visto que todos hoje comungam.

As respostas afirmativas passaram de 16% a 9%.

III

Tenho debaixo dos olhos fotografias publicadas por jornais católicos e que representam a missa tal como ela é rezada com bastante freqüência. A respeito da primeira, eu tenho dificuldade em compreender de qual momento do Santo Sacrifício se trata. Atrás de uma mesa ordinária de madeira que não tem aspecto muito conveniente, sem qualquer toalha a cobri-la, dois personagens de paletó e gravata elevam ou apresentam, um deles um cálice, o outro um cibório. A legenda me diz que são sacerdotes, dos quais um é capelão federal da Ação católica. Do mesmo lado da mesa, junto do primeiro celebrante, duas moças de calças compridas; junto do segundo, dois rapazes de camisa esportiva. Uma guitarra está apoiada num tamborete.

Outra fotografia: a cena se passa no canto de um compartimento que poderia ser a sala de um centro de jovens. O padre está de pé, com um hábito branco de Taizé diante de um banco de vaqueiro que serve de altar; vê-se uma grande tigela de argila e um pequeno copo do mesmo material, bem como dois cotos de vela acesos. Cinco jovens vestidos de tailleurs estão sentados no chão, e um deles dedilha a guitarra.

Terceira foto, referente a um acontecimento ocorrido há alguns anos: a vigilância marítima de alguns ecologistas que queriam impedir as experiências atômicas francesas na ilha de Mururoa. Há entre eles um sacerdote que celebra a missa na cobertura do barco, em companhia de dois outros homens. Todos os três estão de short, apresentando-se um deles, de resto, com o peito nu. O padre ergue a hóstia, sem dúvida para a elevação. Ele não está nem de pé nem ajoelhado, mas sentado ou antes recostado numa super-estrutura da embarcação.

Um traço comum se depreende destas imagens escandalosas: a Eucaristia foi rebaixada ao nível dum ato corriqueiro, na vulgaridade do ambiente, dos instrumentos utilizados, das atitudes, dos trajés. Ora, as revistas ditas católicas, vendidas nos mostruários das igrejas não apresentam mais estas fotografias para criticar tais maneiras de proceder mas ao contrário, para recomendá-las. *La Vie* julga mesmo que isso não é suficiente. Utilizando, conforme o seu hábito, trechos de cartas de leitores para dizer o que ela pensa sem se comprometer, escreve: “A reforma litúrgica deveria ir mais longe... As repetições desnecessárias, as fórmulas sempre repisadas, toda esta ordenação freia uma verdadeira criatividade.” O que deveria ser a missa? O seguinte: “Nossos problemas são múltiplos, nossas dificuldades crescem e a Igreja parece estar ausente. Frequentemente se sai da missa enfadado; há como um deslocamento entre nossa vida, nossas preocupações do momento, e o que se nos propõe a viver no domingo.”

Certamente se sai enfadado duma missa que se esforçou em descer ao nível dos homens em lugar de elevá-los para Deus e que mal compreendida, não permite superar os “problemas”. O encorajamento a ir ainda mais longe traduz uma vontade deliberada de destruir o sagrado. Despoja-se assim o cristão de alguma coisa que lhe é necessária, à qual ele aspira, pois é levado a honrar e a reverenciar tudo o que tem uma relação com Deus. Quanto mais a matéria do Sacrifício destinada a tornar-se o Seu corpo e o Seu sangue! Porque confeccionar hóstias cinzentas ou marrons deixando uma parte de sua sêmea? Quer-se fazer esquecer a expressão supressa no novo ofertório: *hanc immaculatam hostiam*, esta hóstia imaculada?

Não obstante esta não é senão uma inovação menor. Ouve-se falar freqüentemente da consagração de pedaços de pão comum, fermentado, em lugar do trigo puro prescrito e cujo emprego exclusivo foi ainda lembrado recentemente na instrução *Inaestimabile donum*. Estando todos os limites transpostos, viu-se mesmo um bispo americano recomendar a confecção de bolinhas com leite, ovos, levedura, mel e margarina. A dessacralização se estende às pessoas consagradas ao serviço de Deus, com o

desaparecimento do traje eclesiástico para os sacerdotes e as religiosas, o uso apenas dos nomes próprios, o tratamento por tu, o modo de vida secularizado em nome dum novo princípio e não, como se tenta fazer crer, por necessidades práticas. Aduzo, como prova disto, estas religiosas que abandonaram o seu claustro para morar em apartamentos alugados em cidades, fazendo assim uma dupla despesa, que deixam o véu e devem arcar com os gastos em idas regulares ao cabeleireiro.

A perda do sagrado conduz também ao sacrilégio. Um jornal do oeste da França nos informa que o concurso nacional de balizas se realizou, em 1980, na Vendeia. Houve uma missa durante a qual as balizas dançaram, distribuindo algumas delas, em seguida, a comunhão. E o que mais é, a cerimônia foi coroada com uma dança em roda, da qual participou o celebrante com paramentos sacerdotais. Não tenho a intenção de estabelecer aqui um catálogo dos abusos que se encontram, mas de dar alguns exemplos mostrando porque os católicos de hoje têm toda a razão de estarem perplexos e mesmo escandalizados. Não revelo nenhum segredo, a própria televisão se encarrega de difundir nos lares, durante a emissão de domingo de manhã, a desenvoltura inadmissível que bispos ostentam publicamente em relação ao Corpo de Cristo, como nesta missa televisada de 22 de novembro de 1981, na qual o cibório foi substituído por cestos que os fiéis passavam uns para os outros e que acabaram por serem postos no chão com o que restava das Sagradas Espécies.

Em Poitiers, na Sexta-feira Santa do mesmo ano, uma concelebração com grande aparato consistiu em consagrar promiscuamente pães e pichéis de vinho sobre mesas aonde cada um se vinha servir.

Os concertos de música profana organizados nas igrejas são agora generalizados. Aceita-se mesmo emprestar os lugares de culto para audições de música rock, com todos os excessos que elas acarretam habitualmente. Igrejas e catedrais foram entregues à orgia, à droga, às imundícies de toda a espécie e não é o clero local que efetuou cerimônias expiatórias, mas grupos de fiéis justamente revoltados com estes escândalos. Como é que os bispos e padres que os favoreceram não receiam atrair sobre si e sobre o conjunto de seu povo a maldição divina? Ela apareceu já na esterilidade que castiga as suas obras. Tudo se perde, se desorganiza porque o Santo Sacrifício da Missa, profanado como está, não dá mais a graça nem mais a transmite.

O menosprezo da presença real de Cristo na Eucaristia é o fato mais flagrante pelo qual se exprime o espírito novo, que não é mais católico. Sem chegar até os excessos espalhafatosos de que eu acabo de falar, é todos os dias que isto se verifica. O concílio de Trento explicitou sem dúvida possível que Nosso Senhor está presente nas menores partículas da hóstia consagrada. Sendo assim, que pensar da comunhão na mão?

Quando se serve duma patena, mesmo se as comunhões são pouco numerosas, nela ficam sempre partículas. Por conseguinte, estas partículas ficam agora nas mãos dos fiéis. Em vista disto a fé se abala em muitas pessoas, sobretudo nas crianças.

A nova maneira não pode ter senão uma explicação: se se vem à missa para partir o pão da amizade, da refeição comunitária, da fé comum, então é normal que não se tomem precauções excessivas. Se a Eucaristia é um símbolo materializando a simples lembrança de um acontecimento passado, a presença espiritual de Nosso Senhor, é inteiramente lógico que haja pouca preocupação com as migalhas que podem cair no chão. Mas se se trata da presença do próprio Deus, de nosso Criador, como o quer a fé da Igreja, como compreender que se admita uma tal prática e até que se encoraje, a despeito de documentos romanos bem recentes ainda?

A idéia que se esforça por inculcar assim é uma idéia protestante contra a qual se rebelam os católicos ainda não contaminados. Para melhor impô-la, obrigam-se os fiéis a

comungar de pé.

É conveniente que se vá receber sem o menor sinal de respeito ou de consolação, a Cristo diante do qual, como diz São Paulo, se dobra todo o joelho no céu, na terra e nos infernos? Muitos sacerdotes não se ajoelham mais diante da Sagrada Eucaristia; o novo rito da missa os encoraja a isso. Para tal não vejo senão duas razões possíveis: ou um imenso orgulho que nos faz tratar a Deus como se fôssemos seus iguais ou a certeza de que Ele não está realmente na Eucaristia.

Estou movendo um processo de intenção contra a pretensa “Igreja conciliar”? Não, eu nada invento. Escutai como se exprime o decano da faculdade de teologia de Estrasburgo:

“Fala-se também da presença dum orador, dum ator, designando com isto uma qualidade diferente de um simples “estar lá” topográfico. Enfim qualquer um pode estar presente por uma ação simbólica que não realiza fisicamente, mas que outros efetuam por fidelidade criadora à sua intenção profunda. Por exemplo, o festival de Bayreuth realiza, sem dúvida, uma presença de Ricardo Wagner, que é bem superior em intensidade àquela que podem manifestar obras ou concertos ocasionais consagrados ao músico. É nesta última perspectiva que convém situar a presença eucarística de Cristo.”

Comparar a missa ao festival de Bayreuth! Não, decididamente, não estamos de acordo nem nas palavras nem na música.

IV

Para preparar o Congresso eucarístico de 1981 foi distribuído um questionário cuja primeira pergunta era esta:

“Dentre estas duas definições: “Santo Sacrifício da Missa” e “Refeição eucarística”, qual adotais espontaneamente?” Haveria muito a dizer sobre esta maneira de interrogar os católicos deixando-lhes de algum modo a escolha e fazendo apelo a seu julgamento pessoal num assunto onde a espontaneidade nada tem a fazer. Não se escolhe sua definição de missa como se escolhe um partido político.

Ai! A insinuação não resulta duma imperícia do redator deste questionário. É preciso convencer-se disto: a reforma litúrgica tende a substituir a noção e a realidade do Sacrifício pela realidade duma refeição. É assim que se fala de celebração eucarística, de Ceia, mas o termo “Sacrifício” é muito menos evocado; ele desapareceu quase totalmente dos manuais de catequese bem como da pregação. Está ausente do Canon nº. 2 dito de Santo Hipólito.

Esta tendência se une àquela que nós verificamos a propósito da Presença real; se não há mais sacrifício, não há mais necessidade de vítima. A vítima está presente em vista do sacrifício. Fazer da missa uma refeição memorial, uma refeição fraterna é o erro dos protestantes. Que aconteceu no século XVI? Precisamente o que está para suceder hoje. Eles substituíram imediatamente o altar por uma mesa, suprimiram o crucifixo colocado sobre aquele, e fizeram o “presidente da assembléia” voltar-se para os fiéis. O cenário da Ceia protestante se encontra em *Pedras Vivas*, a compilação composta pelos bispos da França e que todas as crianças dos catecismos devem utilizar obrigatoriamente: “Os cristãos se reúnem para celebrar a Eucaristia. É a missa... Eles proclamam a fé da Igreja, rezam pelo mundo inteiro, oferecem o pão e o vinho... O sacerdote que preside à assembléia diz a grande oração de ação de graças...”

Ora, na religião católica é o sacerdote que celebra a missa, é ele que oferece o pão e o vinho. A noção de presidente é tomada de empréstimo ao protestantismo. O vocabulário segue a transformação dos espíritos. Dizia-se antigamente: “Dom Lustiger celebrará uma missa pontifical.” Foi-me relatado que na Rádio Notre-Dame, a frase utilizada presentemente é: “João Maria Lustiger presidirá a uma concelebração.”

Eis como se fala da missa numa brochura editada pela Conferência dos bispos suíços:

“A refeição do Senhor realiza primeiramente a comunhão com Cristo. É a mesma comunhão, que Jesus realizava durante sua vida terrestre sentando-se à mesa com os pecadores, que continua na refeição eucarística desde o dia da Ressurreição. O Senhor convida Seus amigos a se reunirem e estará presente entre eles.”

Pois bem, todo o católico está obrigado a responder dum modo categórico: Não! A missa não é isto. Não é a continuação duma refeição semelhante àquela para a qual Nosso Senhor convidou São Pedro e alguns discípulos em uma manhã, à beira do lago, após a Sua ressurreição: “Quando saltaram em terra, viram umas brasas preparadas e um peixe em cima e pão... Disse-lhes Jesus: “Vinde, almoçai” nenhum dos discípulos, sabendo que era o Senhor, ousava perguntar-lhe: “Quem sois vós”. Jesus chega, toma o pão, deu-lho, e igualmente do peixe” (João XXI, 9-13).

A comunhão do sacerdote e dos fiéis é uma comunhão com a vítima que se ofereceu sobre o altar do sacrifício. Este é maciço, de pedra; se não o é, contém ao menos a pedra d'ara que é uma pedra sacrificial. Nela se incrustaram as relíquias dos mártires, porque eles ofereceram o seu sangue pelo seu Mestre. Esta comunhão do

sangue de Nosso Senhor com o sangue dos mártires nos encoraja a oferecer também as nossas vidas.

Se a missa é uma refeição, eu compreendo porque o padre se volta para os fiéis. Não se preside a uma refeição dando as costas aos convivas. Mas um sacrifício se oferece a Deus, não aos assistentes. É por esta razão que o padre, à testa dos fiéis, se volta para Deus, para o crucifixo que domina o altar.

Insiste-se em qualquer ocasião no que o *Novo Missal dos domingos* chama “o relato da instituição”. O Centro Jean-Bart, centro oficial do bispado de Paris declara: “No coração da missa há um relato.” Ainda uma vez. Não! A missa não é uma narração, é uma ação.

Três condições indispensáveis existem para que ela seja a continuação do Sacrifício da Cruz: a oblação da vítima, a transubstanciação que a torna presente efetivamente e não simbolicamente, a celebração por um sacerdote que toma o lugar do Sacerdote principal que é Nosso Senhor e que deve ser consagrado por seu sacerdócio.

Assim a missa pode alcançar a remissão dos pecados. Um simples memorial, um relato da instituição acompanhado de uma refeição estaria longe de ser suficiente para isto. Toda a virtude sobrenatural da missa provém de sua relação com o Sacrifício da Cruz. Se não se acredita mais nisto, não se acredita mais em nada da Igreja, esta não tem mais razão de ser, não se deve pretender mais ser católico. Lutero havia compreendido muito bem que a missa é o coração, a alma da Igreja. Ele dizia: “Destruamos a missa e teremos destruído a Igreja.”

Ora, nós percebemos que o *Novus Ordo Missae*, isto é, a nova regulamentação adotada após o concílio, se alinha sobre concepções protestantes, ou pelo menos se aproxima perigosamente delas. Para Lutero a missa pode ser um sacrifício de louvor, ou seja, um ato de louvor, de ação de graças, mas não certamente um sacrifício propiciatório que renova e aplica o Sacrifício da Cruz. Para ele o Sacrifício da Cruz se realizou num momento determinado da história; é prisioneiro desta história, nós não nos podemos aplicar os méritos de Cristo a não ser pela nossa fé em sua morte e em sua ressurreição. Ao contrário, a Igreja afirma que este sacrifício se realiza misticamente, de uma maneira incruenta, pela separação do corpo e do sangue sob as espécies do pão e do vinho. Esta renovação permite aplicar aos fiéis presentes os méritos da cruz, perpetuar esta fonte de graças no tempo e no espaço. O Evangelho de São Mateus termina com estas palavras: “E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos.”

A diferença de concepção não é pequena. Não obstante fazem-se esforços para reduzi-la, pela alteração da doutrina católica, e desta alteração se podem observar numerosos sinais na liturgia.

Lutero dizia: “O culto se dirigia a Deus como uma homenagem, de agora em diante ele se dirigirá ao homem para consolá-lo e iluminá-lo. O sacrifício ocupava o primeiro lugar, o sermão vai suplantá-lo”. Isto significava a introdução do culto do homem, e na igreja, a importância dada à “liturgia da palavra”. Abramos os novos missais, esta revolução se realizou neles. Uma leitura foi acrescentada às duas que existiam, bem como uma “prece universal” utilizada freqüentemente para transmitir idéias políticas ou sociais; contando com a homilia, termina-se num desequilíbrio em proveito da palavra. Acabado o sermão, a missa está bem perto de seu fim.

Na Igreja, o sacerdote é marcado por um caráter indelével que faz dele um “alter Christus”; só ele pode oferecer o Santo Sacrifício. Lutero considera a distinção entre clérigos e leigos como “a primeira muralha elevada pelos romanistas”; todos os cristãos são sacerdotes, o pastor não faz senão exercer uma função presidindo a “missa evangélica”. No novo “ordo”, o “eu” do celebrante foi substituído pelo “nós”; escreve-se

por toda a parte que os fiéis “celebram”, são associados aos atos cultuais, lêem a Epístola, eventualmente o Evangelho, distribuem a comunhão, fazem por vezes a homilia, que pode ser substituída por uma troca em pequenos grupos sobre a Palavra de Deus”, reúnem-se com antecedência, para “estabelecer” a celebração do domingo. Mas isto não passa de uma etapa; há numerosos anos ouve-se emitir pelos responsáveis de organismos episcopais proposições deste gênero: “não são os ministros, mas é a assembléia que celebra” (Fichas do Centro nacional de pastoral litúrgica) ou “A assembléia é o sujeito principal da liturgia”; o que conta não é mais o “funcionamento dos ritos, mas a imagem que a assembléia se dá a si própria e as relações que se instauram entre os concelebrantes” (P. Gelineau, artífice da reforma litúrgica e professor no Instituto Católico de Paris). Se é a assembléia que conta, compreende-se que as missas particulares sejam mal consideradas, o que faz com que os sacerdotes não as rezem mais, pois é cada vez menos fácil encontrar uma assembléia sobretudo durante a semana. É uma ruptura com a doutrina invariável: a Igreja tem necessidade da multiplicação dos Sacrifícios da missa tanto para a aplicação do Sacrifício da Cruz como para todos os fins que lhe são assinalados: adoração, ação de graças, propiciação³ e impetração.⁴

Isto não é ainda suficiente, o objetivo de vários é eliminar decididamente o sacerdote, o que dá lugar às famosas ADAP (Assembléias dominicais na ausência do padre). Poder-se-ia conceber três fiéis reunindo-se para rezar em conjunto de modo a honrar o dia do Senhor; ora, estas ADAP são na realidade uma espécie de missas “em branco”, às quais só falta a consagração, e ainda, como se pode ler num documento do Centro regional de estudos sócio-religiosos de Lille, somente porque “até nova ordem os leigos não têm o poder de executar este ato”. A ausência do padre pode ser desejada “a fim de que os fiéis aprendam a desembaraçar-se por si mesmos. O P. Gelineau em *Liturgia amanhã*, escreve que as ADAP não passam de uma “transição pedagógica até que as mentalidades tenham mudado” e conclui com uma lógica embaraçadora que há ainda sacerdotes demais na Igreja, “demais sem dúvida para que as coisas evoluam depressa”.

Lutero suprimiu o ofertório: por quê oferecer a Hóstia pura e sem mácula se não há mais sacrifício? No novo “ordo” francês o ofertório é praticamente inexistente; aliás ele não tem mais este nome. O *novo missal dos domingos* fala de “orações de apresentação”. A fórmula utilizada lembra mais uma ação de graças, um agradecimento pelos frutos da terra. Para se dar conta disto basta compará-la com as fórmulas tradicionalmente empregadas pela Igreja, onde aparece claramente o fim propiciatório e expiatório do sacrifício, “que vos ofereço... pelos meus inumeráveis pecados, ofensas e negligências; por todos os assistentes e por todos os cristãos vivos e defuntos; a fim de que a mim e a eles aproveite este sacrifício para a vida eterna. Elevando o cálice o sacerdote diz em seguida: Senhor, nós vos oferecemos o cálice de vossa redenção e imploramos a vossa misericórdia que ele suba como suave perfume à presença de vossa divina majestade, pela salvação nossa e de todo o mundo.”

Que resta disto na missa nova? O seguinte: Bendito és Deus do universo, tu que nos dás este pão, fruto da terra e do trabalho dos homens. Nós t'o apresentamos; ele se tornará o pão da vida”, e igualmente para o vinho que se tornará “o vinho do Reino eterno”. De que serve acrescentar um pouco mais longe: “Lavai-me de minhas faltas, Senhor, purificai-me de meu pecado” e: “Que sacrifício, neste dia, encontra graça diante de ti”? Qual pecado? Qual sacrifício? Que ligação pode fazer o fiel entre esta apresentação vaga das oferendas e a redenção que ele está habilitado a esperar? Eu

³ Ação de tornar Deus propício.

⁴ Ação de obter as graças e as bênçãos divinas.

colocarei uma outra questão: porque substituir um texto claro e cujo sentido é completo por uma seqüência de frases enigmáticas mal ligadas entre si? Se se experimenta a necessidade de mudança, esta deve ser para melhorar. Estas poucas menções que parecem retificar a insuficiência das “orações de apresentação” fazem ainda pensar em Lutero, que se aplicava a arranjar as transições. Ele conservava o mais possível as cerimônias antigas limitando-se a mudar-lhes o sentido. A missa mantinha em grande parte seu aparato exterior, o povo encontrava nas igrejas quase o mesmo cenário, quase os mesmos ritos, com retoques feitos para agradar-lhe, pois doravante se dirigia a ele muito mais do que anteriormente; tinha ademais consciência de contar com alguma coisa no culto, tomava nele uma parte mais ativa pelo canto e pela oração em voz alta. Pouco a pouco o latim dava lugar definitivamente ao alemão.

Tudo isto não vos faz lembrar de nada? Lutero se inquieta igualmente em criar novos cânticos para substituir “todos os estribilhos da papistaria”; as reformas tomam sempre um ar de revolução cultural.

No novo “ordo”, a parte mais antiga do Canon romano, que remonta à idade apostólica, foi remanejada para aproximá-la da fórmula consecratória luterana, com um acréscimo e uma supressão. A tradução francesa a extrapolou alterando a significação das palavras “pro multis”. Em lugar de “meu sangue... que será derramado por vós e por um grande número”, nós lemos: “que será derramado por vós e pela multidão”. O que não significa a mesma coisa e que teologicamente não é neutro.

Vós pudestes notar que a maior parte dos padres pronuncia hoje sem parar a parte principal do Canon que começa por “Na véspera de sua paixão ele tomou o pão em suas santas e veneráveis mãos...” sem fazer a pausa incluída pela rubrica do missal romano: “Segurando com as duas mãos a hóstia entre o indicador e o polegar ele pronuncia as palavras da Consagração em voz baixa mas distinta e atentamente sobre a hóstia.” O tom muda, ele se torna intimativo, as cinco palavras “*Hoc est enim Corpus mesm*” operam o milagre da transubstanciação, do mesmo modo que as que são ditas para a consagração do vinho. O novo missal convida o celebrante a manter o tom narrativo, como se ele procedesse, efetivamente, a um memorial. Sendo a criatividade de regra, vêem-se certos oficiantes recitar o seu texto mostrando a hóstia à roda ou mesmo partindo-a com ostentação para ajuntar o gesto às palavras e ilustrar melhor a sua narração. Tendo sido supressas duas genuflexões dentre quatro, e omitindo-se por vezes as que restaram, tem-se o direito de se perguntar se o sacerdote possui mesmo o sentido de consagrar, supondo que tenha realmente a intenção de fazê-lo.

E então, de católicos perplexos vós vos tornais católicos inquietos: a missa à qual acabais de assistir era válida? A hóstia que recebestes era verdadeiramente o corpo de Cristo?

É um grave problema. Como pode o fiel julgar a respeito? Existem para a validade duma missa condições essenciais: a matéria, a forma, a intenção e o sacerdote validamente ordenado. Se se preenchem as condições, não se vê como se poderia deduzir a invalidade. As orações do ofertório, do Canon e da Comunhão do sacerdote são necessárias à integridade do sacrifício e do sacramento, mas não à sua validade. O cardeal Mindzenty, pronunciando “clandestinamente” na sua prisão as palavras da Consagração sobre um pouco de pão e de vinho para nutrir-se do corpo e do sangue de Nosso Senhor sem ser percebido pelos seus guardas efetuou certamente o sacrifício e o sacramento. Uma missa celebrada com os bolinhos com mel do bispo americano de que já falei é certamente inválida, como aquela em que as palavras consecratórias fossem gravemente alteradas ou mesmo omitidas. Eu não invento nada: chamou a atenção o caso dum celebrante que, tendo feito um tal uso da criatividade, muito simplesmente se esqueceu da Consagração. Mas como aquilatar a intenção do sacerdote? Que haja

sempre menos missas válidas, à medida que a fé dos sacerdotes se corrompe e que eles não têm mais a intenção de fazer o que sempre fez a Igreja — pois a Igreja não pode mudar de intenção — é evidente.

A formação atual daqueles que são chamados seminaristas não os prepara para celebrar missas válidas. Não se lhes ensina mais a considerar o Santo Sacrifício como a obra essencial de sua vida sacerdotal.

De outra parte pode-se dizer sem nenhum exagero que a maior parte das missas, celebradas sem pedra d'ara, com utensílios vulgares, pão fermentado, introdução de palavras profanas no próprio corpo do Canon, etc., são sacrílegas e pervertem a fé ao mesmo tempo que a diminuem. A dessacralização é tal que estas missas podem chegar a perder seu caráter sobrenatural, o “mistério da fé”, para não serem mais do que atos de religião natural.

Vossa perplexidade assume talvez a forma seguinte: posso assistir a uma missa sacrílega mas que entretanto é válida, na falta de outra e para satisfazer à obrigação dominical? A resposta é simples: estas missas não podem ser objeto duma obrigação; devem-se-lhes aplicar as regras da teologia moral e do direito canônico no que concerne à participação ou à assistência a uma ação perigosa para a fé ou eventualmente sacrílega.

A nova missa, mesmo dita com piedade e no respeito às normas litúrgicas, cai sob o golpe das mesmas reservas, uma vez que ela está impregnada de espírito protestante. Ela traz em si um veneno prejudicial à fé. Posto isto, o católico francês de hoje reencontra as condições de prática religiosa que são as dos países de missão. Nestes, os habitantes de certas regiões não podem assistir à missa senão três ou quatro vezes por ano. Os fiéis de nosso país deveriam fazer o esforço de assistir uma vez por mês à missa de sempre, verdadeira fonte de graças e de santificação, num dos lugares onde ela continua a ser estimada.

Com efeito, eu devo na verdade dizer e afirmar sem medo de me enganar que a missa codificada por S. Pio V — e não inventada por ele como se dá a entender freqüentemente — exprime claramente estas três realidades: sacrifício, presença real e sacerdócio dos padres. Ela tem em conta também, como precisou o concílio de Trento, a natureza do homem, que tem necessidade de alguns auxílios exteriores para elevar-se à meditação das coisas divinas. Os usos estabelecidos não o foram ao acaso, não se pode atropelá-los ou aboli-los de modo súbito, impunemente. Quantos fiéis, quantos jovens sacerdotes, quantos bispos perderam a fé desde a adoção das reformas! Não se contrariam a fé e a natureza sem que elas se vinguem.

Mas justamente, afirmam-nos, o homem não é mais o mesmo que há um século atrás; sua natureza foi modificada pela civilização técnica na qual ele está imerso. Que absurdo! Os inovadores se acautelam bem de revelar aos fiéis o seu desejo de alinhamento com o protestantismo. Invocam um outro argumento: a mudança. Eis o que se explica na escola teológica noturna de Estrasburgo:

“Nós devemos reconhecer hoje que estamos em presença duma verdadeira mutação cultural. Uma certa maneira de celebrar o memorial do Senhor estava ligada a um universo religioso que não é mais o nosso.” Está dito em poucas palavras e tudo desaparece. É preciso recomeçar da estaca zero. Tais são os sofismas de que se servem para fazer-nos mudar a nossa fé. O que é um “universo religioso”? Seria melhor falar francamente e dizer: “uma religião que não é mais a nossa”.

V

Os católicos que na verdade sentem que se operam transformações radicais têm dificuldades em resistir à propaganda insistente, comum a todas as revoluções. Dizem-lhes: “Vós não aceitais a mudança, mas a vida consiste na mudança. Mantendes-vos no fixismo, o que era bom há cinquenta anos não convém mais à mentalidade atual nem ao gênero de vida que temos. Vós vos apegais ao vosso passado, não sois capazes de mudar vossos hábitos.” Muitos se submeteram à reforma para não incorrer nesta censura, não encontrando os argumentos suscetíveis de preservá-los de acusações infamantes: “Vós sois retrógrados, passadistas, não viveis com o vosso tempo.”

O cardeal Ottaviani dizia já dos bispos: “Eles têm medo de parecer velhos.”

Mas nós jamais recusamos certas mudanças, certas adaptações que testemunham a vitalidade da Igreja. Em matéria litúrgica, não é a primeira reforma à qual assistem homens da minha idade: eu acabava justamente de nascer quando São Pio X se preocupava em introduzir melhoramentos, especialmente dando mais importância ao ciclo temporal, antecipando a idade da primeira comunhão para as crianças e restaurando o canto litúrgico que havia conhecido um obscurecimento. Pio XII, em seguida, reduziu a duração do jejum eucarístico em razão das dificuldades inerentes à vida moderna, autorizou pelo mesmo motivo a celebração da missa vespertina, recolocou o ofício da vigília pascal na noite do Sábado santo, remodelando ofícios da semana santa. João XXIII mesmo fez alguns retoques, antes do concílio, no rito chamado de S. Pio V.

Mas nada disto se aproximava de perto ou de longe daquilo que se realizou em 1969, a saber uma nova concepção da missa.

Censuram-nos também por nos apegarmos a fórmulas exteriores e secundárias como o latim. É, proclama-se, uma língua morta que ninguém compreende, como se o povo cristão a compreendesse mais nos séculos XVII ou XIX. Que negligência teria mostrado a Igreja, segundo eles, esperando tanto tempo para suprimi-las! Eu penso que ela possuía as suas razões. Não se deve admirar que os católicos experimentem a necessidade de uma maior compreensão dos textos admiráveis nos quais eles haurem seu alimento espiritual, nem que desejem associar-se mais intimamente à ação que se desenrola sob os seus olhos. Entretanto não seria satisfazer-lhes adotar as línguas vernáculas do princípio ao fim do Santo Sacrifício. A leitura em francês da Epístola e do Evangelho constitui um melhoramento, e é praticada, quando isto convém, em São Nicolau du Chardonnet, como também nos priorados da Fraternidade que fundei. Quanto ao resto, o que se ganharia, seria fora de proporção com o que se perderia. Pois a compreensão dos textos não é o fim último da prece nem o único meio de pôr a alma em oração, isto é, em união com Deus. Se se dá uma atenção demasiadamente grande ao sentido dos textos, isto pode mesmo ser um obstáculo. Eu me admiro que não o compreendam enquanto se prega ao mesmo tempo uma religião do coração, menos intelectual, mais espontânea. A união com Deus se obtém ora por meio de um canto religioso e celeste, ora por uma ambiência geral da ação litúrgica, pela piedade e o recolhimento do lugar, sua beleza arquitetônica, pelo fervor da comunidade cristã, pela dignidade e piedade do celebrante, pela decoração simbólica, pelo perfume do incenso, etc.

Contanto que a alma se eleve, pouco importa por qual degrau o faça. Disto fará experiência qualquer um que abrir a porta duma abadia beneditina que conservou o culto divino em todo o seu esplendor.

Isto não diminui em nada a necessidade de buscar uma melhor compreensão das orações, das preces e dos hinos assim como uma participação mais perfeita; mas é um

erro querer chegar aí pelo emprego puro e simples da língua vernácula e pela supressão total da língua universal da Igreja, infelizmente consumada quase em toda a parte do mundo. Basta ver o sucesso das missas, celebradas no entanto segundo o novo ordo nas quais se mantiveram o canto do Credo do “Sanctus” e do “Agnus Dei”.

Pois o latim é uma língua universal. Ao empregá-lo, a liturgia nos forma para uma comunhão universal, isto é, católica. Pelo contrário localizando-se, individualizando-se, ela perde esta dimensão que marca profundamente as almas.

Para evitar cometer tal erro, bastava observar os ritos orientais nos quais as ações litúrgicas se exprimem, há muito tempo, na língua vulgar. Ora, aí se verifica um isolamento o qual os membros destas comunidades sofrem. Quando elas se dispersam fora de seu país de origem têm necessidade de sacerdotes que lhes sirvam para a missa, para os sacramentos, para toda a espécie de cerimônia: elas constroem igrejas especiais que as colocam, por força das circunstâncias, à parte do resto do povo católico.

Tiram eles proveito disto? Não apareceu de um modo evidente que a língua litúrgica particular as tenha tornado mais fervorosas e mais praticantes do que aquelas que se beneficiam de um idioma universal, não entendido por muitos, talvez, mas suscetível de tradução.

Se observarmos fora da Igreja, como o Islão conseguiu assegurar sua coesão enquanto ele se espalhava em regiões tão diferentes e entre povos de raças tão diversas como a Turquia, a África do Norte, a Indonésia ou a África negra? Impondo por toda parte o árabe como língua única do Corão. Na África eu via os marabus fazerem crianças aprender de cor os capítulos do Corão dos quais elas não podiam compreender uma palavra sequer. E o que é mais, o Islão chega até a interditar a tradução de seu Livro santo. É de bom tom atualmente admirar a religião de Maomé à qual se sabe, se converteram milhares de franceses, fazer coleta nas igrejas para construir mesquitas na França.

Houve bastante cautela entretanto de não se inspirar no único exemplo que podia ser retido: a persistência numa língua única para a oração e para o culto.

O fato de ser o latim uma língua morta prega a favor de sua manutenção: ela é o melhor meio de proteger a expressão da fé contra as adaptações lingüísticas que ocorrem naturalmente no decurso dos séculos. O estudo da semântica foi muito difundido há uma dezena de anos, e mesmo introduzido nos programas de francês dos colégios. Um dos objetos da semântica não é a mudança de significação das palavras, as variações de sentido observadas na sucessão dos tempos e freqüentemente em períodos muito curtos? Tiremos então partido desta ciência para compreender o perigo de confiar o depósito da fé a modos de dizer que não são estáveis. Credes que se teria podido conservar durante dois milênios sem corrupção alguma, a formulação das verdades eternas, intangíveis, com línguas evoluindo sem cessar e diferentes segundo os países e mesmo segundo as regiões? As línguas vivas são mutáveis e instáveis. Se se confia a liturgia ao idioma do momento, será preciso adaptá-lo continuamente, tendo em conta a semântica. Nada de estranho que se devam constituir sem cessar novas comissões e que os sacerdotes não tenham mais tempo de dizer a missa.

Quando fui ver Sua Santidade Paulo VI em Castelgandolfo em 1976, eu lhe disse: “Não sei se vós sabeis, Santíssimo Padre, que existem atualmente treze preces eucarísticas oficiais na França.” O papa então elevou os braços para o céu e me respondeu: “Mas bem mais, senhor bispo, bem mais!” Fui então levado a me propor uma questão: existiriam tantas se os liturgistas fossem obrigados a compô-las em latim? Além destas fórmulas postas em circulação após terem sido impressas cá e lá, seria necessário falar também dos cânons improvisados pelo sacerdote no momento da celebração e de

todos os incidentes que ele introduz desde a “preparação penitencial” até a “despedida da assembléia”. Credes que isto sucederia se ele devesse officiar em latim?

Uma outra forma exterior contra a qual se levantou toda uma opinião, é o uso da batina não tanto nas igrejas ou para as visitas ao Vaticano, como também na vida de cada dia. A questão não é essencial, mas tem grande importância. Cada vez que o papa lembrou isto — e João Paulo II por sua parte o fez com insistência — elevaram-se protestos indignados nas fileiras do clero. Eu lia num diário parisiense as declarações feitas a este propósito por um padre de vanguarda: “É folclore... Na França, o uso duma vestimenta reconhecível não tem sentido, pois não há nenhuma necessidade de se reconhecer um padre na rua. Ao contrário a batina ou o “clergyman” provoca aversão. O padre é um homem como todos os outros. Certamente, ele preside à Eucaristia”.

Este “presidente” exprimia ali idéias contrárias ao Evangelho e às realidades sociais mais verificadas. Em todas as religiões, os chefes religiosos usam distintivos. A antropologia da qual se faz muito caso, aí está para atestá-lo. Entre os muçulmanos se vêem utilizar vestimentas diferentes, colares e anéis. Os budistas se vestem com uma túnica tingida de açafrão e raspam a cabeça de um certo modo. Podem-se notar nas ruas de Paris e de outras grandes cidades jovens ligados a esta doutrina e cujo modo de trajar não suscita nenhuma crítica.

A batina assegura especificação do clero, do religioso ou da religiosa, como o uniforme a do militar ou do mantenedor da paz. Com uma diferença porém: estes, retomando o comportamento civil, se tornam cidadãos como os outros, enquanto que o sacerdote deve conservar sua veste distintiva em todas as circunstâncias da vida social. Com efeito o caráter sagrado que ele recebeu na ordenação fá-lo viver no mundo sem ser do mundo. Lemos isto em São João: “Vós não sois do mundo... minha escolha vos tirou do mundo” (XV, 19). Sua veste deve ser distinta e ao mesmo tempo escolhida num espírito de modéstia, de discrição e de pobreza.

Uma segunda razão é o dever do padre de dar testemunho de Nosso Senhor: “Vós sereis minhas testemunhas”, “não se coloca o castiçal debaixo do alqueire”. A religião não é para ser acantonada nas sacristias, como decretaram há muito tempo os dirigentes dos países do Leste, Cristo mandou-nos exteriorizar a nossa fé, torná-la visível por um testemunho que deve ser visto e compreendido por todos. O testemunho da palavra, certamente mais essencial para o sacerdote que o do traje, é todavia grandemente facilitado pela manifestação muito clara do sacerdócio que é o uso da batina.

A separação entre a Igreja e o Estado, aceita, estimada por vezes como o melhor estatuto, fez o ateísmo penetrar pouco a pouco em todos os domínios da atividade e nos permite bem verificar que bom número de católicos e mesmo de sacerdotes não têm mais uma idéia exata do lugar da religião católica na sociedade civil. O laicismo invadiu tudo.

O sacerdote que vive numa sociedade deste gênero tem a impressão crescente de ser estranho a ela, e depois de ser incômodo, de ser a testemunha dum passado votado ao desaparecimento. Sua presença é tolerada, e nada mais, ao menos é assim que ele a considera. Daí o seu desejo de se alinhar pelo mundo laicizado, de se confundir com a massa. Falta a este tipo de padre ter viajado a países menos descrentizados que o nosso. Falta-lhe sobretudo uma fé profunda no seu sacerdócio.

É também avaliar mal o senso religioso que ainda existe. Supõe-se dum modo inteiramente gratuito que aqueles perto dos quais nos encontramos nas relações de negócios ou no trato casual são arreligiosos. Os jovens sacerdotes que saem de Ecône e todos aqueles que não sacrificaram à corrente do anonimato o verificam todos os dias. Aversão? É inteiramente contrário. As pessoas os abordam nas ruas, nas plataformas das estações para falar-lhes; freqüentes vezes é simplesmente para expressar-lhes sua

alegria em ver sacerdotes. Na Igreja nova se preconiza o diálogo. Como iniciá-los se nós começamos por dissimular-nos aos olhos dos possíveis interlocutores? Nas ditaduras comunistas o primeiro cuidado dos donos da situação foi interditar o uso da batina; isto faz parte dos meios destinados a sufocar a religião. Deve-se acreditar que o inverso é também verdadeiro. O padre que se apresenta como tal por sua aparência exterior é uma pregação viva. A ausência de sacerdotes reconhecíveis numa grande cidade denota um grave recuo da pregação do Evangelho; é a continuação da obra nefasta da Revolução e das leis de separação.

Acrescentemos que a batina preserva o padre do mal, impõe-lhe uma atitude, lembra-lhe a todo instante sua missão sobre a terra, defende-o das tentações. Um sacerdote de batina não tem crise de identidade. Os fiéis, quanto a eles, sabem com quem tratam; a batina é uma garantia da autenticidade do sacerdócio. Católicos me falaram da dificuldade que eles experimentavam em se confessar com um padre de jaquetão, tendo impressão de confiar a um qualquer os segredos de sua consciência. A confissão é um ato judiciário; por que a justiça civil sente a necessidade de fazer seus magistrados usarem a toga?

VI

O católico, seja ele um praticante regular ou um que reencontra o caminho da igreja nos grandes momentos da vida, é levado a fazer-se perguntas no fundo tais como esta: o que é o batismo?

É um fenômeno novo: não há muito tempo, qualquer um sabia responder e ademais ninguém lhe perguntava. O primeiro efeito do batismo é a remissão do pecado original, isto se sabia, transmitido de pai para filho e de mãe para filha.

Mas eis que não se fala mais disto em parte alguma. A cerimônia simplificada que se realiza na igreja evoca o pecado num contexto tal que parece tratar-se daquele ou daqueles que cometerá o batizado na sua vida e não da falta original com a qual nós todos nascemos carregados.

O batismo aparece por conseqüência simplesmente como um sacramento que nos une a Deus, ou antes, nos faz aderir à comunidade. Assim se explica o rito de “recepção” que se impõe em certos lugares como uma primeira etapa, numa primeira cerimônia. Isto não é devido a iniciativas particulares, uma vez que nós encontramos amplos desenvolvimentos sobre o batismo por etapas nas fichas do Centro nacional de pastoral litúrgica. Chama-se também batismo diferido. Após a recepção, o “encaminhamento”, a “busca”, o sacramento será ou não administrado, quando a criança puder, segundo os termos utilizados determinar-se livremente, o que pode ocorrer numa idade bastante avançada, dezoito anos ou mais. Um professor de dogmática muito apreciado na nova Igreja estabeleceu uma distinção entre os cristãos cuja fé e cultura religiosa ele se julga capaz de autenticar, e os outros — mais de três quartos do total — aos quais não atribui senão uma fé suposta quando eles pedem o batismo para seus filhos. Estes cristãos “da religião popular” são descobertos no decorrer das reuniões de preparação e dissuadidos de ir além da cerimônia de acolhimento. Esta maneira de agir seria “mais adaptada à situação cultural de nossa civilização”.

Recentemente, devendo um pároco do Somme inscrever duas crianças para a comunhão solene, exigiu as certidões de batismo, que lhe foram enviadas pela paróquia de origem da família. Ele verificou então que uma das crianças tinha sido batizada mas que a outra não, contrariamente ao que acreditavam os seus pais. Ela havia simplesmente sido inscrita no registro de recepção. É uma das situações que resultam destas práticas; o que se dá é efetivamente um simulacro de batismo, que os fiéis tomam de boa fé pelo verdadeiro sacramento.

Que tudo isto vos desconcerte é bem compreensível. Tendes também que fazer frente a uma argumentação especiosa, que figura mesmo nos boletins paroquiais, geralmente sob a forma de sugestões, de testemunhos subscritos por nomes próprios, ou seja, anônimos. Lemos num deles que Alamo e Evelina declaram: “O batismo não é um rito mágico que apagaria por milagre qualquer pecado original. Nós cremos que a salvação é total, gratuita e para todos: Deus escolheu todos os homens no seu amor, não importa com que condição, ou antes sem condição. Para nós, fazer-se batizar é decidir mudar de vida, é um compromisso pessoal que ninguém pode assumir em vosso lugar, é uma decisão consciente que supõe uma instrução prévia, etc.” Quantos erros monstruosos em poucas linhas! Elas tendem a justificar um outro método: a supressão do batismo das criancinhas. É ainda mais um alinhamento com os protestantes, com desprezo do ensinamento da Igreja desde as origens, como escrevia Santo Agostinho no fim do século IV: “O costume de batizar as crianças não é uma inovação recente, mas o eco fiel da tradição apostólica. Este costume por si só e fora de todo o documento escrito, constitui a regra certa da verdade.” O concílio de Cartago no ano de 251 prescrevia que o batismo fosse conferido às crianças “mesmo antes de seu oitavo dia” e a Sagrada

Congregação para a Doutrina de Fé relembra esta obrigação a 21 de novembro de 1980 baseando-a “numa norma de tradição imemorial”.⁵

É preciso que saibais disto para fazer valer um direito sagrado quando se pretende recusar-vos a fazer participar os vossos recém-nascidos da vida da graça. Os pais não esperam que seu filho tenha dezoito anos para decidir em seu lugar sobre o seu regime alimentar ou sobre uma operação cirúrgica necessária devido ao seu estado de saúde. Na ordem sobrenatural seu dever é ainda mais imperioso e a fé que preside ao sacramento quando a criança não é capaz de assumir por si mesma um “compromisso pessoal”, é a fé da Igreja. Pensai na aterradora responsabilidade que tereis privando vosso filho da vida eterna no Paraíso. Nosso Senhor disse de um modo claro: “Ninguém pode entrar no Reino de Deus se não renascer por meio da água e do Espírito Santo.”

Os frutos desta pastoral singular não se fizeram esperar. Na diocese de Paris em 1965 uma criança dentre duas era batizada, mas em 1976 só uma dentre quatro. O clero numa paróquia dos arredores observa, sem mostrar muito pesar por isso, que ocorriam ali 450 batismos em 1965 e 150 em 1976. Para o conjunto da França a baixa prossegue. De 1970 a 1981 a cifra global descia de 596.673 a 530.385, enquanto que a população crescia de mais de três milhões no mesmo tempo.

Tudo isto provém do fato de se ter falseado a definição do batismo. Desde que se cessou de dizer que ele apagava o pecado original, as pessoas perguntaram: “Que é o batismo?” e logo depois: “Para que serve o batismo?” Se elas não foram até este ponto, refletiram pelo menos nos argumentos que lhes eram apresentados e admitiram que não se impunha a urgência e que afinal de contas a criança poderia sempre, na adolescência, engajar-se, se quisesse, como quem se inscreve num partido ou num sindicato.

De igual maneira se colocou a questão para o casamento. O matrimônio foi sempre definido por seu fim principal, que era a procriação, e seu fim secundário, que era o amor conjugal. Pois bem, no concílio, se quis transformar esta definição e dizer que não havia mais fim primário, mas que os dois fins que acabo de citar eram equivalentes. Foi o cardeal Suenens que propôs esta mudança e eu me lembro ainda do cardeal Brown, superior geral dos dominicanos, levantando-se para dizer: “Caveatis, caveatis! (Tomai cuidado!) Se aceitamos esta definição, nós vamos contra toda a Tradição da Igreja e pervertemos o sentido do matrimônio. Não temos o direito de modificar as definições tradicionais da Igreja.”

Ele citou textos em apoio de sua advertência e a emoção foi grande na nave de São Pedro. O Santo Padre pediu ao cardeal Suenens que este moderasse os termos que tinha empregado e mesmo os mudasse. A Constituição pastoral *Gaudium et Spes* contém mais de uma passagem ambígua, onde o acento é posto na procriação “sem subestimar por isso os outros fins do matrimônio”. O verbo latino *post habere* permite traduzir: “sem colocar em segundo plano os outros fins do casamento”, o que significaria: pô-los todos no mesmo plano. É assim que se quer entendê-lo hoje em dia; tudo o que se diz do casamento se liga à falsa noção expressa pelo cardeal Suenens que o amor conjugal — que bem se chamou simplesmente e mais cruamente “sexualidade” — vem à testa dos fins do matrimônio. Conseqüência: a título da sexualidade, todos os atos são permitidos: contracepção, limitação dos nascimentos, e enfim aborto.

Uma má definição e eis-nos em plena desordem.

A Igreja em sua liturgia tradicional, faz o padre dizer: “Senhor, assisti em vossa bondade as instituições que vós estabeleceste para a propagação do gênero humano...” Ela escolheu a passagem da Epístola de São Paulo aos Efésios que precisa os deveres dos esposos, fazendo de suas relações recíprocas uma imagem das relações que unem

⁵ Instrução PASTORALIS ACTIO.

Cristo e a sua Igreja. Muito freqüentemente os próprios esposos são convidados a compor a sua missa, sem mesmo serem obrigados a escolher a epístola nos livros santos, substituindo-a por um texto profano, tomando uma passagem do Evangelho sem relação com o sacramento recebido. O sacerdote, em sua exortação, se acautela de fazer menção das exigências às quais eles se devem submeter, por medo de apresentar uma imagem rebarbativa da Igreja, eventualmente de chocar os divorciados presentes na assistência.

Como para o batismo, fizeram-se experiências de casamento por etapas ou casamentos não sacramentais, que escandalizam os católicos; experiências toleradas pelo episcopado, que se desenrolam segundo esquemas fornecidos por organismos oficiais e encorajados por responsáveis diocesanos. Uma ficha do Centro Jean-Bart indica algumas maneiras de proceder. Eis uma delas: “Leitura do texto: o essencial é invisível aos olhos (Epístola de São Pedro). Não houve aí troca de consentimentos, mas uma liturgia atropelada, sinal do trabalho e da solidariedade operária. Troca de alianças (sem bênção) em silêncio. Alusão à profissão de Roberto: liga, soldadura (ele é chumbador). O beijo. O Padre-Nosso pelos crentes da assistência. Ave Maria! Os jovens esposos depositam um buquê de flores diante da estátua de Maria.”

Pôr que Nosso Senhor teria instituído sacramentos se se devia substituí-los por este gênero de cerimônia isenta de todo sobrenatural, à exceção das duas preces que lhe põem termo? Falou-se muito de Lugny no Saona e Loire, há alguns anos. Para motivar esta “liturgia de recepção” tinha-se dito que se queria dar aos jovens pares o desejo de voltarem para casar na verdade em seguida. Dois anos mais tarde, dentre duzentos falsos matrimônios, nenhum par tinha voltado para regularizar sua situação. Se eles o tivessem feito, o pároco desta igreja teria oficializado e acobertado com sua caução senão com sua bênção, no decorrer de 2 anos, o que simplesmente não passava de um concubinato.

Uma pesquisa de origem eclesiástica revelou que, em Paris, 23% das paróquias tinham já efetuado celebrações sacramentais para casais dos quais um dos membros, se não mesmo os dois, não era crente, com a intenção de comprazer às famílias ou aos próprios noivos, freqüentemente por preocupação com conveniências sociais.

É escusado dizer que um católico não tem o direito de assistir a tais encenações. Quanto aos pretensos casados, eles poderão sempre dizer que estiveram na igreja e acabarão sem dúvida por acreditar na regularidade de sua situação, à força de ver seus amigos seguir o mesmo caminho. Os fiéis desorientados se perguntam se não é melhor isto do que nada. O indiferentismo se instala; está-se disposto a aceitar qualquer outra fórmula, o simples casamento na municipalidade ou ainda a co-habitação juvenil, a propósito da qual tantos pais dão prova de “compreensão”, para chegar à união livre. A descristianização total está em via de concretizar-se; aos casais faltarão as graças que decorrem do sacramento do matrimônio para educar seus filhos, se ao menos eles consentem em tê-los. As rupturas destas uniões não santificadas se multiplicam a ponto de inquietar o Conselho econômico e social, do qual uma relação recente mostra que mesmo a sociedade laica tem consciência de correr para a sua ruína em consequência da instabilidade das famílias ou das pseudo-famílias.

A extrema unção não é mais verdadeiramente o sacramento dos enfermos, o sacramento dos doentes; é agora o sacramento dos velhos, alguns padres o administram às pessoas em idade avançada que não apresentam nenhum sinal particular de morte próxima. Ele não é mais o sacramento que prepara para o último instante, que apaga os pecados antes da morte, e que prepara a união definitiva com Deus. Tenho debaixo dos olhos uma nota distribuída numa igreja de Paris a todos os fiéis para avisá-los da data da próxima extrema-unção: “O sacramento dos enfermos é conferido às pessoas ainda bem conservadas, em meio a toda a comunidade cristã, durante a celebração eucarística.

Data: no domingo, na missa das 11 horas.” Estas extremas-unções são inválidas.

O mesmo espírito coletivista provocou a voga das celebrações penitenciais. O sacramento da penitência não pode ser senão individual. Por definição e conforme a sua essência, ele é, como lembrei mais acima, um ato judiciário, um julgamento. Não se pode julgar sem estar a par de uma causa; é preciso ouvir a causa de cada um para julgá-la e depois perdoar ou reter os pecados. S. S. João Paulo II insistiu várias vezes neste ponto, dizendo notadamente no dia 1º de abril de 1983 a bispos franceses que a confissão pessoal das faltas seguida da absolvição individual “é antes de tudo uma exigência de ordem dogmática”. Por conseguinte é impossível justificar as cerimônias de “reconciliação” explicando que a disciplina eclesiástica se abrandou, que se adaptou às exigências do mundo moderno. Não se trata de um caso de disciplina.

Havia precedentemente uma exceção; a absolvição geral dada em caso de naufrágio, de guerra: absolvição aliás cujo valor é discutido pelos autores. Não é permitido fazer da exceção uma regra. Se se consultam os Atos da Sé apostólica salientam-se as expressões seguintes tanto nos lábios de Paulo VI como nos de João Paulo II em diversas ocasiões: “o caráter excepcional da absolvição coletiva”, “em caso de grave necessidade”, “caráter inteiramente excepcional”, “circunstâncias excepcionais”...

As celebrações deste gênero não deixaram contudo de se tornar um hábito, sem entretanto serem freqüentes numa mesma paróquia, à falta de fiéis dispostos a pôr-se em ordem com Deus mais de duas ou três vezes no ano. Não se experimenta mais a necessidade disto, o que era de prever, visto que a noção de pecado se extinguiu nos espíritos. Quantos sacerdotes lembram a necessidade do sacramento da penitência? Um fiel me disse que, confessando-se conforme os seus deslocamentos numa ou noutra das igrejas parisienses onde ele sabe poder encontrar um “sacerdote de acolhimento”, recebe freqüentemente as felicitações ou os agradecimentos deste, todo surpreso de ter um penitente.

Estas celebrações submetidas à criatividade dos “animadores” compreendem cantos; ou então se coloca um disco. Depois se dá um lugar à liturgia da palavra antes de uma prece litânica à qual a assembléia responde: “Senhor, tende piedade do pecador que sou”, ou uma espécie de exame de consciência geral. O “Eu pecador me confesso a Deus” precede a absolvição dada uma vez por todas e a todos os assistentes, o que não deixa de pôr um problema: uma pessoa presente que não a desejasse vai receber a absolvição contra a sua vontade? Vejo numa folha roneotipada distribuída aos participantes de uma destas cerimônias, em Lourdes, que o responsável se coloca a questão: “Se desejamos receber a absolvição, venhamos mergulhar nossas mãos na água da fonte e tracemos sobre nós o sinal da cruz” e, no fim: “Sobre aqueles que se benzeram com o sinal da cruz com a água da fonte o sacerdote impõe as mãos (?). Unamo-nos à sua prece e recebamos o perdão de Deus.”

Um jornal católico inglês, *The Universe*, fazia-se, há alguns anos, o defensor duma operação lançada por dois bispos e que consistia em reaproximar da Igreja os fiéis que tinha há muito tempo abandonado a prática religiosa. O apelo lançado pelos bispos assemelhava-se aos comunicados publicados pelas famílias de adolescentes fugitivos: “O pequeno X pode retornar à sua casa, não lhe será feita nenhuma censura.”

Dizia-se então a estes futuros filhos pródigos: “Vossos bispos vos convidam durante esta Quaresma a rejubilar-vos e a celebrar. A Igreja oferece a todos os seus filhos, à imitação de Cristo, o perdão de seus pecados, com toda liberdade e facilidade, sem que eles o mereçam e sem que o peçam. Ela os pressiona a aceitá-lo e lhes suplica que voltem para casa. Há muitos que desejam retornar à Igreja após anos de afastamento, mas eles não se podem resolver a ir confessar-se. Em todo o caso não logo...”

Eles podiam então aceitar o oferecimento seguinte: “Na missa da estação à qual o bispo assistirá no vosso decanato (aqui se mencionam o dia e a hora) todos os que estiverem presentes serão convidados a aceitar o perdão de todos os seus pecados passados. Não lhes é necessário confessar-se neste momento. Ser-lhes-á suficiente ter o pesar de seus pecados e o desejo de retornar a Deus, de confessar seus pecados mais tarde após serem acolhidos de novo no aprisco.

“Esperando, eles não têm senão que deixar Nosso Pai dos céus” estreitá-los em seus braços e abraçá-los ternamente”! Mediante um ato generoso de arrependimento o bispo concederá a todos os presentes que o desejarem, o perdão de seus pecados. Eles podem então imediatamente voltar à santa comunhão”...

O *Jornal da Gruta*, folha bimensal de Lourdes, reproduzindo este curioso mandamento episcopal impresso sob o título “General absolution. Communion now, confession later” (“Absolvição geral. Comunhão já, confissão mais tarde”) comentava-o assim: “Nossos leitores poderão dar-se conta do espírito profundamente evangélico que o inspirou, assim como da compreensão pastoral das situações concretas das pessoas.”

Eu não sei o resultado que foi obtido, mas a questão é outra: a anistia pronunciada pelos dois bispos evoca a liquidação dos estoques em fim de semana comercial. Pode a pastoral tomar a dianteira sobre a doutrina a ponto de levar à comunhão do Corpo de Cristo a fiéis dos quais muitos estão provavelmente em estado de pecado mortal, após terem abandonado há tantos anos a prática religiosa? Certamente não. Como encarar tão levemente pagar a conversão com sacrilégio? E esta conversão tem porventura muitas probabilidades de ser seguida de perseverança? Em todo caso pudemos verificar que antes do concílio e do aparecimento desta pastoral de aceitação contavam-se 50 a 80.000 conversões por ano na Inglaterra. Elas caíram quase a zero. A árvore se conhece pelos seus frutos.

Os católicos estão tão perplexos na Grã-Bretanha como na França. Um pecador ou um apóstata que seguiu o conselho de seu bispo apresentando-se à absolvição coletiva e à mesa sagrada nestas condições, não corre o risco de perder sua confiança na validade de sacramentos tão facilmente administrados. Que vai acontecer se, em consequência, ele negligencia “regularizar” a situação confessando-se? Sua volta falha à casa do Pai não fará senão tornar mais difícil uma conversão definitiva.

Eis aonde termina o laxismo dogmático. Nas cerimônias penitenciais que se praticam, dum modo menos extravagante, em nossas paróquias, que certeza tem o cristão de estar verdadeiramente perdoado? Ele é abandonado às inquietudes que conhecem os protestantes, aos tormentos interiores provocados pela dúvida. Certamente não ganhou com a troca.

Se a coisa é má no plano da validade, ela também o é no plano psicológico. Assim, que absurdo conceder perdões coletivos, salvo, para as pessoas que têm pecados graves, desde que se confessem em seguida! Elas não se vão designar diante das outras como tendo pecados graves na consciência, é evidente! É como se o segredo da confissão fosse violado.

Deve-se acrescentar que o fiel que comungar após a absolvição coletiva, não verá mais a necessidade de se apresentar de novo ao tribunal da penitência e isto se compreende. As cerimônias de reconciliação não se ajuntam pois à confissão auricular, elas a eliminam e a suplantam. Está-se a caminho do desaparecimento do tribunal da penitência, instituído como os seis outros pelo próprio Senhor. Nenhuma preocupação pastoral poderia justificá-lo.

Para que um sacramento seja válido é preciso a matéria, a forma e a intenção. Isto nem mesmo o papa pode mudar. A matéria é de instituição divina; o papa não pode dizer:

“Amanhã se usará o álcool para batizar as crianças ou o leite.” Ele não pode mais mudar essencialmente a forma. Há palavras essenciais; por exemplo não se pode dizer: “Eu te batizo em nome de Deus”, pois o próprio Cristo fixou a forma: “Vós batizareis em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo.”

O sacramento da confirmação é igualmente mal-administrado. Uma fórmula corrente hoje é: “Eu te assinalo com a Cruz e recebe o Espírito Santo.” Mas o ministro não precisa então qual é a graça especial do sacramento pelo qual se dá o Espírito Santo e o sacramento é inválido.

Por isso eu respondo sempre aos pedidos dos pais que têm uma dúvida sobre a validade da confirmação recebida por seus filhos ou que temem fazê-la administrar-lhes numa maneira inválida, vendo o que sucede em torno deles. Os cardeais diante dos quais eu me devi explicar em 1975 me censuraram por isto, continua-se desde então a publicar comunicados reprovadores a cada uma das minhas viagens. Eu expliquei por que procedia assim. Eu concordo com o desejo dos fiéis que me pedem a confirmação válida mesmo se ela não é lícita, porque nós estamos num tempo no qual o direito divino natural e sobrenatural prevalece sobre o direito positivo eclesiástico quando este se opõe ao primeiro em lugar de lhe ser o canal. Estamos numa crise extraordinária e não se deve admirar de que eu adote por vezes uma atitude que se afasta da ordinária.

A terceira condição de validade do sacramento é a intenção. O bispo ou o sacerdote deve ter a intenção de fazer o que quer a Igreja. O próprio Papa também não pode mudá-lo.

A fé do sacerdote não é um elemento necessário; um sacerdote ou um bispo pode já não ter fé; outro pode ter menos fé e outro, uma fé não totalmente íntegra. Isto não tem uma influência direta na validade dos sacramentos, mas pode ter uma influência indireta. Lembremos o Papa Leão XIII que proclamava que todas as ordenações anglicanas não eram válidas por falta de intenção. Isto porque tinham perdido a fé, que não é somente a fé em Deus, mas a fé em todas as verdades contidas no Credo, inclusive “Credo in unam sanctam catholicam et apostolicam Ecclesiam”, quer dizer, “Creio na Igreja que é una”; por isso, os anglicanos não podem fazer o que quer a Igreja.

Não ocorrerá o mesmo com os padres que perdem a fé? Já vemos como alguns não celebram o sacramento da Eucaristia conforme a definição do Concílio de Trento. “Não, — dizem estes sacerdotes — há muito tempo que se realizou o Concílio de Trento. De lá para cá, já tivemos o Vaticano II. Hoje é a transignificação, a transfinalização. Transubstanciação? Não, isto não existe mais. A presença real do Filho de Deus sob as espécies do pão e do vinho? Ora, não mais no nosso tempo!”

Quando um sacerdote diz isto, a consagração é inválida. Não há missa nem comunhão. Pois os cristãos são obrigados a crer, até o fim dos tempos, o que definiu o concílio de Trento sobre a Eucaristia. Podem-se tornar mais explícitos os termos de um dogma, porém não se podem mudar, isto é impossível. O concílio Vaticano II não acrescentou nem tirou nada; aliás, não o poderia ter feito. Porém aquele que declara não aceitar a transubstanciação está, segundo os termos do próprio concílio de Trento, anatematizado e, portanto, separado da Igreja.

É por esta razão que os católicos deste fim do século XX têm a obrigação de ser mais vigilantes que seus pais.

VII

Há cada vez menos sacerdotes, é um lugar comum, o homem da rua mais indiferente às questões religiosas é informado disto por seu jornal em intervalos regulares. Faz já mais de quinze anos que aparecia um livro intitulado *Amanhã, uma igreja sem padres?* Mas a situação é ainda mais grave que parece. Seria preciso acrescentar: quantos sacerdotes ainda têm fé? E mesmo pôr uma terceira questão: Certos padres ordenados nestes últimos anos, o foram verdadeiramente? De outra maneira, as ordenações, ao menos em parte, são válidas? A dúvida é idêntica à que pesa sobre os outros sacramentos. Ela se estende a certas sagrações de bispos, por exemplo àquela que se realizou em Bruxelas durante o verão de 1982, na qual o bispo sagrante disse ao ordenando: “Sê apóstolo como Gandhi, Helder Câmara e Maomé!” Podem-se conciliar estas referências, ao menos no que concerne a Gandhi e a Maomé, com a intenção evidente de fazer o que quer a Igreja?

Eis o fascículo duma ordenação sacerdotal que se desenrolou em Toulouse há alguns anos. Um “animador” começa a celebração apresentando o ordenando, designado por seu nome próprio: C. e dizendo: “Ele decidiu viver (o dom total, que fez a Deus) mais em profundidade, consagrando-se totalmente ao serviço da Igreja na classe operária.” C. efetuou seu “encaminhamento”, ou seja, seu seminário, em equipe. É esta equipe que o apresenta ao bispo: “Nós vos pedimos reconhecer, autenticar o seu proceder e ordená-lo sacerdote. “O bispo lhe faz então várias perguntas consideradas como definição do sacerdócio: Queres ser ordenado sacerdote “para ser, com os crentes, Sinal e Testemunha do que buscam os homens, em seus esforços de Justiça, de Fraternidade e de Paz” “para servir ao Povo de Deus”, “para reconhecer na vida dos homens a ação de Deus em modos de vida, culturas e opções múltiplas”, “para celebrar a ação de Cristo e assegurar este serviço”, queres participar comigo e com o conjunto dos bispos da responsabilidade que nos foi confiada para o serviço do Evangelho”?

A matéria do sacramento foi preservada: é a imposição das mãos que se deu a seguir e a forma igualmente: são as palavras da ordenação. Mas se é obrigado a notar que a intenção não é clara. O Padre é ordenado para o uso exclusivo duma classe social e antes de tudo para estabelecer a justiça, a fraternidade e a paz num plano que parece ademais limitado à ordem natural? A celebração eucarística que segue, a “primeira missa”, em suma, do novel sacerdote se processa neste sentido. O ofertório foi composto para a circunstância do momento: “Nós te acolhemos, Senhor, recebendo de tua parte este pão e este vinho que nos ofereces, nós queremos representar com isso todo o nosso trabalho, nossos esforços por construir um mundo mais justo e mais humano, tudo o que tentamos instituir a fim de serem asseguradas melhores condições de vida...” A oração sobre as oferendas é ainda mais duvidosa: “Olha, Senhor, nós te oferecemos este pão e este vinho; que eles se tornem para nós *uma das formas de tua presença.*” Não, as pessoas que celebram desta maneira não têm a fé na Presença real!

Uma coisa é certa: a primeira vítima desta ordenação escandalosa é o jovem que se acaba de comprometer para sempre, sem saber exatamente em quê ou acreditando que o sabe. Como não chegará ele, dentro de um prazo mais ou menos curto, a se fazer certas perguntas pois o ideal que se lhe propôs não pode satisfazer-lhe por muito tempo; a ambigüidade de sua missão se lhe revelará. É o que se chama “a crise da identidade do sacerdote”. O padre é essencialmente o homem da fé. Se ele não sabe mais aquilo que ele é, perde a fé em si mesmo, naquilo que é o seu sacerdócio.

A definição do sacerdócio dada por São Paulo e pelo concílio de Trento foi radicalmente modificada. O sacerdote não é mais aquele que sobe ao altar e oferece a Deus um sacrifício de louvor e para a remissão dos pecados. Inverteu-se a ordem dos

fins. O sacerdócio tem um fim principal, que é oferecer o sacrifício, e um fim secundário: a evangelização.

O caso de C., que está longe de ser o único, nós temos disto múltiplos exemplos, mostra a que ponto a evangelização prevalece sobre o sacrifício e os sacramentos. Ela é um fim em si mesma. Este grave erro tem conseqüências trágicas: a evangelização, perdendo seu objetivo, será desorientada, ela buscará motivos que agradam ao mundo, como a falsa justiça social, a falsa liberdade que tomam nomes novos: desenvolvimento, progresso, construção do mundo, melhoramento das condições de vida, pacifismo. Nós estamos totalmente na linguagem que conduz a todas as revoluções.

Não sendo mais o sacrifício do altar a razão primordial do sacerdócio são todos os sacramentos que estão em jogo e para os quais o “responsável do setor paroquial e sua “equipe” farão apelo aos leigos, ao passo que eles mesmos estão demasiado ocupados com tarefas sindicais ou políticas e freqüentemente mais políticas que sindicais. Com efeito, os padres que se comprometem nas lutas sociais escolhem quase exclusivamente as organizações mais politizadas. No seio destas eles partem para a guerra contra as estruturas políticas, eclesiais, familiares, paroquiais. Nada mais deve permanecer. Jamais o comunismo encontrou agentes tão eficazes como estes padres.

Eu expunha um dia a um cardeal o que fazia nos meus seminários, a espiritualidade orientada sobretudo para o aprofundamento da teologia do Sacrifício da missa e para a prece litúrgica. Ele me disse:

— Mas senhor bispo, é exatamente o oposto do que os jovens sacerdotes desejam atualmente em nosso país. Não se define mais o sacerdote a não ser em relação à evangelização.

Eu respondi:

— Que evangelização? Se ela não tem uma relação fundamental e essencial com o Santo Sacrifício como a compreendeis? Evangelização política, social, humanitária?

Se não anuncia mais Jesus Cristo, o apóstolo se torna militante sindicalista e marxista. É normal. Compreende-se muito bem. Ele tem necessidade de uma nova mística, ele a encontra desta maneira, mas perdendo a do altar. Completamente desorientado, não nos admiramos se ele se casa e abandona seu sacerdócio. 285 ordenações na França, em 1970, 111 em 1980. Mas quantos retornaram ou retornarão à vida civil? Mesmo as cifras dramáticas que se citam não correspondem ao crescimento real do clero. O que se propõe aos jovens e o que se diz que eles “desejam atualmente” não corresponde visivelmente às suas aspirações.

Aliás é fácil fazer a prova. Não há mais vocações porque não se sabe mais o que é o Sacrifício da Missa. Em conseqüência, não se pode mais definir o sacerdote. Em compensação, onde o Sacrifício é conhecido e estimado como a Igreja sempre ensinou, as vocações são numerosas.

Tenho testemunho disto nos meus próprios seminários. Aí não se faz outra coisa senão reafirmar as verdades de sempre. As vocações vêm para nós por si mesmas, sem publicidade. A única publicidade foi feita pelos modernistas. Ordenei 187 sacerdotes em treze anos. Desde 1983, o ritmo regular atingido é de 35 a 45 ordenações por ano. Eu não digo isto para daí tirar qualquer glória pessoal: neste domínio também nada inventei. Os jovens que pedem para entrar em Ecône, em Ridgefield (EUA), em Zaitzkofen (RFA), em Francisco Alvares (Argentina), em Albano (Itália) são atraídos pelo Sacrifício da Missa. Que graça extraordinária para um jovem subir ao altar como ministro de Nosso Senhor, ser um outro Cristo! Nada é mais belo nem mais grandioso aqui na terra. Para isto vale a pena abandonar sua família, renunciar a constituir uma, renunciar ao mundo, aceitar a

pobreza.

Contudo, se não há mais este atrativo, então, eu digo francamente, aquilo não vale mais a pena, e é por isso que os seminários estão vazios.

Se se continua na linha adotada pela Igreja há vinte anos, à pergunta: Haverá ainda padres no ano 2000? pode-se responder: Não. Se se retorna às verdadeiras noções da fé, haverá vocações tanto nos seminários como nas congregações religiosas.

Com efeito, o que é que faz a grandeza e a beleza dum religioso e duma religiosa? É oferecer-se como vítima no altar com Nosso Senhor Jesus Cristo. Do contrário, a vida religiosa não possui mais sentido algum. A juventude na nossa época é tão generosa como nas épocas anteriores. Ela aspira a dedicar-se. É a nossa época que é falha.

Tudo está ligado; abalando-se a base do edifício, destrói-se inteiramente. Não mais missa, não mais sacerdotes. O ritual, antes de ser reformado, fazia o bispo dizer: “Recebei o poder de oferecer a Deus o Santo Sacrifício e de celebrar a santa missa, tanto pelos vivos como pelos mortos, em nome do Senhor.” Ele havia previamente benzido as mãos do ordenando ao pronunciar estas palavras: “A fim de que tudo que elas abençoarem seja abençoado e tudo o que consagrarem seja consagrado e santificado...” O poder conferido é expresso sem ambigüidade: “Que eles operem para a salvação de vosso povo, e pela sua santa bênção, a transubstanciação do pão e do vinho no corpo e no sangue de vosso divino Filho.”

O bispo diz agora: “Recebei a oferenda do povo santo para apresentá-la a Deus.” Ele faz do novo sacerdote mais um intermediário que o detentor do sacerdócio, que um sacrificador. A concepção é toda diferente. O sacerdote foi sempre considerado, na santa Igreja, como alguém que possui um caráter dado pelo Sacramento da Ordem. Viu-se um bispo não suspenso escrever: “O padre não é aquele que faz coisas que os simples fiéis não fazem; ele não é mais um “Outro Cristo” do que qualquer um batizado.” Este bispo tirava simplesmente as conclusões do ensinamento que prevalece desde o concílio e da nova liturgia.

Introduziu-se uma confusão a propósito do sacerdócio dos fiéis e do sacerdócio dos padres. Ora, como diziam os cardeais encarregados de fazer suas observações sobre o muito famoso catecismo holandês, “a grandeza do sacerdócio ministerial (o dos padres) na sua participação do sacerdócio de Cristo, difere do sacerdócio comum dos fiéis de uma maneira não somente gradual mas essencial”. Pretender o contrário vem a dar, também neste ponto, no alinhamento com o protestantismo.

A doutrina constante da Igreja é que o sacerdote está revestido de um caráter sagrado indelével: *Tu es sacerdos in aeternum*. Por mais que faça, diante dos anjos, diante de Deus, na eternidade, ele continuará sacerdote. Embora lance sua batina às urtigas, use um pulôver vermelho ou de qualquer outra cor, cometa os maiores crimes, isto não mudará nada. O sacramento da ordem modificou-o na sua natureza.

Nós estamos longe do sacerdote “escolhido pela assembléia para assumir uma função na Igreja”, e ainda mais do sacerdócio por tempo limitado, proposto por alguns, no fim do qual o preposto ao culto — pois não vejo outro termo para designá-lo — retoma o seu lugar entre os fiéis.

Esta visão dessacralizada do ministério sacerdotal conduz muito naturalmente a interrogar-se sobre o celibato dos padres. Grupos de pressão ruidosos reclamam sua abolição, não obstante as advertências repetidas do magistério romano. Viram-se nos Países Baixos, seminaristas fazer a greve das ordenações para obterem “garantias” a este respeito. Não citarei as vozes episcopais que se elevaram para pressionarem a Santa Sé a abrir este processo.

A questão nem mesmo se colocaria se o clero tivesse conservado o sentido da missa e do sacerdócio.

Pois a razão profunda apresenta-se por si própria quando se compreendem bem estas duas realidades. É a mesma razão que faz com que a Santíssima Virgem permaneceu virgem: tendo trazido Nosso Senhor no seu seio era justo e conveniente que ela o fosse. Igualmente o padre, pelas palavras que ele pronuncia, na Consagração, faz vir Deus à terra. Ele tem uma tal proximidade com Deus, Ser espiritual, Espírito antes de tudo, que é bom, justo e eminentemente conveniente que ele seja também virgem e permaneça celibatário.

Existem, objetar-se-á, padres casados no Oriente. Que não haja engano a respeito, isto não passa de uma tolerância. Os bispos orientais não podem ser casados, nem os que exercem função de alguma importância. Este clero venera o celibato sacerdotal, que faz parte da mais antiga Tradição da Igreja e que os apóstolos observaram desde o instante de Pentecostes, continuando aqueles que, como São Pedro, eram casados a viver ao lado de suas esposas mas não as “conheciam” mais.

É sintomático o fato de que os padres que sucumbem às miragens duma pretensa missão social ou política contraírem quase automaticamente o matrimônio. As duas coisas vão paralelas.

Querer-se-ia fazer-nos crer que os tempos atuais justificam todas as maneiras de abandono, que é impossível, nas condições atuais de vida, ser casto, que o voto de virgindade para os religiosos e religiosas é um anacronismo. A experiência destes vinte anos mostra que os danos causados ao sacerdócio, sob o pretexto de adaptá-lo à época atual são mortais para o sacerdócio. Ora não se pode mesmo encarar uma “Igreja sem padres”; a Igreja é essencialmente sacerdotal.

Triste época que quer a união livre para os leigos e o casamento para os clérigos! Se vós percebeis neste aparente ilogismo uma lógica implacável que tem por objeto a ruína da sociedade cristã, tendes uma boa visão das coisas e fazeis um julgamento exato.

VIII

Nas fileiras católicas eu ouvi freqüentemente e continuo a ouvir esta observação: “Querem impor-nos uma religião nova.” O termo é exagerado? Os modernistas que se infiltraram por todos os lados na Igreja e que comandam o jogo tentaram primeiramente tranquilizar: “Mas não, vós tendes esta impressão porque formas caducas foram substituídas por outras, por razões que se impunham: não se pode mais rezar exatamente como se fazia antigamente, era preciso sacudir a poeira, adotar uma linguagem compreensível aos homens de nosso tempo, praticar a abertura em direção de nossos irmãos separados... Mas seguramente nada mudou.”

Depois eles tomaram menos precauções e os mais ousados passavam mesmo às declarações quer em grupos pequenos diante de pessoas já ganhas à sua causa, quer publicamente. Um padre Cardonell se ufanava bastante anunciando um novo cristianismo no qual seria contestada “a famosa transcendência que faz de Deus o monarca universal” e arrogando-se abertamente o modernismo de Loisy: “Se vós nascestes numa família cristã, os catecismos por vós aprendidos são esqueletos da fé.” “Nosso cristianismo, proclamava ele, aparece o melhor possível de forma neo-capitalista”. O cardeal Suenens, após ter reconstruído a Igreja a seu modo, convocava a “abrir-se ao mais largo pluralismo teológico” e reclamava o estabelecimento duma “hierarquia das verdades” com o que se deveria crer muito, com o que se deveria um pouco e com o que não tinha mais importância.

Em 1973, nos edifícios do arcebispado de Paris, o padre Bernardo Feillet ministrava um curso, da maneira mais oficial, dentro do quadro da “formação cristã dos adultos” onde afirmava várias vezes: “Cristo não venceu a morte. Ele foi levado à morte pela morte... No plano da vida, Cristo foi vencido e todos nós o seremos. É que a fé não foi justificada por nada, vai ser este grito de protesto contra este universo que acaba, como dizíamos há pouco, pela percepção do absurdo, pela consciência da condenação e pela realidade do nada.”

Eu poderia citar um número importante de casos deste gênero que causavam mais ou menos escândalo, eram mais ou menos desaprovados, e por vezes não o eram absolutamente. Mas o povo cristão, em sua grande maioria, não se dava conta do fato; se se informava pelos jornais, pensava tratar-se de abusos que não tinham nenhum caráter geral e não punham em jogo sua própria fé.

Ele começou a interrogar-se e a inquietar-se quando encontrou nas mãos dos seus filhos livros de catecismo que não mais expunham a doutrina católica tal como era ensinada de maneira imemorial.

Todos os novos catecismos se inspiraram mais ou menos no *Catecismo holandês* publicado pela primeira vez em 1966. As proposições contidas nesta obra eram tão forjadas que o papa nomeou um comissão cardinalícia para examiná-lo, o que se realizou em Gazzada, na Lombardia, em abril de 1967. Ora, esta comissão destacou dez pontos a respeito dos quais ela aconselhava que a Santa Sé exigisse modificações.

Era um modo de dizer, conforme aos costumes post-conciliares, que estes pontos estavam em desacordo com a doutrina da Igreja; alguns anos antes, teriam sido decididamente condenados e o *Catecismo holandês* posto no “Index”. Com efeito, os erros ou omissões destacadas afetam o essencial da fé.

Que encontramos aí? O *Catecismo holandês* ignora os anjos e não considera as almas humanas como criadas imediatamente por Deus. Ele deixa entender que o pecado original não foi transmitido por nossos primeiros pais a todos os seus descendentes, mas que foi contraído pelos homens pelo fato de sua vida no meio da comunidade humana,

onde reina o mal; ele teria de alguma sorte um caráter epidêmico. A virgindade de Maria não é afirmada. Não se diz que Nosso Senhor foi morto pelos nossos pecados, enviado para este fim por seu Pai, e que a graça divina nos foi restituída a este preço. Por via de consequência, a missa é apresentada como um banquete e não como um sacrifício. Nem a Presença real nem a realidade da transubstanciação são afirmadas dum modo claro.

A infalibilidade da Igreja e o fato de que ela detém a verdade desapareceram deste ensinamento, como também a possibilidade para inteligência humana de “significar e atingir os mistérios revelados.” O Soberano Pontífice perde o seu poder pleno, supremo e universal. A Santíssima Trindade, o mistério das três pessoas divinas não são apresentados de maneira satisfatória. A comissão critica também a exposição feita sobre a eficácia dos sacramentos, a definição do milagre, a sorte reservada às almas dos justos após a morte. Ela aponta obscuridades na explicação das leis morais e das “soluções de casos de consciência”, que não dão importância à indissolubilidade do matrimônio.

Mesmo se todo o resto é, neste livro, “bom e louvável”, o que não é nada de admirar pois os modernistas sempre misturaram o verdadeiro com o falso, assim como notava com firmeza São Pio X, há certamente bastante razão para dizer que se trata duma obra perversa, eminentemente perigosa para a fé. Ora sem esperar o relatório da comissão e até deturpando o mesmo, os promotores da operação faziam publicar traduções em várias línguas. E por conseguinte, o texto jamais foi modificado. Às vezes o texto da comissão era acrescentado ao índice, às vezes não. Falarei mais adiante do problema da obediência. Quem desobedece nesta questão? Quem denuncia um tal catecismo?

Os holandeses traçaram o caminho. Nós depressa os alcançamos. Não farei o histórico da catequese francesa para não me deter senão na sua última transformação, a “compilação católica de documentos privilegiados da fé” intitulado *Pedras Vivas* e a maré dos “roteiros catequéticos”. Estas obras deveriam, para respeitar a definição da palavra catequese, ostensivamente empregada em todos os documentos, proceder por meio de perguntas e respostas. Eles abandonaram esta construção que permitia um estudo sistemático do conteúdo da fé e não dão quase nunca respostas. *Pedras Vivas* tem o cuidado de nada afirmar, salvo as proposições novas, insólitas, estranhas à Tradição.

Os dogmas, quando são evocados, o são como crenças particulares a uma parte dos homens aos quais este livro chama “cristãos”, pondo-os em concorrência com os judeus, os protestantes, os budistas e mesmo os agnósticos e os ateus. Nos vários roteiros os “animadores de catequese” são convidados a fazer com que a criança abrace uma religião, pouco importa qual. Aliás se tem interesse em colocar-se à escuta dos descrentes que têm muito a ensinar-lhe. O importante é “fazer equipe”, prestar serviço entre camaradas de classe e preparar para amanhã as lutas sociais, nas quais será preciso comprometer-se, mesmo com os comunistas, como explica a história edificante de Madalena Delbêl, esboçada em *Pedras Vivas* e narrada minuciosamente em certos roteiros. Um outro “santo” proposto à imitação das crianças é Martin Luther King, enquanto que se elogiam Marx e Proudhon “grandes defensores da classe operária” que “parecem vir de fora da Igreja”. Esta, vede bem, teria querido empreender este combate, não soube como fazê-lo. Contentou-se com “denunciar a injustiça”. Eis o que se ensina às crianças.

Contudo mais grave ainda é o descrédito que se lança sobre os Livros santos, obra do Espírito Santo. Enquanto que se esperava ver começar a compilação de textos escolhidos da Bíblia pela Criação do mundo e do homem, *Pedras Vivas* começa pelo livro do Êxodo, sob o título: “Deus cria seu povo.” Como os católicos não estariam, mais que perplexos, desconcertados com este desvio de vocabulário?

É preciso chegar ao Primeiro Livro de Samuel para fazer um recuo em direção do Gênesis e aprender que Deus não criou o mundo. Eu não invento nada também desta

vez, está escrito: “O autor desta narração da Criação se pergunta, como muitas pessoas, o modo pelo qual o mundo começou. Os crentes refletiram. Um deles compôs um poema...” Depois, na corte de Salomão, outros sábios refletem no problema do mal. Para explicá-lo eles escrevem um “relato figurado” e nós temos a tentação pela serpente, a queda de Adão e de Eva. Mas nada de castigo: o texto é truncado neste lugar. Deus não castiga, assim como a nova Igreja não mais condena, salvo aqueles que permanecem fiéis à Tradição. O pecado original, citado entre aspas é um “mal de nascimento”, uma “enfermidade que remonta às origens da humanidade”; qualquer coisa de muito vago, e inexplicável.

Evidentemente, toda a religião desmorona. Se não se pode mais responder àquilo que concerne ao problema do mal, não vale mais a pena pregar, celebrar missas, confessar. Quem vos escutará?

O Novo Testamento se abre com Pentecostes. O acento se coloca sobre esta primeira comunidade que eleva um grito de fé. Em seguida estes cristãos “se lembram” e a história de Nosso Senhor se desprende das brumas de sua memória. Começando pelo fim: a Ceia, o Gólgota. Depois vem a vida pública e enfim a infância, sob este título ambíguo: “Os primeiros discípulos fazem a narração da infância de Jesus.”

Sobre estas bases, os roteiros não terão trabalho em fazer compreender que os Evangelhos da infância são uma piedosa lenda, como os povos antigos tinham o costume de fazer ao traçarem a biografia de seus grandes homens. *Pedras Vivas* fornece ademais uma data tardia dos Evangelhos, que reduz sua credibilidade, e, num quadro tendencioso, mostra os Apóstolos e seus sucessores pregando, celebrando e ensinando antes de “reler a vida de Jesus a partir da sua vida”. É uma inversão completa: sua experiência pessoal se torna a origem da Revelação em vez de ser a Revelação que modela seu pensamento e sua vida.

A propósito dos novíssimos, *Pierres Vivantes* mantém uma inquietante confusão. O que é alma? “É preciso alento para correr; é preciso alento para ir até o fim das coisas difíceis. Quando alguém está morto se diz: “Ele rendeu seu último suspiro.” O alento é a vida, a vida íntima de alguém. Chama-se também “a alma”. Num outro capítulo a alma é comparada ao coração, o coração que bate, o coração que ama. O coração é também a sede da consciência. Como prosseguir? Em que consiste então a morte? Os autores do livro não se pronunciam: “Para alguns, a morte é a parada definitiva da vida. Outros pensam que se pode viver ainda depois da morte, mas sem saber se isto é certo. Outros enfim têm a firme segurança. Os cristãos são destes.” A criança não tem mais do que escolher, a morte é uma matéria de opção. Mas aquele que segue os cursos de catecismo não é cristão? Neste caso por que lhe falar dos cristãos na terceira pessoa em lugar de dizer firmemente: “Nós, nós sabemos que existe uma vida eterna, que a alma não morre”? O paraíso é objeto dum desenvolvimento também equívoco: “Os cristãos falam por vezes do paraíso para designar a alegria perfeita de estar com Deus para sempre depois da morte: é o “céu”, o Reino de Deus, a Vida eterna, o reino da Paz.”

Esta explicação continua muito hipotética. Pareceria que se tem a ver com um modo de dizer, com uma metáfora tranquilizadora empregada pelos cristãos. Nosso Senhor nos prometeu, se nós observarmos os seus mandamentos, o céu que a Igreja sempre definiu como “um lugar de felicidade perfeita onde os anjos e os eleitos vêem a Deus e o possuem para sempre”. A catequese marca um recuo certo no que era afirmado nos catecismos. Disto não pode resultar senão uma falta de confiança nas verdades ensinadas e uma desmobilização espiritual: de que serve resistir a seus instintos e seguir o caminho estreito se não se sabe muito bem o que espera o cristão após a morte?

O católico não vai buscar de seus sacerdotes e de seus bispos sugestões que lhe permitam fazer uma idéia sobre Deus, o mundo, os fins últimos; ele lhes pede o que deve

crer e o que deve fazer. Se eles lhes respondem por um amontoado de proposições e de projetos de vida, ele não tem mais a fazer senão se constituir uma religião pessoal, ele se torna protestante. A catequese faz das crianças pequenos protestantes.

A palavra chave da reforma é a caça às “certezas”. Criticam-se os cristãos que as possuem como um avarento guardaria o seu tesouro, eles são tidos como egoístas, como fartos, envergonham-nos. É preciso abrir-se às opiniões contrárias, admitir as diferenças, respeitar as idéias dos franco-maçons, dos marxistas, dos muçulmanos, mesmo dos animistas. O sinal de uma vida santa é dialogar com o erro.

Então tudo é permitido. Falei das conseqüências da nova definição do casamento; não são conseqüências eventuais, o que poderia suceder se os cristãos tomassem esta definição ao pé da letra. Elas não tardaram a realizar-se, nós o verificamos pela licença dos costumes que se difunde cada dia mais. Mas, o que é mais consternador, é que a catequese lhe presta auxílio. Tomemos um “material catequético” como se diz, publicado em Lyon por volta de 1972 com o “imprimatur” e destinado aos educadores. O título? *Eis o homem*. O dossiê consagrado à moral diz o seguinte: “Jesus não teve intenção de deixar à posteridade uma “moral” seja ela política, social ou tudo o que se quiser... A única exigência que subsiste é o amor dos homens entre si... Depois disto, vós sois livres; a vós cabe escolher a melhor maneira, em cada circunstância, de exprimir este amor que vós dedicais a vossos semelhantes.”

O dossiê “Pureza”, da mesma origem, tira as aplicações desta lei geral. Após ter explicado, a despeito do Gênesis, que o vestuário não apareceu senão tardiamente, “como sinal dum nível social, duma dignidade” e para desempenhar uma “função de dissimulação”, define-se a pureza como o seguinte: “Ser puro é estar na ordem, e ser fiel à natureza... Ser puro é estar em harmonia, em paz com a terra e com os homens; é estar de acordo sem resistência nem violência, às grandes forças da natureza.” Encontramos agora uma pergunta e uma resposta: “Uma tal pureza é compatível com a pureza dos cristãos? — Não somente é compatível mas necessária a uma pureza humana e cristã. Jesus Cristo não negou nem rejeitou nenhuma destas descobertas, destas aquisições fruto da longa pesquisa dos povos — muito pelo contrário ele lhes veio dar um prolongamento extraordinário: “Não vim abolir mais cumprir”. Em apoio destas afirmações, os autores dão como exemplo Maria Madalena: “Nesta assembléia, é ela que é pura, porque amou muito, amou profundamente. “É assim que se deturpou o Evangelho: de Maria Madalena não se retém senão o pecado, a vida dissoluta: o perdão que Nosso Senhor lhe concedeu é apresentado como uma aprovação de sua existência passada, não se tem em conta a exortação divina: “Vai e não peques mais” nem o firme propósito que levou a antiga pecadora até o Calvário, fiel a seu Mestre no resto de seus dias. Este livro revoltante não conhece nenhum limite:

“Pode-se ter relações com uma moça, perguntam os autores, mesmo se se sabe muito bem que é para se divertir ou para ver o que é uma mulher?” E eles respondem: Colocar assim o problema das leis da pureza é indigno dum verdadeiro homem, dum homem que ama, dum cristão... Isto significaria impor ao homem um arrocho, um jugo intolerável? Ao passo que Cristo veio precisamente livrar-nos do jugo pesado das leis: “Meu jugo é suave e meu fardo leve”. “Vede como se interpretam as palavras mais santas para perverter as almas! De Santo Agostinho retiveram apenas uma frase: “Ama e faze o que quiseres!”

Enviaram-me livros ignóbeis que apareceram no Canadá. Não se fala aí a não ser do sexo e sempre em caracteres destacados: a sexualidade vivida na fé, a promoção sexual, etc. As imagens são absolutamente repugnantes. Parece que se quer dar, por toda a força, à criança o desejo e a obsessão do sexo, fazer-lhe crer que não há senão isto na vida. Numerosos pais cristãos protestaram, reclamaram mas não havia nada a

fazer e devido a uma boa razão: lê-se na última página que estes catecismos são aprovados pela comissão de catequese. A permissão de imprimir foi dada pelo presidente da comissão episcopal de ensino religioso de Québec!

Um outro catecismo aprovado pelo episcopado canadense convida a criança a romper com tudo: com seus pais, com a Tradição, com a sociedade, a fim de reencontrar sua personalidade que todos estes vínculos asfixiam, a libertar-se dos complexos que lhe advêm da sociedade ou da família. Buscando sempre uma justificação no Evangelho, os que dão este gênero de conselho pretendem que Cristo viveu estas rupturas e assim se revelou filho de Deus. É portanto Ele que quer façamos o mesmo.

Pode-se adotar uma concepção tão contrária à religião católica, sob a cobertura da autoridade episcopal? Em vez de falar de ruptura, dever-se-ia falar dos vínculos que devemos buscar porque eles constituem a nossa vida. Que é o amor de Deus senão um vínculo com Deus, uma obediência a Deus, a seus mandamentos? O vínculo com os pais, o amor pelos pais são liames de vida e não de morte. Ora, eles são apresentados à criança como qualquer coisa que a constrange, que a estreita, que diminui sua personalidade e dos quais ela se deve desembaraçar!

Não, não é mais possível que deixeis corromper os vossos filhos desta maneira. Falo francamente: vós não podeis enviá-los a estes catecismos que os fazem perder a fé.

IX

As devastações da catequese são visíveis nas gerações que já tiveram que sofrer. Eu tinha incluído na *Ratio Studiorum* de meus seminários, como a Sagrada Congregação dos seminários e universidades obrigou desde 1970, um ano de espiritualidade colocado no início dos estudos que duram seis anos. Espiritualidade, isto é, ascetismo, mística, formação na meditação e na oração, aprofundamento das noções de virtude, de graça sobrenatural, de presença do Espírito Santo...

Foi-nos preciso muito pouco tempo para desiludir-nos. Nós nos demos conta de que estes jovens, tendo vindo com um vivo desejo de se tornarem verdadeiros sacerdotes, possuindo uma vida interior mais profunda que muitos de seus contemporâneos e o hábito da oração, não conheciam mesmo as noções fundamentais de nossa fé. Não se lhes haviam ensinado. Durante o ano de espiritualidade, foi preciso ministrar-lhes o catecismo!

Eu contei muitas vezes o nascimento do seminário de Ecône. Nesta casa situada no Valais entre Sion e Martigny, estava previsto que os futuros sacerdotes não fariam ali senão este primeiro ano de espiritualidade: em seguida eles seguiriam os cursos da universidade de Friburgo. Se a criação dum seminário completo foi muito rapidamente visada é porque a universidade de Friburgo não assegurava mais um ensino verdadeiramente católico.

A Igreja sempre considerou as cátedras universitárias de teologia, de direito canônico, de liturgia e de direito eclesiástico como órgãos de seu magistério ou pelo menos de sua pregação. Ora é coisa certa que atualmente em todas ou quase todas as universidades católicas, não é mais a fé católica ortodoxa que se ensina. Não vejo uma só para fazê-lo nem na Europa livre, nem nos Estados Unidos, nem na América do Sul. Há nelas professores que sob o pretexto de pesquisas teológicas, se permitem emitir opiniões que vão contra nossa fé e não somente em aspectos secundários.

Falei mais cima deste decano da faculdade de teologia de Estrasburgo para quem a presença de Nosso Senhor na missa se pode comparar à de Wagner no Festival de Baireuth. Para ele não se trata mais da questão do "Novo Ordo": o mundo evolui com tal rapidez que estas coisas se encontram logo no tempo passado. Ele julga portanto que é preciso prever uma Eucaristia que provirá do próprio grupo. Em que consistirá ela? Ele mesmo não o sabe. Mas, profetiza no seu livro *Pensamentos contemporâneos e expressão da fé eucarística*, os membros do grupo, encontrando-se, criarão o sentimento desta comunhão com Cristo que estará presente no meio deles, mas sobretudo não sob as espécies do pão e do vinho. Ele sorri desta Eucaristia que se chama "sinal eficaz", definição comum a todos os sacramentos. "Isto é ridículo, diz ele, não podem dizer mais estas coisas presentemente; em nossa época isto não tem mais sentido."

Os jovens alunos que ouvem estas coisas da boca de seu professor, e além do mais decano da faculdade, os jovens seminaristas que assistem a estes cursos são pouco a pouco impregnados pelo erro; eles recebem uma formação que não é mais católica. Acontece o mesmo com aqueles que ouviam há pouco um professor dominicano de Friburgo assegurar que as relações pré-matrimoniais são uma coisa normal e desejável.

Meus próprios seminaristas conheceram outro dominicano que lhes ensinava a compor novos cânones: "Isto não é muito difícil; eis aqui alguns princípios que podereis utilizar facilmente quando fordes sacerdotes." Poder-se-iam multiplicar os exemplos. Smulders, na Escola superior de teologia de Amsterdam, suspeita que São Paulo e São João tenham imposto abusivamente o conceito de Jesus filho de Deus, e rejeita o dogma da Encarnação. Schille-beeckx, na universidade de Nimega, emite as idéias mais

extravagantes, inventa a transignificação, submete o dogma às variações impostas pelas circunstâncias de cada época, assinala um fim social e terrestre à doutrina da salvação. Küng, em Tübingen, antes de lhe interditem de ensinar numa cátedra de teologia católica, punha em questão o mistério da Santíssima Trindade, a Virgem Maria, os sacramentos e tratava Jesus de narrador público desprovido de “toda a cultura teológica”. Snackenburg, na universidade de Würzburg, acusa São Mateus de ter forjado o episódio da Confissão de Cesaréia, para autenticar o primado de Pedro. Rahner, que acaba de morrer, minimizava a Tradição nos seus cursos na universidade de Munique, negava praticamente a Encarnação falando sem cessar, a propósito de Nosso Senhor, de um homem “concebido naturalmente”, negava o pecado original e a Imaculada Conceição, preconizava o pluralismo teológico.

Todos eles foram colocados nas nuvens por elementos avançados do neo-modernismo; eles têm o apoio da imprensa, de tal maneira que suas teorias tomam importância aos olhos do público e seus nomes são conhecidos. Eles parecem desde então representar toda a teologia e autorizam a crer na idéia de que a doutrina da Igreja mudou.

Eles podem prosseguir seu ensino pernicioso durante longos anos, interrompidos às vezes por leves sanções. Os papas lembram dum modo regular os limites da missão do teólogo. “Não é mais possível, dizia ainda recentemente João Paulo II, desviar-se, separar-se dos pontos fundamentais de referência que são os dogmas definidos, sob a pena de perder a identidade católica. “Schille-beeckx, Küng, o padre Pohier foram repreendidos mas não condenados, este último por um livro em que negava a ressurreição corporal de Cristo.

Pode-se imaginar que, nas universidades romanas, inclusive na Gregoriana, se permitem, sob o pretexto de pesquisa teológica, as teorias mais inverossímeis sobre as relações entre a Igreja e o Estado, sobre o divórcio e sobre outras questões fundamentais?

É certo que o fato de se ter transformado o Santo Ofício, que sempre foi considerado pela Igreja como o Tribunal da fé, favorece estes abusos. Até então qualquer um, fiel, padre e com mais forte razão, bispo, podia submeter ao Santo Ofício um escrito, uma revista, um artigo e perguntar o que a Igreja pensava a respeito, se este escrito era conforme ou não à doutrina católica. Um mês, seis semanas mais tarde, o Santo Ofício respondia: “Isto é justo, isto é falso, isto se deve distinguir, há uma parte verdadeira e uma parte falsa.”

Todo documento era, desta maneira, examinado e julgado definitivamente. Chocavos o fato que se possam levar assim os escritos de uma terceira pessoa ao conhecimento dum tribunal? Que acontece então nas sociedades civis? Não existe um Conselho constitucional para decidir o que é conforme ou não à Constituição? Não existem tribunais, a que se recorre a respeito dos diferentes prejuízos sofridos pelos particulares e pelas coletividades? Pode-se mesmo pedir ao juiz intervir no caso de moralidade pública contra a afixação de um cartaz licencioso ou contra um jornal vendido às claras e cuja primeira página constitui um ultraje aos bons costumes, embora o limite do que é permitido tenha recuado consideravelmente, nestes últimos tempos, em numerosos países.

Mas na Igreja, não se aceitava mais a intervenção dum tribunal, não se devia mais julgar nem condenar. Os modernistas extraíram dos Evangelhos, como os protestantes, a frase que lhes interessava: “Não julgueis.” Mas não tiveram em conta o fato de que Nosso Senhor logo após disse: “Acautelai-vos dos falsos profetas... É pelos seus frutos que os julgareis.” O católico não deve julgar inconsideradamente as faltas de seus irmãos, seus atos pessoais, mas Cristo lhe deu a ordem de preservar sua fé e como ele o fará sem

lançar um olhar crítico a tudo o que se faz ler ou ouvir? É ao magistério que ele se dirigirá quando uma opinião lhe parecer duvidosa; eis para quê servia o Santo Ofício. Mas este, desde a reforma que o afetou, se define a si próprio como “Ofício de pesquisas teológicas”. A diferença é sensível.

Lembro-me de ter perguntado ao cardeal Browne, antigo superior geral dos dominicanos que esteve muito tempo no Santo Ofício:

— Eminência, tendes a impressão de que esta mudança é radical ou simplesmente superficial e acidental?

— Oh, disse-me ele, mas não! A mudança é essencial. É por isso que não nos devemos admirar de que não mais se condene ou tão pouco, se o Tribunal para a fé da Igreja não exerce mais sua função frente aos teólogos e a todos aqueles que escrevem sobre os assuntos religiosos. Segue-se que os erros se disseminam por toda a parte, eles deixaram as cátedras universitárias para invadir os catecismos e os presbitérios das mais remotas paróquias. O veneno da heresia acabou por apoderar-se de toda a Igreja. O magistério eclesiástico está portanto submetido a uma crise muito grave.

Os arrazoados mais absurdos são utilizados para fazerem o jogo destes teólogos, que de teólogos só possuem o nome. Viu-se um padre Duquoc, professor em Lyon, percorrer a França fazendo conferências sobre a oportunidade de conferir o sacerdócio a certos fiéis, inclusive às mulheres. Bom número e católicos reagiram aqui e ali, um bispo do sul tomou firmemente posição contra este pregador duvidoso, o que acontece algumas vezes. Mas em Laval, os leigos ouviram escandalizados a resposta do episcopado: “Nosso dever mais absoluto nesta circunstância é preservar a liberdade de palavra na Igreja.” É estarrecedor! Onde se pôde adquirir esta noção de liberdade de palavra? Ela é totalmente estranha ao direito da Igreja. E além do mais, far-se-ia disto um dever absoluto do bispo! Isto redundaria numa inversão total do senso da responsabilidade episcopal, que consiste em defender a fé e em preservar da heresia o povo que lhe foi confiado.

Eu preciso citar exemplos, escolhidos aliás no domínio público; que o leitor queira acreditar entretanto, que não escrevo para criticar pessoas. É a atitude que se fixou sempre o Santo Ofício. Ele não considerava as pessoas mas somente as obras. Tal teólogo se queixava de que se condenara um de seus livros sem ouvi-lo. Mas o Santo Ofício condenava precisamente trechos de obras e não os autores. Dizia: “Este livro contém frases que não são conformes à doutrina tradicional da Igreja”. Um ponto, eis tudo! Por que remontar àquele que as havia escrito? Suas intenções, sua culpabilidade são da competência dum outro tribunal, o da penitência.

X

Existe, nesta confusão de idéias em que os cristãos parecem comprazer-se, uma tendência particularmente prejudicial à fé e tanto mais perigosa quanto ela se apresenta sob as aparências de caridade. A palavra, que apareceu em 1927 por ocasião dum congresso realizado em Lausanne, deveria por si própria prevenir os católicos se eles se referiam à definição que lhe dão todos os dicionários: "Ecumenismo: movimento favorável à reunião de todas as Igrejas cristãs numa só." Não se podem misturar princípios contraditórios, é evidente, não se podem reunir de maneira a fazer deles uma só coisa, a verdade e o erro. A não ser que se adotem os erros e se rejeite toda ou parte da verdade. O ecumenismo se condena por si mesmo.

O termo conheceu uma tal voga desde o último concílio, que penetrou a linguagem profana. Fala-se de ecumenismo universitário, de ecumenismo informático, e lá sei mais ainda, para exprimir um gosto ou uma idéia preconcebida de diversidade, de ecletismo.

Na linguagem religiosa, o ecumenismo se estendeu ultimamente às religiões não cristãs, traduzindo-se bem depressa em atos. Um jornal do Oeste nos indica por um exemplo preciso a maneira pela qual se processa a evolução: numa pequena paróquia na região de Cherburgo, a população católica se preocupa com trabalhadores muçulmanos que acabam de chegar para uma construção. É uma atitude caridosa pela qual não se pode deixar de felicitá-los. Numa segunda fase, vemos os muçulmanos pedir um local para festejar o Ramadã e os cristãos oferecer-lhes o sub-solo de sua igreja. Depois começa a funcionar neste lugar uma escola corânica. No fim de dois anos, os cristãos convidam os muçulmanos a festejar o Natal com eles, "em torno de uma prece comum preparada com extratos dos capítulos do Corão e com versículos do Evangelho. A caridade mal entendida levou estes cristãos a pactuarem com o erro.

Em Lille, os dominicanos ofereceram uma capela aos muçulmanos para ser transformada em mesquita. Em Versalhes, pediu-se auxílio financeiro nas igrejas para "a aquisição dum lugar de culto para os muçulmanos". Duas outras capelas foram-lhes cedidas em Roubaix e em Marselha, assim como uma igreja em Argenteuil. Os católicos se fazem os apóstolos do pior inimigo da Igreja de Cristo, que é o Islão e oferecem seus óbulos a Maomé! Há, parece, mais de 400 mesquitas na França e em muitos casos são os católicos que deram o dinheiro para sua construção.

Todas as religiões têm hoje direito de cidadania na Igreja. Um cardeal francês celebrava um dia a missa em presença de monges tibetanos que tinham sido colocados na primeira fila vestidos com seus hábitos de cerimônia, e se inclinava diante deles enquanto que um animador anunciava: "Os bonzos participarão conosco da celebração eucarística." Numa igreja de Rennes foi celebrado o culto de Buda; na Itália, vinte monges foram iniciados solenemente no Zen por um budista.

Não acabaria de citar os exemplos de sincretismo aos quais assistimos. Vêem-se desenvolver associações, nascer movimentos que encontram sempre para presidir-lhes um eclesiástico em pesquisa, como aquela que quer chegar "à fusão de todas as espiritualidades no amor". Ou projetos pasmosos como a transformação de Nossa Senhora da Guarda em lugar de culto monoteísta para os cristãos, os muçulmanos e os judeus, projeto felizmente contrariado por grupos de leigos.

O ecumenismo, na sua acepção estrita, reservada então aos cristãos, faz organizar celebrações eucarísticas comuns com os protestantes, assim como sucedeu em particular em Estrasburgo. Ou então são os anglicanos que são convidados na catedral de Chartres para celebrar a "Ceia eucarística". A única celebração que não se admite nem em Chartres, nem em Estrasburgo, nem em Rennes, nem em Marselha é a da santa missa

segundo o rito codificado por São Pio V.

Que conclusão pode tirar de tudo isso o católico que vê as autoridades eclesiásticas dar cobertura a cerimônias tão escandalosas? Que todas as religiões se equivalem, que ele poderia muito bem obter sua salvação com os budistas ou os protestantes. Ele corre o risco de perder a fé na santa Igreja. É bem o que se lhe sugere; quer-se submeter a Igreja ao direito comum, quer-se pô-la no mesmo plano que as outras religiões, recusa-se a dizer, mesmo entre os sacerdotes, os seminaristas e os professores de seminário, que a Igreja Católica é a única Igreja, que ela possui a verdade, que somente ela é capaz de dar a salvação aos homens por Jesus Cristo. Agora se diz abertamente: “A Igreja não é senão um fermento espiritual na sociedade, mas em pé de igualdade com as outras religiões, um pouco mais que as outras, talvez...” Aceita-se em rigor, e nem sempre, em conferir-lhe uma ligeira superioridade.

Neste caso, a Igreja seria apenas útil, não mais necessária. Ela constituiria um dos meios de alcançar a salvação.

É preciso dizê-lo claramente, uma tal concepção se opõe dum modo radical ao próprio dogma da Igreja católica. A Igreja é a única arca da salvação, nós não devemos ter medo de afirmá-lo. Vós freqüentemente ouvistes dizer. “Fora da Igreja não há salvação” e isto choca as mentalidades contemporâneas. É fácil fazer crer que este princípio não está mais em vigor, que se renunciou a ele. Parece ser de uma severidade excessiva.

Entretanto, nada mudou, nada pode ser mudado neste domínio. Nosso Senhor não fundou várias igrejas, mas só uma. Não há senão uma só cruz pela qual nos possamos salvar e esta cruz foi dada à igreja católica; ela não foi dada às outras. À sua Igreja, que é sua esposa mística, Cristo deu todas as suas graças. Nenhuma graça será distribuída ao mundo, na história da humanidade, sem passar por ela.

Isto quer dizer que nenhum protestante, nenhum muçulmano, nenhum budista, nenhum animista será salvo? Não; e constitui um segundo erro pensá-lo.

Aqueles que reclamam da intolerância ouvindo a fórmula de São Cipriano “Fora da Igreja não há salvação” rejeitam o Credo: “Reconheço um só batismo para a remissão dos pecados” e estão insuficientemente instruídos a respeito do batismo. Há três maneiras de recebê-lo: o batismo da água, o batismo do sangue (é o dos mártires que confessam sua fé sendo ainda catecúmenos) e o batismo de desejo.

O batismo de desejo pode ser explícito. Bastantes vezes, na África, ouvíamos um de nossos catecúmenos dizer: “Meu padre, batizai-me logo, pois se eu morrer antes de vossa próxima passagem, eu irei para o inferno.”

Nós lhe respondíamos: “Não; se não tendes pecado mortal na consciência e se tendes o desejo do batismo, já tendes a sua graça em vós.”

Tal é a doutrina da Igreja, que reconhece também o batismo de desejo implícito. Ele consiste no ato de fazer a vontade de Deus. Deus conhece todas as almas e sabe, por conseqüência que nos meios protestantes, muçulmanos, budistas e em toda a humanidade, existem almas de boa vontade. Elas recebem a graça do batismo sem o saberem, mas duma maneira efetiva. Por aí mesmo elas se unem à Igreja.

Mas o erro consiste em pensar que elas se salvam por meio de sua religião. Elas se salvam em sua religião mas não por meio dela. Não há salvação por meio do Islão ou pelo xintoísmo. Não há Igreja budista no céu, nem Igreja protestante. São coisas que podem parecer duras de ouvir, mas esta é a verdade. Não fui eu quem fundou a Igreja, foi Nosso Senhor, o Filho de Deus. Nós, sacerdotes, somos obrigados a dizer a verdade.

Mas a preço de quantas dificuldades os homens dos países não penetrados pelo cristianismo chegam a receber o batismo de desejo! O erro é um obstáculo ao Espírito Santo. Isto explica porque a Igreja tenha sempre enviado missionários a todos os países do mundo, que inúmeros dentre eles tenham conhecido aí o martírio. Se se pode encontrar a salvação em qualquer religião, para que atravessar os mares, ir submeter-se, em climas insalubres, a uma vida penosa, à doença, a uma morte precoce? Desde o martírio de Santo Estevão, o primeiro a dar sua vida por Cristo e o qual por esta razão se festeja no dia seguinte ao do Natal, 26 de dezembro, os Apóstolos puseram-se a caminho para ir difundir a boa nova na bacia do Mediterrâneo; te-lo-iam feito se se soubesse que haveria salvação também no culto de Cibele ou pelos mistérios de Eleusis? Por que Nosso Senhor lhes teria dito: “Ide evangelizar às nações”?

E assombroso que hoje em dia alguns pretendam deixar cada um seguir o seu caminho para Deus segundo as crenças em vigor no seu “meio cultural”. A um padre que queria converter crianças muçulmanas, o seu bispo disse: “Não, fazei delas boas muçulmanas, será muito melhor do que torná-las católicas!” Foi-me certificado que os monges de Taizé tinham pedido, antes do concílio, para abjurar seus erros e tornar-se católicos. As autoridades disseram-lhes então: “Não, esperai. Depois do concílio vós sereis a ponte entre os católicos e os protestantes.”

Os que deram esta resposta assumiram uma grave responsabilidade diante de Deus, pois a graça vem num momento, talvez não venha sempre. Atualmente os caros padres de Taizé, que têm sem dúvida boas intenções, estão ainda fora da Igreja e semeiam a confusão no espírito dos jovens que os vão ver.

Falei das conversões que cessaram brutalmente em países como os Estados Unidos, onde se contavam cerca de 170.000 por ano, a Grã Bretanha, a Holanda... O espírito missionário se extingue porque se deu uma falsa definição da Igreja e por causa da declaração conciliar sobre a liberdade religiosa, da qual devo agora falar.

XI

No concílio, foi o esquema sobre a liberdade religiosa que suscitou as mais acirradas discussões. Isto se explica facilmente pela influência que exerciam os liberais e pelo interesse que tinham nesta questão os inimigos hereditários da Igreja. Passaram-se vinte anos e é possível ver agora que nossos receios não eram exagerados quando este texto foi promulgado, sob a forma duma declaração que reunia noções opostas à Tradição e ao ensinamento de todos os últimos papas. Tanto isto é verdadeiro que princípios falsos ou expressos dum modo ambíguo têm infalivelmente aplicações práticas reveladoras do erro cometido em adoptá-los. Vou mostrar, por exemplo, como os ataques dirigidos contra o ensino católico na França pelo governo socialista são a consequência lógica da nova definição dada à liberdade religiosa pelo Vaticano II.

Façamos um pouco de teologia para compreender bem com que espírito esta declaração foi redigida. A argumentação inicial — e nova — fazia repousar a liberdade, para cada homem, de praticar interior e exteriormente a religião de sua escolha, sobre a “dignidade da pessoa humana”. Era portanto esta dignidade que fundamentava a liberdade, que lhe dava sua razão de ser. O homem podia aderir a qualquer erro em nome de sua dignidade.

Isto era pôr o carro à frente dos bois, apresentar as coisas pelo avesso. Pois aquele que adere ao erro decai de sua dignidade e nada se pode mais estabelecer sobre o erro. De outra parte, o que fundamenta a liberdade não é a dignidade, mas a verdade: “A Verdade vos tornará livres”, disse Nosso Senhor.

Que se entende por dignidade? O homem a tira, segundo a doutrina católica, de sua perfeição, isto é do conhecimento da verdade e da aquisição do bem. O homem é digno de respeito segundo sua intenção de obedecer a Deus e não segundo seus erros. Estes geram indefectivelmente o pecado. Quando Eva, a primeira pecadora, sucumbiu, disse: “A serpente me enganou.” O seu pecado e o de Adão acarretaram a degradação da dignidade humana da qual sofremos desde então.

Daí resulta que não se pode ligar a liberdade à degradação como à sua causa. Ao contrário, a adesão à verdade e o amor de Deus são os princípios da autêntica liberdade religiosa. Pode-se definir esta como a liberdade de render a Deus o culto que lhe é devido e de viver segundo seus mandamentos.

Se tendes seguido bem este raciocínio, a liberdade religiosa não se pode aplicar às religiões falsas, ela não sofre a partilha. Na sociedade civil, a Igreja proclama que o erro não tem direitos; o Estado somente deve reconhecer para os cidadãos o direito de praticarem a religião de Cristo.

Certamente, isto deve parecer como uma pretensão exorbitante àquele que não tem fé. O católico não contaminado pelo espírito do tempo julga-o normal e legítimo. Mas ai! Muitos, entre os cristãos, perderam de vista estas realidades. Repetiu-se tanto que era preciso respeitar as idéias dos outros, colocar-se em seu lugar, aceitar seus pontos de vista, divulgou-se tanto este contra-senso: “A cada um a sua verdade”; tanto se tomou o diálogo pela virtude cardeal por excelência, diálogo que leva obrigatoriamente a concessões: o cristão, por uma caridade mal entendida, acreditou que devia fazê-las mais que seus interlocutores, é freqüentemente o único a fazê-las. Não se imola mais, como os mártires, pela verdade; é a verdade que é por ele imolada.

De outra parte, a multiplicação dos estados leigos na Europa cristã habituou os espíritos ao laicismo e os conduziu a adaptações contrárias à doutrina da Igreja. A doutrina não se adapta, ela é fixa, definida uma vez por todas.

À comissão central preparatória do concílio, dois esquemas tinham sido apresentados, um pelo cardeal Bea sob o título “Da liberdade religiosa”, o outro pelo cardeal Ottaviani, sob o título “Da tolerância religiosa”.

O primeiro se estendia por catorze páginas sem nenhuma referência ao magistério que o precedeu. O segundo compreendia sete páginas de texto e dezesseis páginas de referências, indo de Pio VI (1790) a João XXIII (1959).

O esquema do cardeal Bea continha, no meu parecer e no de um número não negligenciável de padres, afirmações em desacordo com a verdade da Igreja eterna. Lia-se nele, por exemplo: “É por isso que se deve louvar o fato de que, em nossos dias, a liberdade e a igualdade religiosas são proclamadas por numerosas nações e pela Organização Internacional dos Direitos do Homem.”

O Cardeal Ottaviani, por seu turno, expunha muito corretamente a questão: “Da mesma forma que o poder civil se julga com o direito de proteger os cidadãos contra as seduções do erro... ele pode mesmo regular e moderar as manifestações públicas dos outros cultos e defender os seus cidadãos contra a difusão das falsas doutrinas que, a juízo da Igreja, põem em perigo sua salvação eterna.”

Leão XIII dizia (*Rerum novarum*) que o bem comum temporal, fim da sociedade civil, não é puramente de ordem material, mas “principalmente um bem moral”. Os homens se organizaram em sociedade em vista do bem de todos; como se poderia excluir o bem supremo, que é a bem-aventurança celeste?

Há um outro aspecto das coisas que guia a Igreja quando ela nega o direito de cidadania às religiões errôneas: os propagadores de idéias falsas exercem naturalmente uma pressão sobre os mais fracos, os menos instruídos. Quem contestará que o dever do estado seja o de proteger os fracos? É seu principal dever, a razão de ser da organização em sociedade. Ele defende seus indivíduos dos inimigos, no exterior, protege-os na vida quotidiana contra as agressões de todo o gênero, contra os ladrões, os assassinos, os vigaristas e mesmo os Estados leigos asseguram uma proteção em matéria de costumes, proibindo por exemplo a afixação de jornais pornográficos, se bem que a situação se tenha degradado bastante na França neste últimos anos e que ela seja dos piores países como a Dinamarca. Mas enfim, por longo tempo os países de civilização cristã conservaram o senso de suas obrigações em relação aos mais vulneráveis e em particular às crianças! O povo permaneceu sensível a isso e pede ao Estado, por intermédio de suas associações familiares, que tome as medidas necessárias.

Proibir-se-ão emissões de rádio em que o vício é muito ostensivamente apresentado, embora ninguém esteja obrigado a escutá-las, mas porque as crianças dispõem freqüentemente de transistores e por conseguinte não estão mais protegidas. A doutrina da Igreja, que pode parecer excessivamente severa, é acessível ao raciocínio corrente e ao bom senso.

É de regra atualmente rejeitar toda forma de repressão e deplorar que ela se tenha exercido em certos momentos da história. SS. João Paulo II, cedendo a esta moda, condenou a Inquisição por ocasião de sua viagem à Espanha. Mas da Inquisição não se quer reter senão os exageros, esquecendo que a Igreja, criando o Santo Ofício, cujo título exato é “*Sanctum Officium Inquisitionis*”, preenchia sua função de defesa das almas e perseguia aqueles que tentavam falsificar a fé e punham assim em perigo uma população inteira no que concernia à sua eterna salvação. A Inquisição vinha em socorro dos próprios hereges, como se vai em socorro de pessoas que se lançam ao mar para acabar com a vida; acusar-se-iam os salvadores de exercer uma repressão intolerável para com esses infelizes? Para usar duma outra comparação, eu não penso que ocorra à mente de um católico, mesmo perplexo, censurar um governo por interdizer a droga, sob o pretexto

de que ele exerce deste modo uma repressão sobre os drogados.

Pode-se compreender que um pai de família imponha a fé a seus filhos. Nos Atos dos Apóstolos, o centurião Cornélio, tocado pela graça, recebe o batismo “com todos os de sua casa”. Igualmente Clóvis se fez batizar com os seus soldados.

Os benefícios que traz a religião católica mostra o caráter ilusório de preconceitos dos clérigos post-conciliares de abster-se de toda a pressão, e mesmo de toda a influência em relação aos “não crentes”. Na África, onde passei a maior parte de minha vida, as missões combateram os flagelos que são a poligamia, a homossexualidade, o desprezo com que é considerada a mulher. Esta, cuja situação degradante se sabe qual é na sociedade islâmica, se torna uma escrava ou um objeto, desde que a civilização cristã desaparece. Não se pode duvidar do direito da verdade se impor e substituir as religiões falsas. E não obstante a Igreja não preconiza na prática uma intransigência cega em relação ao culto público delas. Ela professou sempre que este podia ser tolerado pelos poderes públicos em vista a evitar um mal maior. É por isso que o cardeal Ottaviani preferia o termo “tolerância religiosa”.

Se nós nos colocamos no caso de um Estado católico, onde a religião de Cristo é reconhecida oficialmente, esta tolerância evita perturbações que seriam prejudiciais ao conjunto. Numa sociedade laica que professa a neutralidade, a lei da igreja, seguramente, não será observada. Então, direis, de que serve mantê-la?

É que em primeiro lugar não se trata duma lei humana que se pode ab-rogar ou modificar. Depois o próprio abandono do princípio tem graves conseqüências; nós já temos registrado várias.

Os acordos entre o Vaticano e certas nações que atribuíam muito justamente um estatuto preferencial à religião católica foram revistos. É o caso da Espanha e há pouco tempo o da Itália, onde o catecismo não é mais obrigatório nas escolas. Até onde se irá? Os novos legisladores da natureza humana pensaram que o papa é também um chefe de Estado? Seria ele levado a laicizar o Vaticano, a autorizar a construção ali dum templo ou duma mesquita?

É também o desaparecimento dos Estados católicos. No mundo atual, há estados protestantes, um estado anglicano, estados muçulmanos, estados marxistas e não se quer mais que haja estados católicos! Os católicos não teriam mais o dever de trabalhar em estabelecê-los, mas o dever de manter o indiferentismo religioso do Estado!

Pio IX chamou a isso “delírio” e “uma liberdade de perdição”. Leão XIII condenou o indiferentismo do Estado em matéria religiosa. O que era bom no seu tempo então não é mais verdadeiro?

Não se pode afirmar a liberdade de todas as comunidades religiosas na sociedade humana sem conceder igualmente a liberdade moral a estas comunidades. O Islão admite a poligamia, os protestantes têm, segundo as Igrejas, posições mais ou menos laxistas sobre a indissolubilidade dos vínculos conjugais e sobre a contracepção... O critério do bem e do mal desaparece. Na Europa, o aborto não é proibido pela lei a não ser na Irlanda católica. Não é possível que a Igreja de Deus acoberte de certa maneira estes excessos afirmando a liberdade religiosa.

Outra conseqüência: as escolas livres. O Estado não pode mais compreender que existam escolas católicas e que elas se atribuam a parte do leão no setor do ensino particular. Ele as coloca no mesmo plano, como se viu recentemente, que as escolas fundadas pelas seitas e diz: “Se nós vos permitirmos existir, devemos fazer o mesmo para Moon e por qualquer outra comunidade deste gênero, que têm uma reputação tão má.” E a Igreja não possui mais argumentos! O governo socialista tirou muito bem partido da

declaração sobre a liberdade religiosa. Conforme o mesmo princípio imaginou-se fazer uma fusão das escolas católicas com as outras, contanto que estas observem o direito natural! Ou então as abriram às crianças de qualquer religião, lisonjeando-se algumas de ter mais crianças muçulmanas que cristãs.

É assim que a Igreja, aceitando um estatuto de direito comum nas sociedades civis, corre o risco de tornar-se uma seita entre as outras. Ela se coloca na conjuntura de desaparecer, pois é evidente que a verdade não pode ceder seus direitos ao erro sem se renegar.

As escolas livres adotaram na França para se manifestarem nas ruas um hino muito belo mas cujas palavras traem o contágio deste espírito detestável: “Liberdade, tu és a única verdade.” A liberdade, considerada como um bem absoluto, é quimérica. Aplicada à ordem religiosa, conduz ao relativismo doutrinal e à indiferença prática. Os católicos perplexos devem agarrar-se à palavra de Cristo que eu citava: “É a verdade que os libertará”.

XII

Resumamos. O bom senso cristão se choca a cada instante com a nova religião. O católico está exposto a uma dessacralização geral; tudo se lhe mudou, adaptou. Faz-se-lhe compreender que todas as religiões trazem a salvação, que a Igreja acolhe indistintamente os cristãos separados e mesmo o conjunto dos crentes, inclinem-se eles diante de Buda ou de Krishna. Explica-se que os clérigos e os leigos são membros iguais do “Povo de Deus” de modo que leigos designados para funções particulares assumem tarefas clericais (vêm-se celebrar sozinhos os enterros e encarregar-se do viático aos doentes, enquanto que os clérigos assumem as tarefas dos leigos, se vestem como eles, vão trabalhar nas usinas, se inscrevem nos sindicatos, fazem política. O novo direito canônico reforça esta concepção. Ele confere prerrogativas inéditas aos fiéis, reduzindo a diferença entre estes e os sacerdotes e instituindo o que chama de “direitos”: teólogos leigos podem ter acesso às cátedras de teologia nas universidades católicas, os fiéis participam do culto divino no que estava reservado a certas ordens menores e à administração de certos sacramentos: distribuição da comunhão, participação no testemunho ministerial, nas cerimônias do casamento.

Fórmula suspeita, pois a doutrina de sempre ensina que a Igreja de Deus é a Igreja Católica.

De outra parte lê-se que a Igreja de Deus “subsiste” na Igreja Católica. Se se aceita esta formulação recente, pareceria que as comunidades protestantes e ortodoxas façam igualmente parte dela, o que é falso, uma vez que elas se separaram da única Igreja fundada por Jesus Cristo: *Credo in unam sanctam Ecclesiam*.

O novo direito canônico foi redigido às pressas e na confusão, e a prova disto é que, promulgado em janeiro de 1983, ele conhecia, em novembro do mesmo ano, 114 modificações. Também isto desconcerta o cristão, que tinha o hábito de se referir à legislação eclesiástica, como a qualquer coisa de fixo.

Se, como pai de família, ele tem a preocupação de educar bem seus filhos, sendo praticamente assíduo ou afastado da prática dos sacramentos, as decepções o esperam. As escolas católicas adotaram em numerosos casos a co-educação, ministra-se nelas a educação sexual, o ensino religioso desaparece nas classes superiores, não é raro encontrarem-se professores com orientações socialistas, senão comunistas. Por ocasião de uma questão que causou muito rumor no oeste da França, um destes educadores, eliminado pelos pais e depois reintegrado pela direção diocesana, apresentava assim sua defesa. “Seis meses depois de ter entrado em Notre Dame, um pai de aluno quis simplesmente eliminar-me pois no início do ano eu me havia apresentado sob todos os pontos de vista, político (de esquerda), social, religioso... Não era possível, na sua opinião ser professor de filosofia e socialista num estabelecimento privado”.

Um outro caso que sucede no Norte: um novo diretor é nomeado numa escola pela direção diocesana: os pais se dão conta, ao cabo de algum tempo, de que ele é militante num sindicato de esquerda, de que se trata dum sacerdote reduzido ao estado leigo e casado, de que seus filhos não parecem ter sido batizados. Pelo Natal ele organiza uma festa para os alunos e os pais, com a participação do Auxílio popular que é, como se sabe, uma organização comunista. Então os católicos de boa vontade se perguntam se é útil fazer esforços para pôr seus filhos na escola livre.

Numa instituição para moças do centro de Paris, o catequista se apresenta numa manhã como o capelão de Fresnes, que acompanha um jovem detento de dezoito anos. Eles explicam às alunas que os prisioneiros se sentem muito sós, que têm necessidade de afeição, de contatos com o exterior e de correspondência. Se uma ou outra das alunas

quiser tornar-se protetora, ela pode dar seu nome e seu endereço. Mas sobretudo não se deve falar disto aos pais, pois eles não compreendem estas coisas; isto deve permanecer um assunto de jovens.

Noutro lugar, é uma professora primária que é repreendida, desta vez por um grupo de pais, por ter ensinado a seus alunos fórmulas de catecismo e a Ave-Maria. Ela foi absolvida pelo bispo, coisa que não poderia ser mais normal, mas que parece tão insólita que a carta foi reproduzida na "Famille éducatrice" e assinala um acontecimento.

Como entender isto? Quando o governo francês decidiu acabar com a escola livre, ela se mostrou vulnerável porque, na quase totalidade dos casos, não correspondia mais à sua missão, quer num ponto, quer em vários. Seus adversários tinham motivos de dizer: que fazeis no sistema educativo? Para que servis? Nós fazemos a mesma coisa; por que duas escolas? Certamente encontram-se ainda reservas de fé e convém render homenagem a numerosos professores conscientes de suas responsabilidades, mas o ensino católico não se afirma mais de um modo claro em face da escola pública, ele percorreu uma boa metade do caminho no qual o querem comprometer os zeladores do laicismo. Foi-me relatado que, nas manifestações, grupos haviam causado escândalo cantando "Queremos Deus nas nossas escolas". Os organizadores tinham secularizado o mais possível os cantos, os slogans, os discursos afim de, diziam eles, não pôr em posição embaraçosa as pessoas que tinham vindo sem preocupações religiosas particulares, e entre as quais se encontravam descrentes e até socialistas.

É fazer política querer afastar o comunismo e o socialismo de nossas escolas? O católico sempre pensou que a Igreja se opunha a estas doutrinas devido ao ateísmo militante que elas professam. Ele tem visto perfeitamente razão quanto ao princípio e quanto às aplicações: o ateísmo determina modos radicalmente diferentes de conceber o sentido da vida, o destino das nações, as orientações da sociedade. Houve tanto mais estranheza ao ler em Le Monde de 5 de junho de 1984 que Dom Lustiger, respondendo às perguntas deste jornal e exprimindo de resto várias idéias muito justas, se queixa de ter visto escapar uma oportunidade histórica com o voto do Parlamento sobre a escola livre. Esta oportunidade, explica ele, consistia em encontrar, em acordo com os social-comunistas, um certo número de valores fundamentais para a educação das crianças. Que valores fundamentais comuns pode haver entre a esquerda marxista e a doutrina cristã?

É tudo o oposto.

Mas o católico vê com surpresa intensificar-se o diálogo entre a hierarquia eclesiástica e os comunistas.

Os dirigentes soviéticos, e também terroristas como Yasser Arafat são recebidos no Vaticano. O concílio deu o tom, recusando renovar a condenação do comunismo. Não encontrando sinal disto nos esquemas que lhes eram submetidos, quatrocentos e cinqüenta bispos, lembremo-lo, tinham assinado uma carta reclamando uma revisão neste sentido. Eles se apoiavam nas condenações passadas e, em particular, na afirmação de Pio XI que qualificava o comunismo de "intrinsecamente perverso", significando com isto que não havia nesta ideologia aspectos negativos e aspectos positivos, mas que se devia rejeitá-lo em sua integralidade. Tem-se lembrança do que adveio daí: a emenda não foi transmitida aos padres, o secretariado central do concílio declarou não ter tido conhecimento dela, depois a comissão admitiu que a tinha recebido mas demasiadamente tarde, o que não era exato. Foi um escândalo, que terminou pela anexação, por ordem do papa, à constituição Gaudium et spes, numa passagem alusiva sem grande alcance.

Quantas declarações de bispos para justificar, senão para encorajar a colaboração

com os comunistas, independentemente do ateísmo ostensivo! “Não compete a mim, mas aos cristãos, que são adultos responsáveis, dizia Dom Matagrín, ver em que condições eles podem colaborar com os comunistas.” Para Dom Delorme os cristãos devem “lutar por mais justiça no mundo com todos os que são animados pela justiça e pela liberdade, inclusive os comunistas”. É o mesmo tom em Dom Poupard que incita a “trabalhar com todos os homens de boa vontade em todas as obras da justiça onde se constrói incansavelmente um mundo novo”.

Num boletim diocesano, a oração fúnebre dum padre operário foi arranjada assim: “Ele tomou o partido do mundo dos trabalhadores por ocasião das eleições municipais. Não podia ser o sacerdote de todos, ele optou por aqueles que faziam a escolha da sociedade socialista. Foi duro para ele. Criou-se inimigos, mas também muitos novos amigos. Tito Paulo era um homem posicionado”. Um bispo dissuadia, há pouco tempo, seus sacerdotes de falar nas suas paróquias da obra “ajuda à Igreja na miséria” dizendo: “minha impressão é que esta obra se apresenta sob aparências muito exclusivamente anticomunistas.”

Verifica-se com assombro que a excusa dada a este gênero de colaboração repousa sobre a noção, falsa em si mesma, de que o partido comunista teria por objetivo instaurar a justiça e a liberdade. É preciso lembrar sobre este assunto as palavras de Pio IX: “Se os fiéis se deixam enganar pelos promotores das manobras atuais, se consentem em conspirar com eles para os sistemas perversos do socialismo e do comunismo, que o saibam e o considerem seriamente: acumulam para si mesmos e junto do divino Juiz tesouros de vingança no dia da cólera; e, na espera disto, não provirá desta conspiração nenhuma vantagem temporal para o povo, mas antes um aumento de misérias e de calamidades.”

Basta, para ver a justeza desta advertência lançada em 1849, há mais de cento e quarenta anos, observar o que se passa em todos os países colocados sob o jugo comunista. Os acontecimentos deram razão ao papa do Syllabus e, não obstante isto, a ilusão continua viva e mesmo se acentua. Mesmo na Polônia país católico entre todos, os pastores não apresentam mais a questão da fé católica e da salvação das almas como primordial e que deve fazer aceitar todos os sacrifícios, inclusive o da vida. O que mais importa no seu espírito é não provocar ruptura com Moscou, o que permite a Moscou reduzir a uma escravidão ainda mais completa o povo polonês, sem encontrar a verdadeira resistência.

O padre Floridil mostra com clareza os compromissos da “Ostpolitik” vaticana:⁶

“É sabido que os bispos tchecoslovacos consagrados por Mons. Casaroli são colaboradores do regime, como o são os bispos que dependem do patriarcado de Moscou... Feliz de ter podido dar um bispo a cada diocese húngara, o papa Paulo VI rendeu homenagem a Janos Kadar, primeiro secretário do partido comunista húngaro” principal promotor e o mais autorizado da normalização das relações entre a Santa Sé e a Hungria”. Mas o papa não dizia o preço elevado pelo qual tinha sido paga esta normalização: a instalação em postos importantes da Igreja de “padres da paz”... De fato, grande foi o estupor dos católicos quando ouviram o sucessor do cardeal Mindzenty, o cardeal Laszlo Lekai, prometer intensificar o diálogo entre católicos e marxistas”. Falando da perversidade intrínseca do comunismo, Pio XI acrescentava: “e não se pode admitir em nenhum terreno a colaboração com ele da parte de qualquer que deseja salvar a civilização cristã!!

Esta ruptura com o ensino da Igreja, ajuntando-se àquelas que enumerei, nos obriga a afirmar que o Vaticano está ocupado por modernistas e por homens deste mundo que

⁶ R. P. Ulisses Floridi, MOSCOU ET LE VATICAN, Ed. France-Empire.

acreditam encontrar nas astúcias humanas e diplomáticas mais eficácia para a salvação do mundo do que aquilo que foi instituído pelo divino fundador da Igreja.

Citei o cardeal Mindszenty; como ele, todos os heróis e os mártires do comunismo, em particular os cardeais Beran, Stepinac, Wyszynski, Slipyi são considerados como testemunhas embaraçosas pela atual diplomacia vaticana e, digamo-lo como reprovações mudas no que respeita aos primeiros, hoje adormecidos na paz do Senhor, enquanto que se abafa a grande voz do cardeal Slipyi.

As mesmas aproximações se realizaram com a franco-maçonaria, não obstante a declaração desprovida de ambigüidade da Congregação para a Doutrina da Fé em fevereiro de 1981, à qual havia precedido uma declaração da Conferência episcopal alemã em abril de 1980. Mas o novo direito canônico não faz menção delas e não formula expressamente nenhuma sanção. Os católicos souberam anteriormente que os maçons B'nai Brith tinham sido recebidos no Vaticano e, numa data recente, o arcebispo de Paris acolhia, para uma conversa, o grão mestre numa loja, enquanto certos eclesiásticos não se cansam de querer reconciliar a Sinagoga de Satã com a Igreja de Cristo.

Tranqüilizam-se os católicos dizendo-lhes como para o resto: “A condenação das seitas ontem era talvez fundada, mas os irmãos tripingados não são mais aqueles que eram”. “Vejamo-los então agindo. O escândalo da loja P2, na Itália, está ainda bem fresco nas memórias. Na França não há dúvida de que a lei laica contra o ensino livre é antes de tudo obra do Grande Oriente, que multiplicou as pressões junto do Presidente da República e de seus filiados presentes no governo e nos gabinetes ministeriais para que se realize enfim o “grande serviço da educação nacional”. Eles agiram mesmo, desta vez, às claras; jornais como Le Monde fizeram regularmente a justificação de suas negociações, seu plano e sua estratégia foram publicadas em suas revistas.

Devo acrescentar que a maçonaria é sempre o que era? O antigo grão mestre do Grande Oriente, Jacques Mitterand, que confessava pela rádio em 1969: “Nós tivemos sempre bispos e padres nas nossas lojas”, fazia a seguinte profissão de fé: “Se colocar o Homem sobre o altar em vez de nele colocar Deus é o pecado de Lúcifer, todos os humanistas desde o Renascimento cometem este pecado. “ Esta foi uma das censuras invocadas contra os franco-maçons, quando foram excomungados pela primeira vez pelo papa Clemente XII em 1738. Em 1982, o grão mestre Jorge Marcou não dizia outra coisa: “É o problema do homem que prevalece.” Na primeira ordem de suas preocupações, quando foi reeleito figurava o abono do aborto pelo seguro social, “passando por esta medida a igualdade econômica das mulheres.”

Os franco-maçons penetram na Igreja. Em 1976, informava-se de que aquele que tinha sido a alma da reforma litúrgica, Mons. Bugnini, era franco-maçom. Pode-se julgar, desta revelação, que não era ele o único. O véu que cobria a maior mistificação da qual o clero e os fiéis foram objeto começava a rasgar-se. Vê-se mais claro com o tempo e os adversários seculares da Igreja também: “Há alguma coisa que mudou na Igreja, escreve Jacques Mitterand, as respostas formuladas pelo papa às questões mais candentes, como o celibato dos padres ou a regulação dos nascimentos, são ardentemente contestadas no seio da própria Igreja; a palavra do Soberano Pontífice é questionada por certos bispos, por padres, por fiéis. Para o franco-maçom o homem que discute o dogma já é um franco-maçom sem avental.”

Um outro irmão, M. Marsaudon, do rito escocês, fala assim do ecumenismo cultivado no decurso do concílio: “Os católicos, particularmente os conservadores, não se deverão esquecer por isso de que todo o caminho conduz a Deus. E (deverão) manter-se nesta corajosa noção de liberdade de pensamento que, pode-se verdadeiramente falar aí de revolução, oriunda de nossas lojas maçônicas, se estendem magnificamente sobre a cúpula de São Pedro”.

Eu queria citar-vos ainda um texto próprio a esclarecer esta questão e mostrando quem espera ser o vencedor do outro na reaproximação preconizada pelo abade Six e pelo padre Riquet. Ele é extraído da revista maçônica Humanismo, número de novembro-dezembro de 1968. “Entre os pilares que desabariam mais facilmente, citemos o poder doutrinal dotado de infalibilidade que tinha acreditado solidificar, transcorridos cem anos, o primeiro concílio do Vaticano, e que acaba de suportar assaltos conjugados na ocasião do aparecimento da encíclica Humanae Vitae; a presença real eucarística que a Igreja tinha conseguido impor às massas medievais e que desaparecerá com o progresso das intercomunicações e das concelebrações entre padres católicos e pastores protestantes; o caráter sagrado do sacerdote, que decorria da instituição do sacramento do Ordem e que cederá o lugar a um caráter eletivo e temporário; a distinção entre a Igreja dirigente e o clero “negro”, operando-se o movimento, de agora em diante da base para o cimo, como em toda democracia; a desapareção progressiva do caráter ontológico e metafísico dos sacramentos e, com toda a certeza, a morte da confissão, tornando-se o pecado na nossa civilização uma das noções mais anacrônicas que nos legou a severa filosofia da Idade Média, herdeira do pessimismo bíblico.”

Notar-se-á que os franco-maçons estão prodigiosamente interessados no futuro da Igreja, mas é para devorá-la. Os católicos devem sabê-lo, não obstante as sereias que procuram fazê-los dormir, e todas estas forças destruidoras são estreitamente dependentes umas das outras. A maçonaria se define como a filosofia do liberalismo, cuja forma aguda é o socialismo. O conjunto se agrupa muito bem sob o termo empregado por Nosso Senhor: “as Portas do inferno”.

XIII

Mas donde provém então que as portas do inferno dirijam neste momento uma tal sarabanda? A história da Igreja foi sempre agitada por perseguições, heresias, conflitos com o poder temporal, pela conduta licenciosa em certas épocas, duma parte do clero, mesmo de alguns papas. Desta vez a crise parece mais profunda, uma vez que atinge a própria fé. O modernismo contra o qual nos chocamos não é uma heresia do mesmo tipo que qualquer outra, mas a cloaca coletora de todas as heresias; as perseguições não provêm somente do exterior, mas do interior do santuário; o escândalo de um clero demissionário ou dissoluto pretende institucionalizar-se, os mercenários que abandonam as ovelhas ao lobo são encorajados e cobertos de honras.

Reprovam-me por vezes o fato de eu denegrir a situação, de lançar um olhar reprovador, por não sei que complacência rabugenta, sobre uma evolução em resumo lógica e necessária. Mas o próprio papa, que foi a alma do Vaticano II, verificou muitas vezes seguidas a decomposição da qual falo com tristeza. A 7 de dezembro de 1969, Paulo VI dizia: “A Igreja se encontra numa hora de inquietude, de autocrítica, dir-se-ia mesmo, de autodestruição. É como uma reviravolta interior, aguda e complexa. Como se a Igreja se golpeasse a si própria.”

No ano seguinte ele confessava: “Em numerosos domínios, o concílio não nos deu até o presente a tranqüilidade mas antes suscitou perturbações e problemas não úteis à consolidação do Reino de Deus na Igreja e nas almas.”

Até este grito de alarme do dia 29 de junho de 1972, na festa de são Pedro e são Paulo: “A fumaça de Satanás entrou por alguma brecha no templo de Deus: a dúvida, a incerteza, a problemática, a inquietude, a insatisfação, o desafio abriram caminho... A dúvida entrou nas nossas consciências.”

Qual é esta brecha? Podemos situar no tempo, com certeza, o momento em que ela se produziu: 1789 e lhe dar um nome: a Revolução.

Os princípios maçônicos e anticatólicos da Revolução francesa levaram dois séculos para penetrar nas cabeças clericais e nas cabeças mitradas. É hoje um fato consumado, tal é a realidade, e a causa, católicos inquietos, de vossas perplexidades. Foi preciso que os fatos estivessem diante dos nossos olhos para que nós acreditássemos, pois a priori julgaríamos esta empresa impossível, incompatível com a própria natureza da Igreja ajudada pelo Espírito de Deus.

Numa página famosa, escrita em 1877, Mons. Gaume fazia a própria revolução definir-se: “Eu não sou o que se acredita. Não sou nem o carbonarismo, nem o tumulto, nem a troca da monarquia pela república, nem a substituição de uma dinastia por outra, nem a perturbação momentânea da ordem pública. Eu não sou nem os uivos dos Jacobinos nem os furores da Montanha, nem o combate das barricadas nem a pilhagem, nem o incêndio, nem a lei agrária, nem a guilhotina, nem os afogamentos. Não sou nem Marat nem Robespierre, nem Babeuf nem Mazzini nem Kossuth. Estes homens são meus filhos, não são eu. Estas coisas são minhas obras, não são eu. Estes homens e estas coisas são fatos passageiros e eu sou um estado permanente... Sou o ódio de toda a ordem que o homem não estabeleceu e na qual ele não é rei e Deus ao mesmo tempo.”

Tem-se aqui a chave da vontade da “mudança” na Igreja; trata-se de substituir uma instituição divina por uma instituição feita pela mão do homem. E o homem toma a dianteira de Deus. Ele invade tudo, tudo começa e termina nele, é diante dele que se se prosterna.

Paulo VI definia esta reviravolta da maneira seguinte em seu discurso de

encerramento do concílio: “O humanismo leigo e profano apareceu enfim em sua terrível estatura e, num certo sentido, desafiou o concílio. A religião de Deus que se fez homem se encontrou com a religião (pois é uma delas) do homem que se faz Deus.” Ele acrescentava logo que, apesar deste terrível desafio, não se havia dado nenhum choque, nenhum anátema. Ai! Dando mostras duma “simpatia sem limites pelos homens” o concílio faltou ao dever de lembrar dum modo firme que não há compromisso possível entre as duas atitudes e mesmo o discurso de encerramento pareceu dar início àquilo que vemos pôr em prática cada dia. “Reconhecei-lhe ao menos este mérito (ao concílio), vós humanistas modernos que renunciáveis à transcendência das coisas supremas, e sabeis reconhecer nosso novo humanismo, nós também, nós mais do que qualquer outro, temos o culto do homem.”

Depois ouvimos da mesma boca frases a desenvolverem este tema: “Os homens, no fundo, são bons, são orientados para a razão, para a ordem e o bem comum” (Mensagem para a Jornada da Paz, 14 de novembro de 1970). “O cristianismo e a democracia têm em comum um princípio de base: o respeito pela dignidade e pelo valor da pessoa humana... A promoção integral do homem” (Manilha, 20 de novembro de 1970). Como não estar aterrado por este paralelo, enquanto que a democracia, sistema especificamente leigo, ignora no homem sua qualidade de filho de Deus resgatado, único aspecto que lhe confere sua dignidade? A promoção do homem não é certamente a mesma, vista por um cristão ou por um descrente.

A mensagem pontifical se secularizava a cada ocasião. Em Sydney, a 3 de dezembro de 1970, ouvíamos com surpresa esta afirmação: “Não há mais isolamento permitido: é chegada a hora da grande solidariedade dos homens entre si, para o estabelecimento duma comunidade mundial unida e fraterna.” A paz entre todos os homens certamente, mas os católicos não reconheciam mais as palavras de Cristo: “Eu vos dou a minha paz; mas não vo-la dou como a dá o mundo.” O liame que unia a terra ao céu parecia ter-se rompido: “Pois bem, nós estamos na democracia! Isto quer dizer que o povo manda, que o poder provém do número, da população tal como é.” (Paulo VI, 1 de janeiro de 1970). Jesus tinha dito a Pilatos: “Não terias nenhum poder sobre mim se te não fosse dado do alto.” Todo o poder vem de Deus e não do número, mesmo se a escolha do chefe tenha sido feita por um sistema eletivo. Pilatos era o representante duma nação pagã e não obstante nada podia sem a permissão do Pai do céu.

E eis que a democracia entra na Igreja. O novo direito canônico mostra os poderes residindo no “Povo de Deus”. Esta tendência a fazer participar o que se chama base do exercício do poder se encontra em todas as estruturas estabelecidas: sínodo, conferências episcopais, conselhos presbiterais ou pastorais, comissões nacionais; há instituições equivalentes nas ordens religiosas.

É a democratização do magistério, perigo mortal para milhões de almas desamparadas e intoxicadas as quais os médicos não socorrem, pois ela arruinou a eficácia de que era provido precedentemente o magistério pessoal dos papas e dos bispos. Quando se põe uma questão concernente à fé ou à moral, ela é submetida a múltiplas comissões teológicas que não chegam a pronunciar-se a respeito, porque os membros estão divididos em suas opiniões, em seus métodos. Basta ler os relatos das assembléias em todos os escalões para reconhecer que a colegialidade do magistério equivale à paralisia do mesmo.

Foi a pessoas que Nosso Senhor mandou apascentar seu rebanho, não a uma coletividade; os Apóstolos obedeceram às ordens do Mestre e até o século XX foi assim. Foi preciso chegar ao nosso tempo para ouvir falar da Igreja em estado de concílio permanente, de Igreja em contínua colegialidade. Os resultados não se fizeram esperar: tudo está de pernas para o ar, os fiéis não sabem a quem se dirigir.

À democratização do magistério segue-se naturalmente a democratização do governo que se realizou sob o impulso do famoso slogan da “colegialidade”, difundida a todos os ventos pela imprensa comunista, protestante e progressista.

Colegializou-se o governo do papa ou o dos bispos com um colégio presbiteral, ou do padre de paróquia com um conselho pastoral de leigos, tudo articulado em inumeráveis comissões, conselhos, sessões, etc. O novo Código de Direito Canônico está todo impregnado desta noção. O papa é nele definido antes de tudo como o chefe do colégio episcopal. Encontra-se aí a doutrina já sugerida pelo documento *Lumen Gentium* do concílio, segundo a qual o colégio dos bispos unido ao papa, goza como ele do poder supremo na Igreja, e isto dum modo habitual e constante.

Não é uma modificação superficial; esta doutrina do duplo poder supremo é contrária ao ensino e a prática do magistério da Igreja. Ela se opõe às definições do Concílio Vaticano I e a encíclica de Leão XIII *Satis Cognitum*. Somente o papa tem o poder supremo; ele não o comunica senão na medida em que julga oportuno, e em circunstâncias extraordinárias. Só o papa tem um poder de jurisdição que se estende ao mundo inteiro.

Assiste-se assim a uma restrição da liberdade do poder do Soberano Pontífice. Sim, é a revolução! Os fatos demonstram que não temos aí uma modificação sem alcance prático, João Paulo II é o primeiro papa verdadeiramente atingido pela reforma. Podem-se citar vários casos precisos em que ele voltou atrás numa decisão sob a pressão duma conferência episcopal, o catecismo holandês terminou por receber o “imprimatur” do arcebispo de Milão sem que as modificações exigidas pela comissão cardinalícia tivessem sido feitas. Aconteceu o mesmo com o catecismo canadense, a propósito do qual eu ouvi uma voz autorizada dizer em Roma: “Que quereis que se faça diante duma conferência episcopal?”.

A independência tomada pelas conferências foi ilustrada também na França a respeito dos catecismos. Os novos manuais estão em oposição em quase todos os pontos à exortação apostólica *Catechesi Tradendae*. A visita *ad limina* dos bispos da Ilha de França, em 1982, consistiu para eles em fazer homologar pelo papa uma catequese que manifestamente não tem sua aprovação. A alocução pronunciada no fim da visita por João Paulo II tem todas as características dum compromisso, graças ao qual os bispos poderiam regressar de cabeça erguida a seu país e perseverar em sua empresa nefasta. A conferência do cardeal Ratzinger, em Paris e em Lyon, indica bem que Roma não aquiesceu às razões dadas pelos bispos da França para instaurar uma nova pedagogia e uma nova doutrina, mas que a Santa Sé foi constrangida a proceder assim por pressões desta sorte, por sugestões e conselhos, em lugar de dar as ordens requeridas para recolocar as coisas no bom caminho e condenar, se for preciso, como sempre fizeram os papas guardiães do depósito da fé.

Quanto ao bispo, cuja jurisdição pareceria assim ter aumentado, ele próprio é vítima da colegialidade, que o paralisa no governo de sua diocese.

Quantas reflexões foram feitas pelos próprios bispos a este respeito e como são instrutivas. Teoricamente pode o bispo, em numerosos casos, agir contra o voto da assembléia, por vezes mesmo contra uma maioria, se o voto não foi submetido à Santa Sé; mas na prática isto se revela impossível. Após o fim da assembléia, as decisões são publicadas pelo secretário. Elas são conhecidas por todos os padres e fiéis, os intermediários veiculam o essencial. Que bispo poderá opor-se de fato a estas decisões sem demonstrar seu desacordo com a assembléia e encontrar imediatamente diante de si alguns espíritos revolucionários que apelarão para a assembléia contra ele?

O bispo é o prisioneiro da colegialidade, que se deveria limitar a ser um organismo

de consulta, de reunião, mas não se tornar um órgão de decisão. Mesmo para as coisas mais simples ele deixou de ser o chefe em sua casa. Pouco depois do concílio, como eu visitava nossas comunidades, o bispo duma diocese do Brasil veio buscar-me muito cortesmente na plataforma da estação.

— Eu não posso hospedar-vos no palácio episcopal, disse-me, mas mandei preparar-vos um alojamento no seminário menor.

Ele próprio me conduziu até lá, a casa estava em efervescência, eu via por toda parte, nos corredores e nas escadas, moços e moças.

— Estes jovens são seminaristas? perguntei.

— Infelizmente não! Acreditai bem que não estou de acordo com a presença de todos estes jovens no meu seminário, mas é a conferência episcopal que decidiu que devíamos doravante fazer sessões de ação católica em nossos estabelecimentos. Estes que vedes estão aqui por oito dias. Que quereis que eu faça? Não posso proceder diferentemente dos outros!

Os poderes conferidos por direito divino a pessoas foram assim confiscados, quer se trate do papa quer dos bispos, em proveito duma entidade cuja influência não fez senão reforçar-se.

As conferências episcopais, dir-se-á, não datam de hoje; Pio X já as havia aprovado no começo do século. É exato, mas este santo papa lhes havia dado uma definição que as justificava: "Estamos persuadidos de que estas assembléias de bispos são da maior importância para manter e desenvolver o reino de Deus em todas as regiões e em todos os domínios. Quando os bispos guardiães das coisas santas, põem assim em comum suas luzes, resulta que não somente percebem melhor as necessidades de seus povos e escolhem os remédios mais convenientes, mas ainda estreitam os vínculos que os uniam entre si."

Não se tratava, por conseguinte, duma instituição de carácter oficial, tomando, como tal, decisões aplicáveis obrigatoriamente por seus membros. Tanto como um congresso de sábios não fixa a maneira pela qual as pesquisas deverão ser conduzidas num tal ou tal laboratório.

A conferência episcopal funciona como um Parlamento, o conselho permanente do episcopado francês é o seu órgão executivo. O bispo se assemelha mais a um prefeito, a um comissário da República, para empregar a terminologia na moda, do que ao sucessor dos Apóstolos encarregado pelo papa de governar uma diocese.

Nestas assembléias, se vota; os escrutínios são mesmo tão numerosos que foi preciso instalar em Lourdes um sistema de voto eletrônico. Segue-se necessariamente a formação de partidos, pois as duas coisas não acontecem uma sem a outra. Quem diz partidos, diz divisões. Quando o governo habitual é submetido a votos consultivos no seu exercício normal ele se torna ineficaz. É então a coletividade que sofre com isto.

A introdução do colegialismo acarretou um enfraquecimento considerável de sua eficácia uma vez que o Espírito Santo é mais facilmente contrariado e contristado numa assembléia que numa pessoa. Quando as pessoas são responsáveis, elas agem, falam, mesmo se algumas se calam. Na assembléia, é o número que decide.

Mas o número não faz a verdade.

Ele não causa também a eficácia, como se verifica após vinte anos de colegialismo, e como se teria podido pressupor sem fazer a experiência; o fabulista falava, há já muito tempo, dos "muitos cabidos que se reuniram para nada". Haveria necessidade de copiar os regimes políticos em que o sufrágio justifica as decisões, dado que eles não têm mais

chefes soberanos? A Igreja possui a imensa vantagem de saber o que deve fazer para difundir o reino de Deus. Seus chefes são instituídos. Quanto tempo perdido em elaborar declarações comuns, que jamais satisfazem porque foi necessário ter em conta pareceres de uns e de outros! Quantas viagens incessantes para se dirigirem a comissões, e subcomissões, a reuniões preparatórias! Dom Etchegaray dizia em Lourdes, no encerramento da assembléia de 1978: "Nós não sabemos mais onde pôr a cabeça."

Dáí resulta que o poder de resistência da Igreja ao comunismo, à heresia, à imoralidade, diminui consideravelmente. É o que seus adversários desejavam e é porque eles tanto fizeram, no momento do concílio e desde então, para impelila pelo caminho da democracia.

Se se observa bem, é com sua divisa que a Revolução penetrou na Igreja de Deus. A liberdade, é a liberdade religiosa tal como foi dito mais acima, a qual dá direito ao erro. A igualdade, é a colegialidade, com a destruição da autoridade pessoal, da autoridade de Deus, do papa, dos bispos, a lei do número. A fraternidade enfim é representada pelo ecumenismo.

Por estas três palavras, a ideologia revolucionária de 1789 tornou-se a Lei e os Profetas. Os modernistas chegaram ao que queriam.

XIV

A aproximação que eu faço da crise da Igreja com a Revolução Francesa não é uma simples metáfora. Nós estamos na continuidade dos filósofos do século XVIII e do transtorno que suas idéias provocaram no mundo. Os que transmitiram este veneno à Igreja são os mesmos a confessá-la. É o cardeal Suenens exclamando: "o Vaticano II, é o 1789 na Igreja", e acrescentava, entre outras declarações desprovidas de precauções oratórias: "Não se compreende nada da Revolução Francesa ou russa se se ignora o antigo regime ao qual elas puseram fim... Iguamente em matéria eclesiástica, uma reação não se julga senão em função do estado de coisas que a precedem."

O que precedeu e que ele considerava como devendo ser abolido, é o maravilhoso edifício hierárquico que tinha no seu cimo o papa, vigário de Jesus Cristo sobre a terra: "O concílio Vaticano II marcou o fim duma época, por menos que se recue, ele marcou mesmo o fim de uma série de épocas, o fim de uma era".

O padre Congar, um dos artífices das reformas não falava de outra maneira: "A Igreja fez, pacificamente, sua Revolução de outubro." Plenamente consciente, ele notava: "A declaração sobre a liberdade religiosa diz materialmente o contrário do *Syllabus*". Eu poderia citar um grande número de testemunhos deste gênero. Em 1976, o Pe. Gelineau, um dos chefes de fila do centro nacional de pastoral litúrgica, não deixava nenhuma ilusão àqueles que querem ver no novo ordo alguma coisa um pouco diferente do rito que era universalmente celebrado até então, mas nada de fundamentalmente chocante: "A reforma decidida pelo segundo concílio do Vaticano deu o sinal do degelo... lanços inteiros de muralha desabam... Que não haja engano a respeito: traduzir não é dizer a mesma coisa com outras palavras. É mudar a forma... Se as formas mudam, o rito muda. Se se muda um elemento a totalidade significativa é modificada... É preciso dizer sem circunlóquios: o rito romano tal como nós o conhecemos, não existe mais. Foi destruído".⁷

Os católicos liberais estabeleceram verdadeiramente um estado revolucionário. Eis o que líamos no livro de um deles, o senador do Doubs, M. Prelot⁸ "Lutamos durante um século e meio para fazer prevalecer nossas opiniões no interior da Igreja e não tivemos êxito. Enfim chegou o Vaticano II e triunfamos. Doravante as teses e os princípios do catolicismo liberal foram definitiva e oficialmente aceitos pela Santa Igreja."

É por meio da obliquidade deste catolicismo liberal que a Revolução se introduziu, sob o pretexto de pacifismo, de fraternidade universal. Os erros e os falsos princípios do homem moderno penetraram na Igreja e contaminaram o clero, graças a papas liberais e ao favor do Vaticano II.

Uma vez que há um momento em que é preciso saber repor as coisas no devido lugar, eu lembrarei que não era refratário à reunião de um concílio ecumênico em 1962. Pelo contrário eu o saudei com uma grande esperança. Testemunho disto hoje é uma carta que eu endereçava em 1963 aos padres do Espírito Santo e que foi publicada numa de minhas obras precedentes.⁹ Nela eu escrevia: "Digamos, sem hesitação, que certas reformas litúrgicas eram necessárias e que é desejável que o concílio continue neste caminho." Eu reconhecia que se impunha uma renovação para pôr fim a uma certa esclerose que provinha do fato de se haver cavado um fosso entre a oração, acantonada nos limites dos lugares de culto, e a ação, a escola, a profissão, a cidade.

Nomeado pelo papa membro da comissão central preparatória, participei de seus trabalhos com assiduidade e entusiasmo, durante os anos que duraram. A comissão

⁷ DEMAIN LA LITURGIE, Ed. du Cerf.

⁸ LE CATHOLICISME LIBÉRAL, 1969.

⁹ UN ÉVÊQUE PARLE, Ed. Dominique Martin Morin.

central estava encarregada de verificar e examinar todos os esquemas preparatórios que provinham de comissões especializadas. Eu estava bem colocado, pois, para saber o que tinha sido feito, o que devia ser examinado e o que devia ser apresentado à assembléia.

Este trabalho era conduzido com muita consciência e perfeição. Possuo setenta e dois esquemas preparatórios; neles a doutrina da Igreja é absolutamente ortodoxa, estão adaptados duma certa maneira à nossa época, mas com muita moderação e sabedoria.

Tudo estava preparado para a data anunciada e, a 11 de outubro de 1962, os padres tomavam lugar na nave da basílica de São Pedro em Roma. Mas houve um acontecimento que não tinha sido previsto pela Santa Sé: o concílio, desde os primeiros dias foi invadido pelas forças progressistas. Nós o experimentamos, sentimos, e quando digo “nós”, eu entendo a maioria dos padres do concílio naquele momento.

Tivemos a impressão de que se passava alguma coisa de anormal, e esta impressão se confirmou rapidamente: quinze dias após a sessão de abertura, não restava mais nenhum dos setenta e dois esquemas. Tudo havia sido recambiado, rejeitado, lançado ao cesto.

Isto se produziu da seguinte maneira: tinha sido previsto no regulamento do concílio que eram precisos dois terços dos votos para rejeitar um esquema preparatório. Ora quando se procedeu ao sufrágio, houve sessenta por cento contra os esquemas e quarenta por cento a seu favor. Por conseguinte, os opositores não obteriam os dois terços e normalmente o concílio deveria desenrolar-se a partir destes trabalhos preparatórios.

É então que se manifestou uma organização poderosa, muito poderosa, posta em ação por cardeais das margens do Reno, com todo um secretariado, exatamente no momento oportuno. Eles foram ter com o papa João XXIII dizendo-lhe: “É inadmissível, Santíssimo Padre, querem fazer-nos estudar esquemas que não tiveram a maioria” e obtiveram ganho de causa: o imenso trabalho realizado foi posto à parte, a assembléia se encontrou de mãos vazias, sem nenhuma preparação. Que presidente de conselho administrativo, por pequena que seja a sua sociedade, aceitaria ocupar o seu lugar sem ordem do dia, sem dossiê? Contudo foi assim que o concílio começou.

Depois, houve a questão das comissões conciliares que seria precisa nomear. Problema árduo: imaginai bispos chegando de todos os países do mundo e encontrando-se bruscamente juntos no recinto conciliar. Na maior parte, eles não se conheciam, conheciam três ou quatro colegas e alguns outros de nome entre os 2.400 que lá estavam. Como poderiam saber quais eram os padres aptos a fazer parte da comissão do sacerdócio, da liturgia, do direito canônico, etc.?

Muito legitimamente o cardeal Ottaviani fez passar para todos a lista dos membros das comissões preconiliares, das pessoas que, por conseguinte, haviam sido escolhidas pela Santa Sé e tinham já trabalhado sobre os assuntos a respeito dos quais se deveria debater. Isto podia ajudar a escolher, sem que houvesse nenhuma obrigação e era certamente desejável que alguns destes homens experimentados figurassem nas comissões.

Mas então se elevou um grito; não tenho necessidade de relembrar o nome do príncipe da Igreja que se levantou e proferiu o discurso seguinte: “É uma pressão intolerável que foi exercida sobre o concílio fornecendo nomes. É preciso deixar aos padres conciliares a sua liberdade. Ainda uma vez, a Cúria romana procura colocar os seus membros.”

Um pouco tomado de surpresa diante desta brutal intervenção, levantou-se a sessão e, à tarde, o secretário, Mons. Felici, anunciou: “O Santo Padre reconhece que é talvez

melhor que sejam as conferências episcopais que se reúnam e forneçam listas.”

As conferências episcopais eram, nesta época, ainda embrionárias, elas formaram bem ou mal as listas que se lhes pediam sem aliás terem podido reunir-se como seria preciso, pois não lhes deram senão vinte e quatro horas.

Mas os que haviam urdido este pequeno golpe de Estado as tinham feito de antemão com indivíduos selecionados nos diversos países.

Eles puderam adiantar-se às conferências e, de fato, obtiveram uma grande maioria. O resultado foi que as comissões eram formadas de membros pertencentes, em dois terços, à fração progressista, tendo sido o terço restante nomeado pelo papa.

Dos novos esquemas proveio logo uma orientação inteiramente diferente da dos primeiros. Gostaria de publicar um dia uns e outros para que se possa fazer a comparação e verificar qual era a doutrina da Igreja no dia que precedeu o concílio.

Quem possui alguma experiência das assembleias civis ou clericais compreenderá em que situação se encontravam os padres. Destes novos esquemas bem se podiam modificar algumas frases, algumas proposições a modo de emendas, não se podia mudar o essencial. As conseqüências serão graves. Um texto distorcido na sua origem jamais se corrige inteiramente, conserva a marca de seu redator e do pensamento que o inspira. O concílio, desde este momento, estava orientado.

Um terceiro elemento contribuiu para dirigi-lo no sentido liberal. Em lugar dos dez presidentes que João XXIII havia nomeado, o papa Paulo VI instituiu para as duas últimas sessões quatro moderadores sobre os quais o mínimo que se pode dizer é que eles não foram escolhidos dentre os cardeais mais moderados. Sua influência foi determinante sobre a massa dos padres conciliares.

Os liberais formavam uma minoria, mas uma minoria atuante, organizada, apoiada por uma plêiade de teólogos modernistas dentre os quais se encontravam todos os nomes que não cessaram de mandar e desmandar, como Leclerc, Murphy, Congar, Rahner, Küng, Schillebeeckx, Bisset, Cardonnel, Chenu... Que se pense na produção enorme dos impressos do IDOC, o centro de informação holandês subvencionado pelas conferências episcopais alemã e neerlandesa, que pressionava a todo o instante os padres a agirem no sentido esperado pela opinião internacional, criando uma sorte de psicose neste particular: não se devia decepcionar a expectativa do mundo que esperava ver a Igreja aderir a seus pontos de vista. Os instigadores deste movimento estavam em condições favoráveis de exigir instantaneamente a adaptação da Igreja ao homem moderno, ou seja, ao homem que quer libertar-se de tudo. Eles se prevaleciam de uma Igreja esclerosada, inadaptada, impotente, batiam a mão no peito de seus predecessores. Os católicos eram apresentados como tão culpados pelas divisões de outrora como os protestantes e os ortodoxos: deviam pedir perdão aos “irmãos separados” presentes em Roma onde estes tinham sido convidados em grande número a participar dos trabalhos.

A Igreja da Tradição era culpada de suas riquezas, de seu triunfalismo, os padres do concílio se sentiam culpados de estar fora do mundo, de não ser do mundo; eles já se envergonhavam de suas insígnias episcopais, em breve eles se envergonhariam mesmo de aparecer de batina.

Esta ambiência de liberação deveria apossar-se logo de todos os domínios, o espírito colegial iria ser o manto de Noé que se lança sobre a vergonha de exercer uma autoridade pessoal, tão contrária à mentalidade do homem do século XX, digamos: o homem liberal! A liberdade religiosa, o ecumenismo, a pesquisa teológica, a revisão do direito canônico atenuariam o triunfalismo duma Igreja que se proclamava a única arca da salvação. Como se diz que há “pobres envergonhados”, houve “bispos envergonhados”,

nos quais se influenciava, dando-lhes má consciência. É um processo que foi empregado em todas as revoluções.

Os efeitos estão inscritos em muitas passagens das atas do concílio. Que se releia a este respeito o começo do esquema “A Igreja no mundo deste tempo” sobre a mutação do mundo moderno, o movimento acelerado da história, as condições novas que afetam a vida religiosa, a predominância das ciências e das técnicas. Como não ver nestes textos a expressão do mais puro liberalismo?

Nós poderíamos ter tido um concílio esplêndido, tomando como mestre neste assunto o papa Pio XII. Não creio que haja um problema do mundo moderno, da atualidade, que ele não tenha resolvido com toda a sua ciência, toda a sua teologia e toda a sua santidade. Ele lhes deu uma solução quase definitiva, tendo verdadeiramente visto as coisas sob o ângulo da fé.

Mas não se podia vê-los assim, no momento em que se recusava a fazer um concílio dogmático. O Vaticano II é um concílio pastoral; João XXIII o disse, Paulo VI o repetiu. No correr das sessões, quisemos várias vezes fazer definir noções; foi-nos respondido: “mas não fazemos aqui dogmatismo, não fazemos filosofia, fazemos pastoral.” Que é a liberdade? Que é a dignidade humana? Que é a colegialidade? É-se reduzido a analisar indefinidamente os textos para saber o que é preciso entender por isto, e não se chega senão a aproximações, pois os termos são ambíguos. E isto não por negligência ou por acaso; o padre Schillebeckx o confessou: “Nós introduzimos termos equívocos no concílio e sabemos o que daí tiraremos depois.” Estas pessoas sabiam o que faziam.

Todos os outros concílios que ocorreram no decurso dos séculos eram dogmáticos. Todos combateram erros. Ora, sabe Deus se havia erros a combater em nosso tempo! Um concílio dogmático teria sido dos mais necessários. Eu me lembro do cardeal Wyszinsky a dizer-nos: “Mas fazei então um esquema sobre o comunismo; se há um erro que é grave hoje e que ameaça o mundo, é certamente ele. Se o papa Pio XI creu dever escrever uma encíclica sobre o comunismo, seria igualmente bem útil que nós, aqui reunidos em assembléia plenária, consagrássemos um esquema a esta questão.”

O comunismo, o erro mais monstruoso que jamais saiu do espírito de Satã, tem suas entradas oficiais no Vaticano, sua revolução mundial é singularmente facilitada pela não resistência oficial da Igreja e mesmo pelos apoios freqüentes que nela encontra, apesar das advertências desesperadas dos cardeais que sofreram as masmorras dos países do Leste. A recusa deste concílio pastoral em condená-lo solenemente basta sozinha para cobri-lo de vergonha diante de toda a história; quando se pensa nas dezenas de milhões de mártires, nos cristãos e nos dissidentes despersonalizados cientificamente nos hospitais psiquiátricos, utilizados como cobaias para as experiências. E o concílio pastoral se calou. Tínhamos obtido quatrocentas e cinqüenta assinaturas de bispos em favor duma declaração contra o comunismo. Elas foram esquecidas numa gaveta... Quando o relator da *Gaudium et Spes* respondeu às nossas perguntas, ele nos disse: “houve duas petições para solicitar uma condenação do comunismo — Duas? exclamamos nós. Há mais de quatrocentas — Ah, eu não estou a par disto.” Feitas as buscas, elas foram encontradas, mas demasiado tarde.

Eu vivi estes fatos. Fui eu que havia levado as assinaturas a Mons. Felici, secretário do concílio, em companhia de Dom Proença Singaud, arcebispo de Diamantina, e sou obrigado a dizer que aconteceram coisas para falara verdade, inadmissíveis. Não o faço para condenar o concílio e não ignoro que isto influencie na perplexidade de muitos católicos.

Pois enfim, pensam eles, o concílio é mesmo assim inspirado pelo Espírito Santo!

Não necessariamente. Um concílio pastoral, não dogmático, é uma pregação, que

por si não compromete a infalibilidade. Quando pedimos a Mons. Felici, no fim das sessões: “Não poderíeis dar-nos o que os teólogos chamam a nota do concílio?”, ele respondeu: “É preciso distinguir segundo os esquemas, os capítulos, os que já são objeto de definições dogmáticas no passado, é preciso fazer reservas.”

Portanto, o Vaticano II não é um concílio como os outros e é por isso que nós temos o direito de julgá-lo, com prudência e reserva. Eu aceito no concílio e nas reformas tudo o que está em plena concordância com a Tradição. A obra que fundei prova isto amplamente. Nossos seminários, em particular, correspondem perfeitamente aos desejos expressos pelo concílio e à *Ratio fundamentalis* da Sagrada Congregação para o ensino católico.

Mas é impossível pretender que somente as aplicações post-conciliares são más. As rebeliões de clérigos, as contestações da autoridade pontifícia, todas as extravagâncias da liturgia e da nova teologia, o esvaziamento das igrejas, nada teriam então a ver com o concílio como se afirmou ainda bem recentemente? Ora essa! Tudo isso é fruto dele.

Eu compreendo, ao dizer isto, que não faço senão aumentar, leitores inquietos, vossa perplexidade. E não obstante, nesta balbúrdia brilhou uma luz própria a reduzir a nada os esforços do mundo para levar a cabo a destruição da Igreja de Cristo: O Santo Padre proclamou a 30 de junho de 1968 sua profissão de fé. É um ato que, do ponto de vista dogmático, é mais importante que todo o concílio.

Este Credo, redigido pelo sucessor de Pedro para afirmar a fé de Pedro, revestiu-se de uma solenidade absolutamente extraordinária. Quando ele se levantou para pronunciá-lo, os cardeais também se levantaram e toda a multidão quis imitá-los mas ele fez sentarem-se todos de novo; queria ser o único, na qualidade de Vigário de Cristo, a proclamar seu Credo, e o fez com as palavras mais solenes, em nome da Santíssima Trindade, diante dos santos anjos e de toda a Igreja. Por conseguinte ele praticou um ato que engaja a fé da Igreja.

Temos assim esta consolação e esta confiança de sentir que o Espírito Santo não nos abandonou. Pode-se dizer que a arca da fé, tomando seu ponto de apoio no concílio Vaticano I, reencontra um novo ponto de apoio na profissão de fé de Paulo VI.

Na origem da revolução, que é “o ódio de toda a ordem que o homem não estabeleceu e na qual ele não é rei e Deus ao mesmo tempo” encontra-se o orgulho que já tinha sido a causa do pecado de Adão. A revolução na Igreja se explica pelo orgulho de nossos tempos modernos que se crêem tempos novos, tempos em que o homem enfim “compreendeu por si mesmo a sua dignidade, em que tomou uma maior consciência de si mesmo” a tal ponto que se pode falar de metamorfose social e cultural cujos efeitos repercutem sobre a vida religiosa... O próprio movimento da história se torna tão rápido que cada um tem dificuldade em segui-lo... Em poucas palavras, o gênero humano passa duma noção antes estática da ordem das coisas a uma concepção mais dinâmica e evolutiva: daí nasce uma imensa problemática nova que provoca novas análises e novas sínteses”. Estas frases surpreendentes figurando, com muitas outras semelhantes, na exposição preliminar da constituição “A Igreja no mundo deste tempo” auguram mal o retorno ao espírito evangélico; vê-se que este dificilmente sobrevive a tanto movimento e a tantas transformações.

E como compreender o seguinte: “Uma sociedade de tipo industrial se estende pouco a pouco, transformando radicalmente as concepções da vida em sociedade” senão que se dá como certo o que se deseja ver produzir-se: uma concepção da sociedade que nada terá a ver com a concepção cristã, segundo a doutrina social da Igreja? Tais premissas não poderão senão conduzir a um novo Evangelho, a uma nova religião. Ei-la:

“Que eles vivam (os crentes) em união muito estreita com os outros homens de seu tempo e que se esforcem em compreender a fundo suas maneiras de pensar e de sentir, tais como se exprimem na cultura. Que eles unam o conhecimento das ciências e das novas teorias, como as descobertas mais recentes, com os costumes e o ensino da doutrina cristã, para que o senso religioso e a retidão moral caminhem a par, neles, do conhecimento científico e dos incessantes progressos técnicos; eles poderão assim apreciar e interpretar todas as coisas com uma sensibilidade autenticamente cristã” (*Gaudium et Spes*, 62-6). Singulares conselhos, enquanto que o Evangelho nos manda evitar as doutrinas perversas! E que não se diga que podem ser entendidas de duas maneiras: a catequese atual as entende como queria Schillebeeckx: ela aconselha às crianças freqüentar a escola dos ateus, porque estes têm muito a lhes ensinar e que de resto, para não crer em Deus, eles têm suas razões, que é proveitoso conhecer.

Pode-se também dizer que a primeira frase do capítulo primeiro: “Crentes e descrentes estão geralmente de acordo neste ponto, que tudo na terra deve ser ordenado ao homem como a seu centro e a seu cume”, se explica no sentido cristão pelo que segue. Ela tem uma significação em si mesma, aquela que precisamente se vê pôr em obra em toda a parte na Igreja post-conciliar, sob a forma duma salvação reduzida ao desenvolvimento econômico e social da humanidade.

Por minha parte, penso que os crentes que admitirem esta proposição como base comum num diálogo com os descrentes e que unirem as teorias novas com a doutrina cristã perderão a fé, nem mais nem menos. A regra de ouro da Igreja é invertida pelo orgulho dos homens de nosso tempo; não se escuta mais a palavra sempre viva e fecunda de Cristo, mas a do mundo. Este aggiornamento se condena por si mesmo. A raiz da desordem atual está neste espírito moderno ou antes modernista que recusa reconhecer o Credo, os mandamentos de Deus e da Igreja, os sacramentos, a moral cristã como a única fonte de renovação para todos os tempos até o fim do mundo. Deslumbrados pelos “progressos da técnica que vão até transformar a face da terra e já se lançam à conquista do espaço” (*Gaudium et Spes*, 5-1), os homens da Igreja, que não devem ser confundidos com a Igreja, parecem considerar que Nosso Senhor não podia

prever a evolução tecnológica de nossa época e que, por conseguinte, sua mensagem não está adaptada a ela.

O sonho dos liberais desde um século e meio consiste em consorciar a Igreja com a revolução. Durante um século e meio também, os Soberanos Pontífices condenaram este catolicismo liberal; citemos, entre os documentos, os mais importantes: a bula *Auctorem fidei* de Pio VI, contra o concílio de Pistóia, a encíclica *Mirari vos* de Gregório XVI contra Lamennais, a encíclica *Quanta cura* e o *Syllabus* de Pio IX, a encíclica *Immortale Dei* de Leão XIII, contra o direito novo, os documentos de são Pio X contra “le Sillon” e o modernismo, e especialmente o decreto *Lamentabili*, a encíclica *Divini Redemptoris* de Pio XI, contra o comunismo, a encíclica *Humani Generis* do papa Pio XII.

Todos os papas recusaram o consórcio da Igreja com a revolução, que é uma união adúltera e duma união adúltera não podem provir senão bastardos. O rito da missa é um rito bastardo, os sacramentos, são sacramentos bastardos, nós não sabemos mais se são sacramentos que conferem a graça ou que não a conferem. Os sacerdotes que saem dos seminários são sacerdotes bastardos, não sabem mais o que são; não sabem mais que são ordenados para subir ao altar, oferecer o sacrifício de Nosso Senhor Jesus Cristo às almas.

Em nome da revolução padres foram mandados para o cadafalso, religiosas foram perseguidas e assassinadas. Lembrai-vos das barcaças de Nantes que eram afundadas no alto mar depois de terem sido amontoados nelas todos os sacerdotes fiéis. Pois bem, o que a Revolução fez não foi nada em comparação das obras do Vaticano II pois teria sido preferível que os vinte ou trinta mil sacerdotes que abandonaram seu sacerdócio e seu juramento feito diante de Deus tivessem sido martirizados, subido ao cadafalso; aos menos eles teriam salvo sua alma e agora correm o risco de perdê-la.

Dizem-nos que entre estes pobres sacerdotes casados, muitos já se divorciaram, muitos já introduziram pedidos de anulação de casamento em Roma. Chamar-se-á a isto bons frutos do concílio? Vinte mil religiosas, nos Estados Unidos, e quantas outras nos demais países, romperam os votos perpétuos que as uniam a Jesus Cristo, para correrem também para o casamento. Se elas subissem ao cadafalso, teriam ao menos testemunhado sua fé. O sangue dos mártires é semente de cristãos, mas os padres ou os simples fiéis que se aliam ao espírito do mundo não fazem surgir messe nenhuma. É a maior vitória do diabo ter querido destruir a Igreja sem fazer mártires.

A união adúltera da Igreja e da revolução se concretiza pelo diálogo. Nosso Senhor disse: “Ide, ensinai as nações, convertei-as”, mas não falou: “Dialogai com elas sem tentar convertê-las”. O erro e a verdade não são compatíveis entre si, dialogar com o erro é colocar Deus e o demônio no mesmo plano. Eis o que sempre repetiram os papas e o que os cristãos compreendiam facilmente, pois é também uma questão de senso comum. Para impor uma atitude e reflexos diferentes, foi necessário agir sobre os cérebros de modo a tornar modernistas os clérigos chamados a difundir a doutrina nova. É o que se chama a reciclagem, processo de condicionamento destinado a remodelar o próprio instrumento que Deus deu ao homem para conduzir seu julgamento.

Eu fui testemunha duma operação deste gênero na congregação que é a minha, e da qual fui durante certo tempo superior geral. O que se exige em primeiro lugar da pessoa é que ela “reconheça a mudança”: o concílio operou transformações, e por isso é necessário que nós próprios mudemos. Mudança em profundidade, visto que se trata de adaptar as faculdades de raciocínio para fazê-las coincidir com idéias fabricadas arbitrariamente. Nós podemos ler num fascículo editado pela secretaria do arcebispado de Paris, A Fé palavra por palavra: “A segunda operação, mais delicada, consiste em assinalar as maneiras diferentes que têm os cristãos de apreciar, nas diversas mudanças, o fato mesmo da mudança. Esta determinação tem muita importância porque as

oposições atuais dizem mais respeito às atitudes espontâneas e inconscientes diante da mudança que ao começo preciso de cada mudança.

“Duas atitudes típicas se delineiam, parece, com a condição de não negligenciar por isso todos os intermediários possíveis. Segundo a primeira cede-se a um certo número de novidades depois de ter verificado que elas se impõem uma após outra. É o caso de muitos cristãos, de muitos católicos, que cedem de degrau em degrau.

“Conforme a segunda, consente-se numa renovação de conjunto de formas da fé cristã à margem duma era cultural inédita. Deixa de assegurar-se sem cessar a fidelidade à fé dos Apóstolos.”

Esta precaução oratória está bem na tradição dos modernistas: eles fazem sempre protestos de seus sentimentos ortodoxos e tranquilizam, com uma pequena frase, as almas que ficariam espantadas por perspectivas como “a renovação do conjunto das formas da fé cristã à margem duma era cultural inédita”, mas é já muito tarde, quando se se prestou a estas manipulações e será bem o tempo de ocupar-se com a fé dos Apóstolos, quando se tiver demolido completamente a fé!

Uma terceira operação se torna necessária no caso em que se retém o segundo diagnóstico: “O cristão não pode pressentir nisto um risco terrível para a fé. Não vai ela desaparecer pura e simplesmente, ao mesmo tempo que a problemática que a tinha conduzido até aí? Ele pede então uma garantia fundamental que lhe permite ultrapassar as primeiras atitudes estéreis.”

Todos os graus de resistência são então previstos. Que “garantia fundamental” se dá por fim ao neófito? O Espírito Santo.” O Espírito Santo é precisamente quem assiste os crentes no movimento da história.”

O objetivo está atingido: não há mais magistério, nem dogma, nem hierarquia, nem mesmo Sagrada Escritura, como texto inspirado e historicamente certo: os cristãos são diretamente inspirados pelo Espírito Santo.

Então a Igreja desmorona, o cristão reciclado é abandonado a todas as influências, dócil a todos os slogans, pode-se conduzi-lo aonde se quer, agarrando-se, se ele busca uma garantia a esta afirmação: “O Vaticano II apresenta seguramente numerosos indícios duma mudança de problemática.”

“A causa próxima e imediata (do modernismo) escreve Pio X na encíclica *Pascendi*, reside numa perversão de espírito.” A reciclagem cria uma tal perversão naqueles que não a possuíam. E o santo Pontífice cita esta observação de seu predecessor Gregório XVI: “É um espetáculo lamentável ver até onde vão as divagações da razão humana, desde que se ceda ao espírito de novidade; que contrariamente à advertência do Apóstolo, se pretende saber mais do que é preciso e que, fiando-se demasiadamente em si mesmo, se pensa poder buscar a verdade fora da Igreja, na qual ela se encontra sem a mais leve sombra de erro.”¹⁰

¹⁰ SINGULARI NOS, 1834.

XVI

No vocabulário inteiramente renovado dos homens da Igreja, algumas palavras sobreviveram. Fé é uma delas. Contudo é empregada nas mais diversas acepções. Ora, existe uma definição da fé, não se pode mudá-la. É a ela que se deve referir o católico quando não entende mais nada do palavreado confuso e pretensioso que se lhe apresenta.

A fé é a adesão da inteligência à verdade revelada pelo Verbo de Deus. Nós cremos numa verdade que vem de fora e que não é, de maneira alguma, segregada por nosso espírito. Nela acreditamos devido à autoridade de Deus que no-la revela, não é preciso buscar alhures.

Esta fé ninguém possui o direito de no-la tomar para substituí-la por uma outra. Vemos ressurgir uma definição modernista da fé, já condenada por Pio X há oitenta anos, e segundo a qual ela seria um sentimento interior: não seria preciso procurar a explicação da religião fora do homem: "É pois no próprio homem que ela se encontra e, como a religião é uma forma de vida, na vida mesma do homem." Ela seria alguma coisa de puramente subjetivo, uma adesão da alma a Deus sendo Ele próprio inacessível à nossa inteligência, cada um por si, cada um na sua consciência.

O modernismo não é uma invenção recente, ele já não o era em 1907, data da famosa encíclica; é o espírito perpétuo da Revolução, que nos quer fechar na nossa humanidade e colocar Deus fora da lei. Sua falsa definição não busca senão corromper a autoridade de Deus e a da Igreja.

A fé nos vem do exterior, nós estamos obrigados a nos submeter a ela. "Quem crer será salvo, quem não crer será condenado", é Nosso Senhor que o afirma.

Quando eu fui ver o papa em 1976, ele, para minha imensa surpresa, me reprovou o fato de fazer meus seminaristas prestarem um juramento contra ele. Tive dificuldade de compreender donde isto poderia provir, pois alguém com toda a evidência lhe havia insuflado esta idéia, na intenção de prejudicar-me. Depois se fez a luz no meu espírito: tinha-se interpretado neste sentido o juramento antimodernista que até agora todo o sacerdote era obrigado a recitar solenemente antes de sua ordenação e todo o dignitário eclesiástico no momento de receber seu cargo. S.S. Paulo VI o havia ele mesmo prestado mais uma vez na sua vida. Ora, eis aqui o que se encontra neste juramento:

"Eu tenho como certíssimo e professo sinceramente que a fé não é um sentimento religioso cego, que emerge das trevas do subconsciente sob a pressão do coração e a inclinação da vontade moralmente informada! Mas que ela é um verdadeiro assentimento da inteligência à verdade recebida de fora, pela qual nós cremos ser verdadeiro, devido à autoridade de Deus, tudo o que foi dito, atestado e revelado por Deus pessoal, nosso criador e soberano."

O juramento antimodernista não é mais exigido para alguém se tornar padre ou bispo; se o fosse, haveria ainda menos ordenações que há. Com efeito, o conceito de fé foi falseado, e muitas pessoas, sem terem más intenções, se deixam influenciar pelo modernismo. É porque elas aceitam crer que todas as religiões salvam, se cada um tem uma fé segundo sua consciência, se é a consciência que produz a fé, não há razão de pensar que uma fé salva melhor que outra, contanto que a consciência seja orientada para Deus. Lêem-se afirmações como esta num documento proveniente da comissão de catequese do episcopado francês: "A verdade não é qualquer coisa de recebido, de inteiramente feito, mas alguma coisa que se faz."

A diferença de ótica é total. Diz-se-nos que o homem não recebe a verdade, mas a

constrói. Ora nós sabemos e nossa própria inteligência no-lo confirma que a verdade não se cria, não somos nós que a criamos. Mas como defender-se contra estas doutrinas perversas que arruinam a religião, visto que estes “dizadores de novidades” se encontram no próprio seio da Igreja? Eles foram, graças a Deus, desmascarados desde o início do século dum modo que permite reconhecê-los facilmente. Não pensemos que se trata de um fenômeno antigo que interessa apenas os escritores eclesiásticos: a *Pascendi* é um texto que se acreditaria escrito hoje, é duma atualidade extraordinária e pinta, com cores tão frescas que não se poderia admirá-la demasiadamente, estes inimigos do interior.

Ei-los “curtos em filosofia e em teologia sérias, se apresentando, com desprezo de toda modéstia, como renovadores da Igreja... desprezadores de toda a autoridade, indóceis a todo o freio.” “Sua tática é jamais expor suas doutrinas metodicamente e no seu conjunto, mas de fragmentá-las de alguma sorte, de espalhá-las aqui e ali, o que faz julgá-los ondulantes e indecisos, quando suas idéias, ao contrário, são perfeitamente determinadas e consistentes... Tal página de sua obra poderia ser subscrita por um católico; virai a página e vós credes estar lendo um racionalista... Censurados e condenados, eles seguem o seu caminho dissimulando sob aparências enganadoras de submissão uma audácia sem limites... Quem quer que tem a desgraça de criticar uma ou outra de suas novidades, por monstruosa que ela seja, eles caem sobre ele em fileiras cerradas, quem a nega é tratado de ignorante, quem a abraça e a defende é elevado às nuvens... Uma obra aparece, respirando a novidade por todos os seus poros, eles a acolhem com aplausos e gritos de admiração. Quanto mais um autor levar sua audácia a difamar a antiguidade, a minar a Tradição e o magistério eclesiásticos tanto mais será sábio. Enfim, se acontece que um dentre eles é golpeado pelas condenações da Igreja, bem depressa os outros vão cerrar fileiras à sua volta, cumulá-lo de elogios e venerá-lo quase como um mártir da verdade.”

Todos estes traços correspondem tão bem ao que vemos, que se acreditariam esboçados bem recentemente. Em 1980, após a condenação de Hans Küng, um grupo de cristãos procedia, diante da catedral de Colônia, a um auto de fé à guisa de protesto contra a decisão da Santa Sé de retirar do teólogo suíço sua missão canônica; tinha-se feito uma fogueira sobre a qual eles jogaram um manequim e obras de Hans Küng “afim de simbolizar a interdição dum pensamento corajoso e honesto” (Le Monde). Pouco antes, as sanções contra o P. Pohier haviam provocado outros levantamentos de escudos: 300 dominicanos e dominicanas endereçaram uma carta pública de protesto contra estas sanções, uma vintena de personalidades assinavam um outro texto; a abadia de Boquen, a capela de Montparnasse e outros grupos de vanguarda vinham em ajuda. A única novidade em relação à descrição de São Pio X é que eles não se dissimulam mais sob aparências enganosas de submissão; tomaram confiança, têm muitos apoios na Igreja para esconder-se ainda. O modernismo não está morto, ao contrário, progrediu e se ostenta.

Continuemos a ler a *Pascendi*: “Depois disto, não há motivo de se admirar se os modernistas perseguem com toda a sua malevolência, com toda a sua acrimônia, os católicos que lutam vigorosamente pela Igreja. Não há sorte de injúrias que os modernistas não vomitem contra eles. Se se trata dum adversário cuja erudição e vigor de espírito o tornam temível: os modernistas buscarão reduzi-lo à impotência organizando em torno dele a conspiração do silêncio”. É o caso hoje dos padres tradicionalistas aossados, perseguidos, dos escritores religiosos ou leigos de quem a imprensa nas mãos dos progressistas jamais diz uma palavra. Movimentos de juventude são também postos de lado porque permanecem fiéis e cujas atividades edificantes, peregrinações ou outras, ficam desconhecidas do público que no entanto poderia encontrar nisto um reconforto.

“Se eles escrevem história, procuram com curiosidade e publicam aos quatro ventos,

sob o pretexto de dizer toda a verdade e com uma sorte de prazer mal dissimulado, tudo que lhes parece macular na história da Igreja. Dominados por certos preconceitos, destroem, tanto como podem, as piedosas tradições populares. Põem em ridículo certas relíquias muito veneráveis por sua antiguidade. Eles são enfim possuídos pelo vão desejo de fazer falar deles; o que não sucederia, eles bem o compreendem, se dissessem como se tem sempre dito até aqui.”

Quanto à sua doutrina, ela repousa sobre alguns pontos seguintes, que não se terá dificuldade em reconhecer nas correntes atuais: “A razão humana não é capaz de elevar-se até Deus, não, nem mesmo para conhecer, por meio das criaturas a sua existência.” Sendo impossível toda revelação exterior, o homem buscará em si mesmo a satisfação da necessidade do divino que sente e cujas raízes, se encontram no seu subconsciente. Esta necessidade do divino suscita na alma um sentimento particular ”que une de algum modo homem com Deus.“ Tal é a fé para os modernistas. Deus é assim criado na alma e é a revelação.

Do sentimento religioso se passa ao domínio da inteligência que vai elaborar o dogma: o homem deve pensar sua fé, é uma necessidade para ele, uma vez que é dotado de inteligência. Ele cria fórmulas que não contêm a verdade absoluta mas imagens da verdade, símbolos. Estas fórmulas dogmáticas estão, por conseguinte, submetidas à mudança, elas evoluem. “Assim está aberto o caminho à variação substancial dos dogmas.”

As fórmulas não são simples especulações teológicas, elas devem ser vivas para serem verdadeiramente religiosas. O sentimento deve assimilá-las ”vitalmente”.

Fala-se hoje da “vivência da fé”. “Afim de que elas sejam e permaneçam vivas, continua Pio X, estas fórmulas devem ficar ajustadas ao crente e à sua fé. No dia em que esta adaptação viesse a cessar, então elas se esvaziariam ao mesmo tempo de seu conteúdo primitivo; não haveria outro partido a tomar senão mudá-las dado o caráter tão precário e tão instável das fórmulas dogmáticas, compreende-se muitíssimo bem que os modernistas as tenham em tão pouca estima se é que não as desprezam abertamente. O sentimento religioso, a vida religiosa é o que eles têm sempre nos lábios”. Nas homilias, nas conferências, nos catecismos, dá-se caça às “fórmulas preparadas.”

O crente faz sua experiência pessoal da fé, depois ele a comunica a outros pela pregação, é assim que a experiência religiosa se propaga. “Quando a fé se tornou comum ou, como se diz, coletiva” experimenta-se a necessidade de se organizar em sociedade para conservar e fazer crescer o tesouro comum. Donde a fundação duma Igreja. A Igreja é “o fruto da consciência coletiva, falando de outra maneira, da coleção das consciências individuais: consciências que derivam dum primeiro crente - para católicos, de Jesus Cristo”.

E a história da Igreja se escreve como segue: no início, quando se acreditava ainda que a autoridade da Igreja vinha de Deus, era concebida como autocrática. “Mas hoje se voltou atrás a esse respeito. Assim como a Igreja é uma emanção vital da consciência coletiva, de igual modo, por seu lado, a autoridade é um produto vital da Igreja.” Então é preciso que o poder mude de mãos e venha da base. A consciência política criou o regime popular, deve acontecer o mesmo na Igreja: “Se a autoridade eclesiástica não quer, no mais íntimo das consciências, provocar e fomentar um conflito, cabe a ela ceder às formas democráticas.”

Vós compreendeis agora, católicos perplexos, aonde o cardeal Suenens e todos os teólogos turbulentos foram buscar suas idéias. A crise post-conciliar está em perfeita continuidade com aquela que agitou o fim do último século e o início deste. Compreendeis assim porque, nos livros de catecismo que vossos filhos trazem para a casa, tudo começa

nas primeiras comunidades, que se formaram depois de Pentecostes, quando os discípulos sentiram a necessidade do divino, devido ao choque provocado por Jesus e viveram em conjunto “uma experiência original”. Vós podeis explicar-vos a ausência dos dogmas, a Santíssima Trindade, a Encarnação, a Redenção, a Assunção etc., nestes mesmos livros e nos sermões. O texto de referência elaborado para a catequese pelo episcopado francês se estende sobre a criação de grupos que serão “mini-Igrejas” destinadas a recompor a Igreja de amanhã segundo o processo que os modernistas creram ler no nascimento da Igreja dos Apóstolos: “Num grupo de catequese, animadores, pais e crianças trazem sua experiência de vida, suas aspirações profundas, imagens religiosas, um certo conhecimento das coisas da fé. Segue-se uma confrontação que é condição de verdade, na medida em que ela põe em movimento os desejos profundos das pessoas e as compromete realmente em direção das transformações inevitáveis que todo o contato com o Evangelho manifesta. Bloqueios são possíveis. É no final duma ruptura, duma conversão, duma espécie de morte que se pode, pela graça, efetuar a confissão de fé.”

São os bispos que põem em aplicação às claras a tática modernista condenada por São Pio X! Tudo se encontra neste parágrafo,¹¹ relede-o com atenção. O sentimento religioso provocado pela necessidade, as aspirações profundas, a verdade originando-se na confrontação das experiências, a variação dos dogmas, a ruptura com a Tradição.

Para o modernismo os sacramentos nascem também duma necessidade “pois, como se notou, a necessidade, a exigência, tal é, em seu sistema, a grande e universal explicação”. É preciso dar à religião um corpo sensível. “Os sacramentos são (para eles) puros sinais ou símbolos, embora dotados de eficácia. Eles os comparam a certas palavras das quais se diz vulgarmente que elas têm sucesso, porque possuem a virtude de irradiar idéias fortes e penetrantes que impressionam e comovem. Bem se pode dizer: os sacramentos não foram instituídos senão para nutrir a fé: proposição condenada pelo concílio de Trento.”

Esta idéia se reencontra em Besret, por exemplo, que foi “perito” no concílio: “Não é o sacramento que põe o amor de Deus no mundo. O amor de Deus trabalha em todos os homens. O sacramento é o momento de sua manifestação pública na comunidade dos discípulos... Dizendo isto, não tenciono absolutamente negar o aspecto eficaz dos sinais formulados. O homem se realiza também ao revelar-se e isto vale nos sacramentos como no resto de sua atividade.¹²

Os Livros Santos? Eles são para os modernistas “a compilação das experiências feitas numa determinada religião”. É Deus que fala através destes livros, mas o Deus que está em nós. São livros inspirados um pouco como se fala de inspiração poética; a inspiração é assimilada à necessidade intensa que experimenta o crente de comunicar sua fé por escrito. A Bíblia é uma obra humana.

Em *Pedras Vivas*, se diz às crianças que o Gênesis é um “poema” escrito um dia pelos crentes que “refletiram”. Esta compilação, imposta pelos bispos da França a todos os alunos do catecismo, respira modernismo em quase todas as páginas. Estabelecemos um pequeno paralelo: São Pio X: “É uma lei (para os modernistas) que a data dos documentos não poderia ser determinada de outra maneira senão pela data das necessidades às quais a Igreja está sujeita sucessivamente.”

Pedras Vivas: “Para ajudar estas comunidades a viver o Evangelho, alguns Apóstolos lhes escrevem cartas que se chamam também Epístolas... Mas os Apóstolos contaram sobretudo de viva voz o que Jesus tinha feito no meio deles e o que lhes havia

¹¹ Texto de referência, § 312.

¹² De commencement en commencement, p. 176.

dito... Mais tarde quatro autores — Marcos, Mateus, Lucas e João — escreveram o que os Apóstolos disseram.”, “Redação dos Evangelhos: Marcos por volta de 70? Lucas entre 80-90? Mateus entre 80-90? João entre 95-100?”, “Eles narraram os acontecimentos da vida de Jesus suas palavras e sobretudo sua morte e sua ressurreição *para esclarecer a fé dos crentes.*”

São Pio X: “Nos Livros Sagrados (dizem) há vários lugares, relativamente à ciência ou à história onde se verificam erros manifestos. Mas não é de história nem de ciência que estes livros tratam, é unicamente de religião e de moral.”

Pedras Vivas: “É um poema (o Gênesis) e não um livro de ciência. A ciência nos diz que foram precisos milhões de anos para ver aparecer a vida.” “Os Evangelhos não narram o relato da vida de Jesus como se refere hoje um acontecimento na rádio, na televisão ou num jornal.”

São Pio X: Eles não hesitam em afirmar que os livros em questão, sobretudo o Pentateuco e os três primeiros Evangelhos, se formaram lentamente de anexos feitos a uma narração primitiva muito breve: interpolações à maneira de interpretações teológicas ou alegóricas, ou simplesmente transições e suturas.”

Pedras Vivas: “O que se escreveu na maior parte destes livros tinha sido inicialmente narrado de pai para filho. Um dia alguém o escreveu para transmiti-lo a seu turno e freqüentemente o que escreveu, foi reescrito por outras pessoas ainda... 538, dominação dos Persas: a reflexão e as tradições tornam-se livros. Esdras, por volta de 400, reúne (diversos livros) para fazer deles a Lei ou Pentateuco. Os rolos dos Profetas são compostos. A reflexão dos Sábios acaba em diversas obras primas.”

Os católicos que se espantam com a linguagem nova utilizada na “Igreja Conciliar” têm ademais a saber que ela não é tão nova, que Lammenais, Fuchs, Loisy já a empregavam no século passado e que eles mesmos não tinham senão amontoado todos os erros que puderam ocorrer no decurso dos séculos. A religião de Cristo não mudou e não mudará jamais, não se deve deixar-se enganar.

XVII

É bem o modernismo que mina a Igreja do interior, em nossos dias como ontem. Tomemos ainda na encíclica *Pascendi* alguns trechos correspondendo ao que estamos vivendo. “Desde o momento em que seu fim é inteiramente espiritual, a autoridade religiosa deve despojar-se de todo este aparato exterior, de todos estes ornamentos pomposos pelos quais ela se dá como um espetáculo. Nisto eles se esquecem que a religião, se ela pertence propriamente à alma, apesar disto não se confina a ela, e que a honra prestada à autoridade recai sobre Jesus Cristo que a instituiu.”

É sob a pressão destes “dizedores de novidades” que Paulo VI abandonou a *tiara*, que os bispos se despojaram da batina roxa e mesmo da batina negra, assim como de seu anel, que os sacerdotes se apresentam em traje civil e na maior parte do tempo numa postura voluntariamente negligenciada. Não são somente as reformas gerais já postas em obra ou reclamadas com insistência que são Pio X mencionou como sendo o desejo “maníaco” dos modernistas reformadores. Vós os reconheceis nesta passagem: “No que toca ao culto (eles querem) que se diminua o número de devoções exteriores ou ao menos que se lhes detenha o crescimento... Que o governo eclesiástico se transforme numa democracia, que se dê uma parte no governo ao clero inferior e mesmo aos leigos; que a autoridade seja descentralizada. Reforma das congregações romanas, sobretudo das do Santo Ofício e do Índice... Há enfim quem, fazendo eco a seus mestres protestantes, desejam a supressão do celibato eclesiástico.”

Vedes que as mesmas reclamações são formuladas hoje e aí não há nenhuma imaginação nova. Para o pensamento cristão e a formação dos futuros sacerdotes, a vontade dos reformistas do tempo de Pio X era o abandono da filosofia escolástica, que devia ser relegada “à história da filosofia entre os sistemas caducos” e eles preconizavam “que se ensine aos jovens a filosofia moderna, a única verdadeira, a única que convém a nossos tempos... que a teologia dita racional tenha por base a filosofia moderna, a teologia positiva, por fundamento a história dos dogmas”. Neste ponto, os modernistas obtiveram o que queriam, e mais ainda. No que se tem em lugar de seminário, ensina-se a antropologia e a psicanálise, Marx em substituição a Santo Tomás de Aquino. Os princípios da filosofia tomista são rejeitados, em proveito de sistemas incertos dos quais eles mesmos reconhecem a inaptidão para dar conta da economia do universo, uma vez que propulsionam a filosofia do absurdo. Um revolucionário destes últimos tempos, sacerdote trapalhão muito escutado pelos intelectuais que colocava o sexo no centro de tudo, não receava declarar em reuniões públicas: “As hipóteses dos antigos no domínio científico eram puras asneiras e é sobre tais asneiras que Santo Tomás e Orígenes apoiaram seus sistemas.” Ele caía, logo depois no absurdo, definindo a vida como “um encadeamento evolutivo de fatos biológicos inexplicáveis.” Como o sabe ele, se é inexplicável? Como um sacerdote, acrescentaria eu, pode pôr de lado a única explicação, que é Deus?

Os modernistas seriam reduzidos a nada se devessem defender suas elucubrações contra os princípios do Doutor Angélico, as noções de potência e ato, de essência, de substância e de acidentes, de alma e de corpo, etc. Eliminando estas noções, eles tornavam incompreensível a teologia da Igreja e, como se lê no *Motu Proprio Doctoris Angelici*, “disto resulta que os estudantes das disciplinas sagradas não percebem mais a própria significação das palavras pelas quais os dogmas que Deus revelou são propostos pelo magistério”. A ofensiva contra a filosofia escolástica é então necessária quando se quer mudar o dogma, atacar a Tradição.

Mas o que é a Tradição? Parece-me que, com freqüência, a palavra é imperfeitamente compreendida: comparam-na às tradições como existem nas profissões,

nas famílias, na vida civil: o buquê fixado sobre a cumieira da casa quando se coloca a última telha, o cordão que se corta para inaugurar um monumento, etc. Não é disto que eu falo; a tradição, não são os costumes legados pelo passado e conservados por fidelidade a este, mesmo na ausência de razões claras. A tradição se define como o depósito da fé transmitido pelo magistério de século em século. Este depósito é aquele que nos deu a Revelação, isto é, a palavra de Deus confiada aos Apóstolos e cuja transmissão é assegurada por seus sucessores.

Ora atualmente, se quer pôr todo o mundo em pesquisa “como se o Credo não nos tivesse sido dado, como se Nosso Senhor não tivesse vindo trazer a Verdade, uma vez por todas. Que se pretende encontrar com toda esta pesquisa? Os católicos a quem se quer impor “reconsiderações”, após se lhes ter feito “esvaziar suas certezas”, devem lembrar-se do seguinte: o depósito da Revelação terminou no dia da morte do último Apóstolo. Acabou, não se pode mais nele tocar até a consumação dos séculos. A Revelação é irreformável. O concílio I do Vaticano lembrou-o explicitamente: “a doutrina de fé que Deus revelou não foi proposta às inteligências como uma invenção filosófica que elas tivessem que aperfeiçoar, mas foi confiada como um depósito divino à Esposa de Jesus Cristo (Igreja) para ser por Ela fielmente conservada e infalivelmente interpretada.”

Mas, dir-se-á, o dogma que fez Maria a mãe de Deus não remonta senão ao ano de 431, o da transubstanciação a 1215, a infalibilidade pontifícia a 1870 e assim por diante. Não houve aí uma evolução? De modo nenhum. Os dogmas definidos no curso das idades estavam contidos na Revelação, a Igreja simplesmente os explicitou. Quando o papa Pio XII definiu, em 1950, o dogma da Assunção, ele disse precisamente que esta verdade da translação ao céu da Virgem Maria com seu corpo se encontrava no depósito da Revelação, que ela existia já nos textos que nos foram revelados antes da morte do último Apóstolo. Não se pode trazer nada de novo neste domínio, não se pode acrescentar um só dogma, mas exprimir os que existem numa maneira sempre mais clara, mais bela e mais grandiosa.

Isto é tão certo que constitui a regra a seguir para julgar os erros que se nos propõem quotidianamente e para rejeitá-los sem nenhuma concessão. Bossuet o escreveu com energia: “Quando se trata de explicar os princípios da moral cristã e os dogmas essenciais da Igreja, tudo o que não aparece na tradição de todos os séculos e especialmente na Antigüidade, é por isso mesmo não somente suspeito mas mau e condenável; e é o principal fundamento sobre o qual todos os santos Padres (da Igreja) e os papas mais que os outros, condenaram falsas doutrinas, não havendo nada de mais odioso à Igreja romana que as novidades.”

O argumento que se faz valer aos fiéis aterrorizados é este: “Vós vos agarrais ao passado, sois passadistas, vivei com vosso tempo!” Alguns desconcertados, não sabem o que responder; ora, a réplica é fácil; aqui não há nem passado nem presente, nem futuro, a Verdade é de todos os tempos, ela é eterna.

Para difamar a tradição, opõe-se-lhe a sagrada escritura, à maneira protestante, afirmando que o Evangelho é o único livro que conta. Mas a tradição é anterior ao Evangelho! Se bem que os Sinóticos tenham sido escritos bem menos tardiamente do que se tenta fazer crer, antes que os Quatro tivessem terminado a sua redação, passaram-se vários anos; ora a Igreja já existia, tinha havido Pentecostes, acarretando numerosas conversões, três mil no mesmo dia, ao sair do Cenáculo. Em que acreditaram eles naquele momento? Como se fez a transmissão da Revelação a não ser por tradição oral? Não se poderia subordinar a tradição aos Livros Santos e com mais forte razão recusá-la.

Mas não creiamos que, fazendo isto, eles tenham um respeito ilimitado pelo texto

inspirado. Eles contestam mesmo que ele o seja na sua totalidade: "O que há de inspirado no Evangelho? Somente as verdades que são necessárias à nossa salvação." Por conseguinte os milagres, os relatos da infância, os acontecimentos e atos de Nosso Senhor são remetidos ao gênero biográfico mais ou menos lendário. No concílio discutiu-se sobre esta frase: "Apenas as verdades necessárias à salvação"; havia bispos que queriam reduzir a autenticidade histórica dos evangelhos, o que mostra a que ponto o clero estava gangrenado pelo néo-modernismo. Os católicos não se devem deixar iludir: todo o Evangelho é inspirado; os que o escreveram tinham realmente sua inteligência sob a influência do Espírito Santo, de tal sorte que a totalidade é a palavra de Deus, *Verbum Dei*. Não é permitido escolher e dizer hoje: "Nós tomamos tal parte, nós não queremos tal outra." Escolher é ser herético, segundo a etimologia grega da palavra.

Não é menos verdade que é a tradição que nos transmite o Evangelho, e pertence à tradição, ao magistério, explicar-nos o que há no Evangelho. Se não temos ninguém para no-lo interpretar, podemos ser muitos a compreender dum modo inteiramente oposto a mesma palavra de Cristo. Desemboca-se então no livre exame dos protestantes e na livre inspiração de todo este carismatismo atual que nos lança na pura aventura.

Todos os concílios dogmáticos nos deram a expressão exata da tradição, a expressão exata do que os Apóstolos ensinaram. É irreformável. Não se podem mais mudar os decretos do concílio de Trento, porque eles são infalíveis escritos e baixados por um ato oficial da Igreja, à diferença do Vaticano II cujas proposições não são infalíveis, porque os papas não quiseram comprometer sua infalibilidade. Ninguém então vos pode dizer: "Vos nos agarrais ao passado, permanestes no concílio de Trento." Porque o concílio de Trento não é o passado! A tradição se reveste dum caráter intemporal, adaptado a todos os tempos e a todos os lugares.

XVIII

A indisciplina está por toda a parte na Igreja, comissões de padres enviam intimações a seus bispos, os bispos desprezam exortações pontifícias, as próprias recomendações e decisões conciliares não são respeitadas e apesar disto não se ouve jamais pronunciar a palavra desobediência salvo para aplicá-la aos católicos que querem continuar fiéis à tradição e simplesmente conservar a fé.

A obediência constitui um assunto grave, ficar unido ao magistério da Igreja e particularmente ao Pontífice Supremo é uma das condições da salvação. Nós temos profunda consciência disto e também ninguém mais do que nós é apegado ao sucessor de Pedro atualmente reinante, como nós o fomos a seus predecessores, e eu falo aqui de mim e dos numerosos fiéis rejeitados das igrejas, dos sacerdotes obrigados a celebrar a missa em granjas como durante a Revolução Francesa, e a organizar catecismos paralelos nas cidades e nos campos.

Somos apegados ao papa enquanto ele se faz o eco das tradições apostólicas e dos ensinamentos de todos os seus predecessores. É a definição mesma do sucessor de Pedro guardar este depósito! Pio IX nos ensina na *Pastor aeternus*: “O Espírito Santo com efeito não foi prometido aos sucessores de Pedro para permitir-lhe publicar, segundo suas revelações, uma nova doutrina mas para conservar estritamente e expor fielmente, com sua assistência, as revelações transmitidas pelos Apóstolos, isto é, o depósito da fé.”

A autoridade delegada por Nosso Senhor ao papa, aos bispos e ao sacerdócio em geral está ao serviço da fé. Servir-se do direito, das instituições, da autoridade para aniquilar a fé católica e não mais comunicar a vida, é praticar o aborto ou a contracepção espirituais. É por isso que estamos submissos e prontos a aceitar tudo o que é conforme à nossa fé católica, tal como foi ensinada durante dois mil anos, mas recusamos tudo o que lhe é contrário.

Pois enfim, um problema grave se colocou à consciência e à fé de todos os católicos durante o pontificado de Paulo VI. Como é que um papa, verdadeiro sucessor de Pedro, assegurado pela assistência do Espírito Santo, pôde presidir à mais profunda e mais ampla destruição da Igreja na sua história num espaço de tão pouco tempo, coisa que nenhum heresiarca jamais conseguiu fazer? A esta pergunta será bem preciso responder um dia.

Na primeira metade do século V, são Vicente de Lerins, que foi soldado antes de se consagrar a Deus e declara ter sido “agitado muito tempo sobre o mar do mundo antes de se recolher ao porto da fé”, falava assim do desenvolvimento do dogma: “Não haveria nenhum progresso da religião na Igreja de Cristo? Havê-los-á certamente e muito importantes, de tal maneira que seja um progresso da fé e não uma mudança. Importa que cresçam abundante e intensamente em todos e em cada um, nos indivíduos como nas Igrejas, no decurso das épocas, a inteligência, a ciência, a sabedoria, contanto que seja na identidade do dogma, dum mesmo pensamento”. Vicente conhecia o impacto das heresias e deu uma regra de conduta ainda sempre boa após mil e quinhentos anos: “Que fará então o cristão católico se alguma parcela da Igreja acaba por desligar-se da comunhão, da fé universal? Que outro partido tomar senão preferir ao membro grangrenado e corrompido o corpo em seu conjunto que é são? E se algum contágio novo se esforça por envenenar, não mais uma pequena parte da Igreja, mas a Igreja inteira dum só vez, então seu grande cuidado será apegar-se à antigüidade, que evidentemente não pode mais ser seduzida por nenhuma novidade perigosa.”

Nas ladainhas das Rogações, a Igreja nos faz dizer: “Nós vos suplicamos, Senhor, manter na vossa santa religião o Soberano Pontífice e todas as ordens da hierarquia

eclesiástica”. Isto quer bem dizer que uma tal desgraça pode suceder.

Na Igreja não há nenhum direito, nenhuma jurisdição que possa impor a um cristão uma diminuição de sua fé. Todo o fiel pode e deve resistir, apoiado no catecismo de sua infância, a quem quer que atentar contra a sua fé. Se ele se encontra em presença duma ordem que a põe em perigo de corrupção, a desobediência é um dever imperioso.

É porque julgamos que nossa fé está em perigo pelas reformas e as orientações post-conciliares, que temos o dever de desobedecer e de conservar a tradição. Acrescentemos o seguinte: é o maior serviço que podemos prestar à Igreja e ao sucessor de Pedro recusar a Igreja reformada e liberal. Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, não é nem liberal nem reformável.

Eu ouvi por duas vezes enviados da Santa Sé me dizerem: “O reinado social de Nosso Senhor não é mais possível em nosso tempo, é preciso aceitar definitivamente o pluralismo das religiões.” Eis exatamente o que eles me disseram.

Pois bem, eu não sou desta religião. Não aceito esta nova religião. É uma religião liberal, modernista, que tem seu culto, seus sacerdotes, sua fé, seus catecismos, sua Bíblia ecumênica traduzida em comum por católicos, judeus, protestantes, anglicanos, jogando com pau de dois bicos, dando satisfação a todo o mundo, sacrificando muito freqüentemente a interpretação do magistério. Nós não aceitamos esta Bíblia ecumênica. Há a Bíblia de Deus, é Sua Palavra a qual não temos o direito de misturar com a palavra dos homens.

Quando eu era criança, a Igreja tinha por toda parte, a mesma fé, os mesmos sacramentos, o mesmo sacrifício da missa. Se me houvessem dito então que isto mudaria, eu não teria podido acreditar. Em toda a extensão da cristiandade se rezava a Deus da mesma maneira. A nova religião liberal e modernista semeou a divisão.

Cristãos estão divididos no seio duma mesma família devido a esta confusão que foi instaurada, não vão mais à mesma missa, não lêem mais os mesmos livros. Sacerdotes não sabem mais o que fazer: ou obedecem cegamente ao que seus superiores lhes impõem e perdem de alguma sorte a fé de sua infância e de sua juventude, renunciam às promessas que fizeram no momento de sua ordenação, prestando o juramento antimodernista; ou resistem, mas é com a impressão de se separar do papa, do vigário de Cristo. Nos dois casos, que dilaceração! Muitos sacerdotes morreram prematuramente de desgosto.

Quantos outros foram obrigados a abandonar suas paróquias nas quais, há anos, eles exerciam seu ministério, expostos à perseguição aberta de sua hierarquia e apesar do apoio dos fiéis aos quais se arrancava o seu pastor.

Tenho debaixo dos olhos as despedidas comoventes de um deles à população das duas paróquias das quais era vigário: “Na sua conversa de... o senhor bispo me dirigiu um ultimatum: aceitar ou recusar a nova religião; eu não me poderia esquivar. Então para continuar fiel ao compromisso de meu sacerdócio, para continuar fiel à Igreja eterna... fui constrangido e forçado, contra a minha vontade, a retirar-me... A simples honestidade e sobretudo minha honra sacerdotal me criam uma obrigação de ser leal, precisamente nesta matéria de gravidade divina (a missa)... É esta prova de fidelidade e de amor que devo dar a Deus e aos homens, a vós em particular e é a respeito dela que eu serei julgado no último dia, como, aliás, todos aqueles a quem foi confiado este mesmo depósito”.

Na diocese de Campos, no Brasil, a quase totalidade do clero foi expulsa das igrejas após a saída de Dom Castro Mayer, por não querer abandonar a missa de sempre, tal como a celebravam ainda até uma data recente.

A divisão afeta as mínimas manifestações de piedade. Em Val-de-Marne, o bispado fez expulsar pela polícia vinte e cinco católicos que recitavam o rosário numa igreja particular de vigário titular há muitos anos. Na diocese de Metz, o bispo fez intervir o prefeito comunista para que fosse suspenso o empréstimo de um local concedido a um grupo de tradicionalistas. No Canadá seis fiéis foram condenados pelo tribunal, que a lei deste país permite ter competência nesta espécie de questão, por se haverem obstinado a comungar de joelhos. O bispo de Antigonish os havia acusado de “perturbar voluntariamente a ordem e a dignidade dum serviço religioso”. Os “perturbadores” foram postos pelo juiz em liberdade sob vigilância durante seis meses! Ao mesmo tempo o bispo proíbe aos cristãos de dobrarem o joelho diante de Deus! No ano passado, a peregrinação dos jovens a Chartres terminou com uma missa nos jardins da catedral, estando esta interdita à missa de são Pio V. Quinze dias mais tarde, as portas estavam abertas de par a par para um concerto espiritual no decorrer do qual foram interpretadas danças por uma antiga carmelita.

Duas religiões se afrontam; nós nos encontramos numa situação dramática, não é possível deixar de fazer uma escolha, mas esta escolha não é entre a obediência e a desobediência. O que se nos propõe, aquilo a que se nos convida expressamente, porquê nos perseguem, é escolher um simulacro de obediência. O Santo Padre, com efeito, não nos pode pedir que abandonemos nossa fé.

Nós escolhemos então conservá-la e não podemos enganar-nos atendo-nos àquilo que a Igreja ensinou durante dois mil anos. A crise é profunda, sabiamente organizada e dirigida, por sinal que se pode verdadeiramente crer que o chefe do empreendimento não é um homem, mas o próprio Satã. Ora é um golpe magistral de Satã ter chegado a fazer os católicos desobedecerem a toda a tradição em nome da obediência. Um exemplo típico é fornecido pelo *aggiornamento* das sociedades religiosas: por obediência se faz os religiosos e religiosas desobedecerem às leis e constituições de seus fundadores as quais eles juraram observar quando fizeram sua profissão. A obediência, neste caso, deveria ser uma recusa categórica. A autoridade, mesmo legítima, não pode ordenar um ato repreensível, mau. Ninguém pode obrigar qualquer pessoa a transformar seus votos monásticos em simples promessas. Igualmente ninguém pode fazer que nos tornemos protestantes ou modernistas.

Santo Tomás de Aquino a quem se é preciso sempre referir, chega mesmo a perguntar-se na *Suma Teológica* se a “correção fraterna” prescrita por Nosso Senhor pode-se exercer em relação aos superiores. Após ter feito todas as distinções úteis ele responde: “Pode-se exercer em relação aos superiores quando se trata da fé.”

Se nos mantivéssemos mais firmes neste capítulo evitaríamos vir a assimilar bem lentamente as heresias. No começo do século XVI, os ingleses conheceram uma aventura do gênero daquela que nós vivemos, com esta diferença, que ela começou por um cisma. Quanto ao resto, as semelhanças são espantosas e próprias a fazer-nos refletir. A nova religião, que tomará o nome de anglicanismo começa pela ofensiva contra a missa, a confissão pessoal, o celibato eclesiástico. Henrique VIII, se bem que assumiu a enorme responsabilidade de separar seu povo de Roma, recusa as sugestões que lhe são feitas, mas, no ano seguinte ao da sua morte, uma ordenação autoriza o uso do inglês na celebração da missa. As procissões são interditas, um novo ordo é imposto, o *Order of Communion*, no qual o ofertório não existe mais. Para tranquilizar os cristãos uma outra ordenação proíbe toda a sorte de mudanças, enquanto que uma terceira permite aos vigários suprimir as estátuas dos santos e da Santíssima Virgem nas igrejas. Obras de arte veneráveis são vendidas a comerciantes, tudo como hoje nos antiquários e bricabraques.

Alguns bispos apenas fizeram notar que o *Order of Communion* causava dano ao

dogma da presença real, dizendo que Nosso Senhor nos dá seu corpo e seu sangue espiritualmente. O Confiteor traduzido em língua vernácula era recitado ao mesmo tempo pelo celebrante e pelos fiéis, ele servia de absolvição. A missa era transformada em refeição “*turning into a Communion*”. Mas mesmo os bispos lúcidos aceitavam finalmente o novo livro para manter a paz e a união. É exatamente pelas mesmas razões que a Igreja post-conciliar queria impor-nos o novo ordo. Os bispos ingleses afirmaram, no século XVI, que a missa era um “memorial”! Uma farta propaganda fez passar as maneiras de ver luteranas para o espírito dos fiéis; os pregadores deviam ser aprovados pelo governo.

Durante o mesmo tempo, o papa não é mais chamado senão o “bispo de Roma”, ele não é mais o pai e sim o irmão dos outros bispos e no caso presente, o irmão do rei da Inglaterra que se instituiu chefe da Igreja nacional. O *Prayer Book* de Crammer foi composto misturando-se partes da liturgia grega com a liturgia de Lutero. Como não pensar em Mons. Bugnini redigindo a missa dita de Paulo VI com a colaboração de seus “observadores” protestantes adidos qualificados ao Conselho para a reforma da liturgia? O *Prayer Book* começa por estas palavras: “A Ceia e Santa Comunhão comumente chamada missa...” prefiguração do famoso artigo 7 da *Institutio Generalis do Novo Missal*, retomado pelo Congresso Eucarístico de Lourdes em 1981: “A Ceia do Senhor, chamada de outra maneira a missa...” A destruição do sagrado da qual eu falava mais acima, estavam incluídas também na reforma anglicana: as palavras do Canon deviam obrigatoriamente ser ditas em voz alta, assim como acontece nas “Eucaristias” atuais.

O *Prayer Book* foi também aprovado pelos bispos “para conservar a unidade interior do reino”. Os sacerdotes que continuavam a dizer “a missa antiga” incorriam em penas que iam da perda de seus proventos à exoneração pura e simples, em caso de reincidência, e à prisão perpétua. É preciso reconhecer que em nossos dias não se põem mais na prisão os sacerdotes “tradicionalistas”.

A Inglaterra dos Túdores descambou para a heresia sem bem se dar conta, aceitando a mudança sob pretexto de adaptar-se às circunstâncias históricas do tempo, tendo à frente seus pastores. É hoje toda a cristandade que corre o risco de tomar o mesmo caminho e vós pensastes que se nós, que temos uma certa idade, corremos um perigo menor, as crianças, os jovens seminaristas formados nos novos catecismos, na psicologia experimental, na sociologia, sem nenhuma tintura de teologia dogmática e moral, de direito canônico, de história da Igreja, são educados numa fé que não é a verdadeira, encontram normais as noções neo-protestantes que se lhes inculcam? Que será da religião de amanhã se nós não resistimos?

Vós tereis a tentação de dizer: “Mas que podemos fazer? É um bispo que diz isto ou aquilo. Vede, este documento vem da comissão da catequese, ou duma outra comissão oficial.”

Portanto, nada mais vos resta senão perder a fé. Mas não tendes o direito de reagir assim. São Paulo nos advertiu: “Se mesmo um anjo viesse do céu dizer-vos outra coisa do que vos ensinei, não o escuteis.”

Tal é o segredo da verdadeira obediência.

XIX

Vós sois talvez, leitores perplexos, daqueles que vêm com tristeza e angústia o rumo que tomam as coisas, mas não obstante receiam assistir a uma verdadeira missa, apesar do desejo que experimentam, porque lhes fizeram crer que esta missa estava interdita. Sois talvez daqueles que não mais se dirigem aos padres de blusão mas que consideram com uma certa desconfiança os padres de batina, como se eles estivessem sob o golpe de alguma censura; aquele que os ordenou não é um bispo suspenso a *divinis*? Tendes medo de colocar-vos fora da Igreja; em princípio este temor é louvável, mas é mal esclarecido. Quero dizer-vos em que consistem as sanções, as quais foram postas em evidência, e com que os franco-maçons e os marxistas se regozijaram ruidosamente. Um curto apanhado histórico se revela necessário para que se compreenda bem.

Quando fui enviado ao Gabão como missionário, meu bispo me nomeou logo professor no seminário de Libreville, onde formei durante seis anos seminaristas, dentre os quais alguns, em seguida, receberam a graça do episcopado. Feito bispo por meu turno, em Dakar, pareceu-me que minha preocupação principal devia ser procurar vocações, formar os jovens que correspondessem ao apelo de Deus e de conduzi-los ao sacerdócio. Tive a alegria de conferir o sacerdócio ao que devia ser meu sucessor em Dakar, Dom Thiandoum e a Dom Dionne, o atual bispo de Thiès, no Senegal.

De volta à Europa para tomar posse do cargo de superior geral dos padres do Espírito Santo, esforcei-me por manter os valores essenciais da formação sacerdotal. Devo confessar que já nessa época, no começo dos anos 60, a pressão era tal, as dificuldades tão consideráveis que eu não pude obter o resultado que desejava; não podia manter o seminário francês de Roma, colocado sob a autoridade de nossa congregação na boa linha que era a sua quando nós mesmos aí estávamos, entre 1920 e 1930. Eu me demiti em 1968 para não avalizar a reforma empreendida pelo capítulo geral num sentido contrário ao da tradição católica. Antes já desta data, eu recebia numerosos apelos, de famílias e de sacerdotes perguntando-me para que lugares de formação dirigir os jovens que desejavam tornar-se padres. Confesso que estava muito hesitante. Exonerado de minhas responsabilidades e quando cogitava em retirar-me, pensei na universidade de Friburgo, na Suíça, ainda orientada e dirigida pela doutrina tomista. O bispo, Dom Charrière me recebeu de braços abertos, aluguei uma casa e acolhemos nove seminaristas que seguiam os cursos na universidade e levavam no resto do tempo, uma verdadeira vida de seminário. Eles muito depressa manifestaram o desejo de continuar, no futuro, a trabalhar juntos e, depois de refletir, fui perguntar a Dom Charrière se ele aceitava assinar um decreto de fundação duma “Fraternidade”. Aprovou os seus estatutos e assim nasceu, a 1º de novembro de 1970, a “Fraternidade Sacerdotal de São Pio X”.

Estávamos erigidos canonicamente na diocese de Friburgo.

Estes pormenores são importantes, vós ireis vê-lo. Um bispo tem o direito, canonicamente, de erigir em sua diocese associações que Roma pelo próprio fato reconhece. A tal ponto que se um bispo, sucessor do primeiro, desejar suprimir esta associação, ele não o pode fazer sem recorrer a Roma. A autoridade romana protege o que fez o primeiro bispo, afim de que as associações não estejam submetidas a uma precariedade que seria nociva ao seu desenvolvimento. Assim o quer o direito da Igreja¹³.

A Fraternidade sacerdotal de São Pio X é por conseguinte reconhecida por Roma dum modo inteiramente legal, ainda que sendo de direito diocesano, e não de direito pontifício, o que não é indispensável. Existem centenas de congregações religiosas de

¹³ Cânon 493.

direito diocesano que têm casas no mundo inteiro.

Quando a Igreja aceita uma fundação, uma associação diocesana, ela aceita que esta forme seus membros, se é uma congregação religiosa, ela aceita que haja um noviciado, uma casa de formação. Para nós são os seminários. A 18 de fevereiro de 1971, o cardeal Wright, prefeito da Congregação do clero, me enviara uma carta de encorajamento em que ele se mostrava tranqüilizado de que a Fraternidade "poderia muito bem concordar com o fim visado pelo concílio neste santo Dicastério em vista da distribuição do clero no mundo". E não obstante, em novembro de 1972 se falava na assembléia plenária do episcopado francês, em Lourdes, de "seminário selvagem", sem que nenhum dos bispos presentes, necessariamente a par da situação jurídica do seminário de Ecône, protestasse.

Por que nos consideravam como selvagens? Porque nós não dávamos a chave da casa aos seminaristas para que eles pudessem sair todas as noites a seu gosto, porque não os fazíamos ver a televisão de oito a onze horas, porque não usavam "col roulé" e assistiam à missa todas as manhãs em lugar de ficarem na cama até a primeira aula.

E apesar disso, o cardeal Garrone¹⁴, com quem eu me encontrei nesta época, me dizia: "Vós não dependeis diretamente de mim e eu não tenho a dizer-vos senão uma coisa: segui a *ratio fundamentalis* que eu dei para a fundação dos seminários, que todos os seminários devem seguir." A *ratio fundamentalis* prevê que se ensine ainda latim no seminário, que se façam os estudos segundo a doutrina de Santo Tomás. Eu me permiti responder: "Eminência, acredito que somos alguns poucos a segui-la". É ainda mais verdadeiro hoje e a *ratio fundamentalis* está ainda em vigor. Portanto, o que é que nos reprova?

Quando foi necessário abrir um verdadeiro seminário e eu aluguei a casa de Ecône, antiga casa de repouso dos monges do grande São Bernardo, fui encontrar dom Adam, bispo de Sion, que me deu seu consentimento. Esta criação não era o resultado dum projeto longínquo que eu tinha formado, ela se me impunha providencialmente. Eu tinha dito: "se a obra se espalha mundialmente, será o sinal de que Deus está com ela." De ano para ano o número dos seminaristas crescia: em 1970 havia 11 entradas, em 1974, 40. A inquietude se espalhava entre os inovadores: era evidente que, se nós formávamos seminaristas, era para ordená-los e que os futuros sacerdotes seriam fiéis à missa da Igreja; à missa da tradição à missa de sempre. Não é preciso buscar em outra parte a razão dos ataques aos quais nós estávamos expostos; um perigo para a Igreja neo-modernista, importava detê-lo antes que fosse demasiado tarde.

É assim que, a 11 de novembro de 1974, chegavam ao seminário, com as primeiras neves, dois visitantes apostólicos enviados por uma comissão nomeada pelo papa Paulo VI e composta de três cardeais, Garrone, Wright e Tabera, sendo este último prefeito da Congregação dos religiosos. Eles interrogaram 10 professores e 20 dos 104 alunos presentes, assim como a mim mesmo, e regressaram dois dias mais tarde deixando uma desagradável impressão: tinham feito aos seminaristas afirmações escandalosas, julgando normal a ordenação de pessoas casadas, declarando que não admitiam uma verdade imutável e emitindo dúvidas sobre a maneira tradicional de conceber a Ressurreição de Nosso Senhor. Do seminário nada disseram nem deixaram nenhum protocolo. Em conseqüência disto, indignado com as afirmações feitas, eu publicava uma declaração que começava por estas frases:

"Nós aderimos de todo o coração, de toda a nossa alma à Roma católica, guardiã da fé católica e das tradições necessárias à manutenção desta fé, à Roma eterna, mestra da sabedoria e da verdade.

¹⁴ Prefeito da Congregação da Educação Católica.

“Recusamos pelo contrário e sempre temos recusado seguir a Roma de tendência neo-modernista e neo-protestante que se manifestou claramente no concílio Vaticano II e depois do concílio, em todas as reformas dele provenientes.”

Os termos eram sem dúvida um pouco incisivos, mas traduziam e traduzem sempre o meu pensamento. É por causa deste texto que a comissão cardinalícia decidiu abater-nos, pois ela não o podia fazer referindo-se à conduta do seminário: os cardeais dir-me-ão dois meses mais tarde que os visitantes apostólicos tinham recolhido uma boa impressão de sua investigação.

Ela convidou-me, a 13 de fevereiro seguinte, para uma “conversa” em Roma, para esclarecer alguns pontos e eu fui até lá, sem duvidar de que se tratava de uma armadilha. A conversa, desde o início, se tornou um interrogatório cerrado, de tipo judiciário. Ela foi seguida por uma segunda, a 3 de março, e dois meses mais tarde, a comissão me informava “com inteira aprovação de Sua Santidade”, das decisões que havia tomado: Dom Mamie, novo bispo de Friburgo, se via reconhecer o direito de retirar a aprovação dada à Fraternidade por seu predecessor. Pelo próprio fato esta, assim que suas fundações e notadamente o seminário de Ecône, perdia o “direito à existência”.

Sem esperar notificação destas decisões, Dom Mamie me escrevia: Informo-vos pois de que eu retiro os atos e as concessões efetuados por meu predecessor no que respeita à Fraternidade sacerdotal são Pio X, particularmente o decreto de ereção de 1 de novembro de 1970. Esta decisão é imediatamente efetiva.”

Se bem me tendes seguido, podeis verificar que esta supressão foi feita pelo bispo de Friburgo e não pela Santa Sé. Em virtude do cânon 493 é assim uma medida nula de pleno direito por defeito de competência.

A isto se acrescentou um defeito de causa suficiente. A decisão não se pode apoiar senão na minha declaração de 21 de novembro de 1974, julgada pela comissão “em todos os pontos inaceitável”, uma vez que pelos dizeres da dita comissão, os resultados da visita apostólica eram favoráveis. Ora, minha declaração jamais foi objeto duma condenação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (o antigo Santo Ofício), a única habilitada a julgar se ela está em oposição à fé católica. Ela não foi tida “em todos os pontos inaceitável” a não ser por três cardeais, no decorrer do que ficou considerado oficialmente como uma conversa.

A existência jurídica da própria comissão não foi jamais demonstrada. Por qual ato pontifical foi ela instituída? Em que data? Em que forma foi tomada? A quem foi notificada? O fato de as autoridades romanas se haverem recusado a apresentá-lo, permite duvidar de sua existência. “Na dúvida de direito, a lei não obriga”, diz o Código de direito canônico. Ainda menos quando é a competência e mesmo a existência da autoridade que é duvidosa. Os termos “com a inteira aprovação de Sua Santidade” são juridicamente insuficientes; eles só poderiam substituir o decreto que deveria ter constituído a comissão cardinalícia e definir seus poderes.

Outras tantas irregularidades de procedimento que tornam nula a suspensão da Fraternidade. Não se deve esquecer ademais que a Igreja não é uma sociedade totalitária de tipo nazista ou marxista, e que o direito, mesmo quando ele é respeitado — o que não é o caso nesta questão — não constitui algo de absoluto. Ele é relativo à verdade, à fé, à vida. O direito canônico é feito para fazer-nos viver espiritualmente e conduzir-nos assim à vida eterna. Se se emprega esta lei para impedir-nos de lá chegar, para fazer abortar de qualquer maneira nossa vida espiritual, estamos obrigados a desobedecer exatamente da mesma sorte que os cidadãos estão obrigados, numa nação, a desobedecer à lei do aborto.

Para permanecer no plano jurídico eu introduzi dois recursos sucessivos junto ao

Tribunal apostólico, que é um pouco o equivalente ao Tribunal Supremo de cassação no direito civil. O cardeal secretário de Estado, Mons. Villot, proibiu este tribunal supremo da Igreja de recebê-los, o que corresponde a uma intervenção do executivo no judiciário.

Um fato sem dúvida não deixou de surpreender-vos: em nenhum momento desta questão se tratou da missa, a qual, não obstante, está no coração do conflito. Este silêncio forçado constitui a confissão de que o rito chamado de São Pio V continua bem autorizado.

Nesta matéria, os católicos podem estar perfeitamente tranqüilos: esta missa não foi interdita nem o pode ser. São Pio V que, repitamo-lo, não a inventou mas “restabeleceu o missal segundo a regra antiga e os ritos dos Santos Padres”, nos dá todas as garantias na bula *Quo Primum*, assinada por ele a 14 de julho de 1570. “Decidimos e declaramos que os Superiores, Administradores, Cônegos, Capelães e outros padres de qualquer título por que sejam designados, ou os Religiosos de qualquer ordem, não podem ser obrigados a celebrar a missa de modo diferente do que fixamos, e que jamais, em tempo algum, quem quer que seja poderá constrangê-los e forçá-los a deixar este missal ou a ab-rogar a presente instrução ou modificá-la, mas que ela permanecerá sempre em vigor e válida, em toda a sua força... Se entretanto alguém se permitisse uma tal alteração, saiba que incorreria na indignação de Deus Todo Poderoso e de seus bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo.”

Supondo que o papa pudesse voltar atrás a respeito deste indulto perpétuo, seria preciso que o fizesse por um ato também solene. A constituição apostólica *Missale Romanum* de 3 de abril de 1969 autoriza a missa dita de Paulo VI, que não contém interdição alguma expressamente formulada da missa tridentina.¹⁵ A tal ponto que o cardeal Ottaviani podia dizer em 1971: “O rito tridentino da missa, que eu saiba, não foi abolido”. Mons. Adam que pretendia, na assembléia plenária dos bispos suíços, que a constituição *Missae Romanum* tinha interdito celebrar, salvo indulto, segundo o rito de São Pio V, teve de retratar-se, depois de lhe pedirem que dissesse em que termos esta interdição teria sido pronunciada.

Daí resulta que se um padre fosse censurado, e mesmo excomungado por esta causa, a condenação seria absolutamente inválida. São Pio V canonizou esta santa missa; ora, um papa não pode revogar uma canonização, assim como não o pode fazer com a de um santo. Nós podemos celebrá-la com toda a tranqüilidade e os fiéis assisti-la sem o menor constrangimento, sabendo, quanto ao mais, que ela é a melhor maneira de manter a sua fé.

Isto é tão verdadeiro que Sua Santidade João Paulo II, após vários anos de silêncio sobre o capítulo da missa, acabou por desapertar a goliha imposta aos católicos. A carta da Congregação para o culto divino datada de 3 de outubro de 1984, “autoriza” de novo o rito de São Pio V para os fiéis que o pedirem. Ela impõe, certamente, condições que não podemos aceitar e, doutra parte, não tínhamos necessidade deste indulto para usufruir dum direito que nos foi outorgado até o fim dos tempos.

Mas este primeiro gesto — rezemos para que haja outros desta espécie — tira a suspeita indevidamente lançada sobre a missa e libera as consciências dos católicos perplexos que hesitavam ainda em assisti-la.

Venhamos agora à suspensão a *divinis* que me golpeou a 22 de julho de 1976. Ela foi consequência das ordenações de 29 de junho em Ecône: fazia três meses nos chegavam de Roma objurgações, súplicas, ordens, ameaças para dizer-nos que cessássemos nossas atividades, que não mais procedêssemos a estas ordenações sacerdotais. Durante os dias que precederam, não deixamos de receber mensagens e enviados: que nos diziam eles? Seis vezes seguidas pediram-me restabelecer relações

¹⁵ Tridentino: que se refere ao Concílio de Trento.

normais com a Santa Sé, aceitando o rito novo e celebrando-o eu mesmo. Chegou-se até a me enviar um monsenhor que se ofereceu para concelebrar comigo, puseram-me nas mãos um missal novo prometendo-me que se eu celebrasse a missa de Paulo VI em 29 de junho, diante de toda a assembléia vinda para rezar pelos novos sacerdotes, tudo seria dali em diante aplinado entre Roma e mim.

O que significa que não me proibiam conferir estas ordenações mas as queriam segundo a nova liturgia. Ficava claro a partir deste momento que é sobre o problema da missa que desenrolava o drama entre Roma e Ecône, e que ainda se desenrola. Eu disse, no sermão da missa de ordenação: "Amanhã talvez aparecerá nos jornais a nossa condenação, é muito possível devido a esta ordenação de hoje: serei atingido por uma suspensão provavelmente, estes jovens sacerdotes por uma irregularidade que em princípio deveria impedi-los de dizer a santa missa. É possível. Pois bem eu apelo para São Pio V".

Certos católicos puderam ser perturbados por minha recusa desta suspensão a *divinis*. Mas o que é preciso compreender bem, é que tudo isto forma uma cadeia: por que se me recusava efetuar estas ordenações? Porque a Fraternidade tinha sido supressa e o seminário deveria ter sido fechado. Mas precisamente, eu não tinha aceito esta supressão, este fechamento, porque tinham sido decididos ilegalmente, porque as medidas tomadas estavam maculadas por diversos vícios canônicos tanto de forma como de fundo (notadamente o que os autores de direito administrativo denominam "desvio de poderes", isto é, a utilização de competências contra o objetivo para o qual elas devem ser exercidas). Teria sido preciso que eu aceitasse tudo desde o início, mas não o fiz porque fomos condenados sem julgamento, sem poder defender-nos, sem admoestação, sem escrito e sem recurso. Uma vez que se recusa a primeira sentença, não há razão de não recusar as outras, pois as outras se apóiam sempre naquela. A nulidade dumacarreta a nulidade do que se segue.

Uma outra questão se coloca por vezes aos fiéis e aos sacerdotes, pode-se ter razão contra todo o mundo? Por ocasião de uma conferência de imprensa, o enviado de "Le Monde" me dizia: "Mas enfim vós estais só. Só contra o papa, só contra todos os bispos. Que significa vosso combate?" Pois bem, não, eu não estou sozinho. Tenho toda a tradição comigo, a Igreja existe no tempo e no espaço. E depois, eu sei que muitos bispos pensam como nós em seu foro interior. Hoje, desde a carta aberta ao papa que Dom Castro Mayer assinou comigo, somos dois a nos termos declarado abertamente contra a protestantização da Igreja. Temos muitos padres conosco. E depois há nossos seminários que fornecem atualmente cerca de 40 novos sacerdotes cada ano, nossos 250 seminaristas, nossos 30 irmãos, nossas 60 religiosas, nossos 30 oblatos, os mosteiros e os carmelos que se abrem e se desenvolvem, a multidão dos fiéis que vêm para nós.

A Verdade, aliás, não se realiza no número, o número não faz a Verdade. Mesmo se eu estivesse sozinho, se todos os meus seminaristas me deixassem, mesmo se toda a opinião pública me abandonasse, isto me seria indiferente no que me concerne. Estou ligado a meu credo, a meu catecismo, à tradição que santificou todos os eleitos que estão no céu, quero salvar minha alma. A opinião pública, conhece-se muito bem, foi a que condenou Nosso Senhor alguns dias após tê-lo aclamado. É o domingo de Ramos e depois há a Sexta-feira santa. Sua Santidade Paulo VI me perguntou: "Mas enfim, no interior de vós mesmo, não sentis alguma coisa que vos reprova o que fizestes? Vós causais na Igreja um escândalo enorme, enorme. Vossa consciência não vo-lo diz? Respondi: Não, Santíssimo Padre, absolutamente. Se eu tivesse alguma coisa a me reprovar, cessaria imediatamente".

O papa João Paulo II não confirmou nem invalidou a sanção pronunciada contra mim. Por ocasião da audiência que me concedeu em novembro de 1979, ele parecia

bastante disposto, após uma conversação prolongada, a deixar a liberdade de escolha na liturgia, a deixar-me fazer, no final de contas, o que eu solicito desde o começo: entre todas as experiências que são efetuadas na Igreja, “a experiência da tradição”.

Parecia ter chegado o momento em que as coisas se iriam arranjar, não mais ostracismo contra a missa, não mais problema. Mas o cardeal Seper, que estava presente, viu o perigo; exclamou: “Mas Santíssimo Padre, eles fazem desta missa uma bandeira!” A pesada cortina que se havia erguido num instante recaiu. Será preciso esperar ainda.

A declaração de 21 de novembro de 1974 que desencadeou o processo do qual eu acabo de falar, terminava por estas palavras: "Agindo assim... nós estamos convencidos de permanecer fiéis à Igreja Católica e romana, a todos os sucessores de Pedro, e de ser os fiéis dispensadores dos mistérios de Nosso Senhor Jesus Cristo." O "*Osservatore Romano*", publicando o texto, omitiu este parágrafo. Há dez anos e mais, nossos adversários estão interessados em rejeitar-nos da comunhão da Igreja deixando entender que não aceitamos a autoridade do papa. Seria bem cômodo fazer de nós uma seita e declarar-nos cismáticos. Quantas vezes a palavra cisma foi pronunciada a nosso respeito!

Não cessei de repetir: se alguém se separa do papa, este alguém não serei eu. A questão se resume nisto: o poder do papa na Igreja é um poder supremo, mas não absoluto e ilimitado, pois está submetido ao poder divino, que se exprime na tradição, na Sagrada Escritura e nas definições já promulgadas pelo magistério eclesiástico. De fato este poder encontra seus limites no fim para o qual ele foi dado sobre a terra ao Vigário de Cristo, fim que Pio IX definiu claramente na Constituição *Pastor aeternus* do concílio Vaticano I. Não exprimo pois uma teoria pessoal ao dizê-lo.

A obediência cega não é católica; ninguém está isento da responsabilidade por ter obedecido aos homens mais que a Deus, aceitando ordens duma autoridade superior, seja ela do papa, se se revelam contrárias à vontade de Deus tal como a tradição no-la faz conhecer com certeza. Não se poderia considerar uma tal eventualidade, certamente, quando o papa compromete sua infalibilidade, mas ele não o faz senão num número reduzido de casos. É um erro pensar que toda a palavra saída da boca do papa é infalível.

Dito isto, eu não sou daqueles que insinuam ou afirmam que Paulo VI era herege e que, pelo próprio fato de sua heresia, não era mais papa. Em consequência disto, a maior parte dos cardeais nomeados por ele não seriam cardeais e não teriam validamente eleito um outro papa. João Paulo I e João Paulo II por isso não teriam sido eleitos legitimamente. Eis a posição daqueles que se intitulam sede-vacantistas.

É preciso reconhecer que o papa Paulo VI colocou um sério problema para a consciência dos católicos. Este pontífice causou mais danos à Igreja do que a Revolução de 1789. Fatos precisos como as assinaturas apostas ao artigo 7 da "*Institutio Generalis*" assim como ao documento sobre a liberdade religiosa, são escandalosos. Mas o problema não é tão simples de saber se um papa pode ser herege. Bom número de teólogos pensam que ele o pode ser como doutor particular, não como doutor da Igreja universal. Seria preciso portanto examinar em que medida Paulo VI quis comprometer sua infalibilidade em casos como aqueles que acabo de citar.

Ora, nós pudemos ver que ele agiu muito mais como liberal do que se atendo à heresia. Com efeito, desde que se lhe fazia notar o perigo que corria, tornava o texto contraditório acrescentando uma fórmula oposta ao que era afirmado na redação: conhece-se o exemplo famoso da nota explicativa preliminar inserida em seguida à constituição *Lumen Gentium* sobre a colegialidade. Realmente ele redigia uma fórmula equívoca, o que é próprio do liberal, por natureza incoerente.

O liberalismo de Paulo VI, reconhecido por seu amigo o cardeal Danielou, basta para explicar os desastres de seu pontificado. O católico liberal é uma pessoa de duplo aspecto, em contínua contradição. Ele quer permanecer católico mas é possuído pela sede de agradar ao mundo. Um papa pode ser liberal e continuar papa? A Igreja sempre censurou severamente os católicos liberais mas nunca os excomungou. Os sede-vacantistas adiantam um outro argumento: o afastamento dos cardeais de mais de 80

anos e os conventículos que prepararam os dois últimos conclaves não tornam inválida a eleição destes papas? Inválida é afirmar demais, mas eventualmente duvidosa. Todavia a aceitação posterior e unânime do fato por parte dos cardeais e do clero romano basta para tornar válida a eleição. Tal é a opinião dos teólogos.

O raciocínio daqueles que afirmam a inexistência do papa coloca a Igreja numa situação inextricável. A questão da visibilidade da Igreja é por demais necessária à sua existência para que Deus possa omiti-la durante decênios. Quem nos dirá onde está o futuro papa? Como se poderá designá-lo, se não há mais cardeais? Vemos aí um espírito cismático. Nossa Fraternidade se recusa absolutamente a entrar em semelhantes raciocínios. Nós queremos continuar ligados a Roma, ao sucessor de Pedro, recusando porém o liberalismo de Paulo VI, por fidelidade a seus predecessores.

É claro que em casos como a liberdade religiosa, a hospitalidade eucarística autorizada pelo novo direito canônico ou a colegialidade concebida como a afirmação de dois poderes supremos na Igreja, é um dever para todo clérigo e fiel católico resistir e recusar a obediência. Esta resistência deve ser pública, se o mal é público e representa um objeto de escândalo para as almas. É por isso que, referindo-nos a Santo Tomás de Aquino, Dom Castro Mayer e eu enviamos a 21 de novembro de 1983, uma carta aberta ao papa João Paulo II para suplicar-lhe que denunciasses as causas principais da situação dramática na qual se debate a Igreja. Todas as diligências que fizemos em particular durante quinze anos foram em vão e calar-nos parecer-nos-ia fazer de nós cúmplices da confusão das almas no mundo inteiro.

“Santíssimo Padre, escrevíamos, é urgente que esse mal estar cesse logo, porque o rebanho se dispersa e as ovelhas abandonadas estão seguindo mercenários. Nós vos conjuramos, pelo bem da fé católica e da salvação das almas, a reafirmar as verdades contrárias a estes erros. Nosso grito de alarme se torna ainda mais veemente diante dos erros, para não dizer heresias do novo direito canônico, e das cerimônias e discursos ao ensejo do quinto centenário do nascimento de Lutero.”

Não tivemos resposta, mas fizemos o que devíamos. Não podemos desesperar como se se tratasse duma empresa humana. As convulsões atuais passarão como passaram todas as heresias. Será preciso voltar um dia à tradição; na autoridade será necessário que reapareçam os poderes significados pela tiara, que um tribunal protetor da fé e dos bons costumes se estabeleça de novo permanentemente, que os bispos reencontrem seus poderes e sua iniciativa pessoal.

Será preciso liberar o verdadeiro trabalho apostólico de todos os impedimentos que hoje o paralisam e que fazem desaparecer o essencial da mensagem; restituir aos seminários sua verdadeira função, recriar sociedades religiosas, restaurar as escolas católicas e as universidades desembaraçando-as dos programas leigos do Estado, sustentar organizações patronais e operárias decididas a colaborar fraternalmente no respeito dos deveres e dos direitos de todos, interditando-se o flagelo social da greve, que não passa de uma guerra civil fria, promover enfim uma legislação civil conforme às leis da Igreja e ajudar na designação de representantes católicos movidos pela vontade de orientar a sociedade para um reconhecimento oficial do reinado social de Nosso Senhor.

Enfim, pois, que dizemos todos os dias quando rezamos? “Venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu”. E no *Glória* da missa? “Vós sois o único Senhor, Jesus Cristo”. Nos cantaríamos isto, e, apenas saídos da Igreja, diríamos: “Ah não, estas noções estão ultrapassadas”, é impossível encarar no mundo atual a possibilidade de falar no reino de Jesus Cristo? Vivemos nós no ilogismo? Somos cristãos ou não?

As nações se debatem em dificuldades inextricáveis, em muitos lugares a guerra se

eterniza, os homens tremem ao pensar na possível catástrofe nuclear, procura-se o que poderia ser feito para que a situação econômica se reerga, o dinheiro se valorize, o desemprego desapareça, as indústrias sejam prósperas. Pois bem, mesmo do ponto de vista econômico, é preciso que Nosso Senhor reine, porque este reino é o dos princípios de amor, dos mandamentos da lei de Deus, que criam um equilíbrio na sociedade, trazem a justiça e a paz. Pensais que seja uma atitude cristã colocar sua esperança em tal ou qual homem político, em tal combinação de partidos, imaginando que talvez um dia um programa melhor que outro resolverá os problemas dum modo seguro e definitivo, enquanto que deliberadamente se põe de lado “o único Senhor” como se Ele nada tivesse a ver com os assuntos humanos, como se isto não lhe fosse concernente? Qual é a fé daqueles que fazem de sua vida duas partes, com uma barreira estanque entre sua religião e suas outras preocupações políticas, profissionais, etc.? Deus que criou o céu e a terra não seria capaz de regular nossas miseráveis dificuldades materiais e sociais? Se vós já rezastes a Ele nos maus momentos de vossa existência, sabeis por experiência que Ele não dá pedras a seus filhos que lhe pedem pão.

A ordem social cristã se situa no oposto das teorias marxistas que jamais causaram, em todas as partes do mundo onde foram postas em prática, senão a miséria, o esmagamento dos mais fracos, o desprezo do homem e a morte. Ela respeita a propriedade particular, protege a família contra tudo o que a corrompe, encoraja a família numerosa e a presença da mulher no lar, deixa uma legítima autonomia às iniciativas privadas, encoraja as pequenas e médias indústrias, favorece o retorno à terra e estima em seu justo valor a agricultura, preconiza as uniões profissionais, concede a liberdade escolar, protege os cidadãos contra toda a forma de subversão e de revolução.

Esta ordem cristã se distingue com toda a certeza também dos regimes liberais fundados na separação da Igreja e do Estado e cuja impotência para superar as crises se afirma cada vez mais. Como poderiam, após estarem voluntariamente privados d'Aquele que é “a luz dos homens”? Como poderiam reunir as energias dos cidadãos, uma vez que não têm mais outro ideal a propor-lhes senão o bem estar e o conforto? Eles puderam entreter a ilusão durante certo tempo porque os povos conservavam hábitos de pensamento cristãos e seus dirigentes mantinham, mais ou menos conscientemente, alguns valores. Na época das “reconsiderações”, as referências implícitas à vontade de Deus desaparecem; os sistemas liberais, abandonados a si mesmos, não sendo mais acionados por alguma idéia superior, se extenuam, são uma presa fácil para as ideologias subversivas.

Falar da ordem social cristã não é portanto apegar-se a um passado que teria terminado; é, ao contrário, uma posição de futuro com o qual não deveis ter medo de contar. Vós não travais um combate de retaguarda, vós sois os que sabem, porque receberam as lições d'Aquele que disse: “Eu sou o Caminho, a Verdade, a Vida”. Temos a superioridade de possuir a Verdade, o que não é defeito nosso, não temos que nos ensoberbecer com isto mas devemos agir conseqüentemente; a Igreja tem sobre o erro a superioridade de possuir a Verdade. Cabe a Ela, com a graça de Deus, propagá-la e não a esconder vergonhosamente sob o alqueire.

Ainda menos misturá-la ao joio, como se vê fazer constantemente. Li no *Osservatore Romano*, com a assinatura de Paolo Befani¹⁶, um artigo interessante sobre o favor concedido ao socialismo pelo Vaticano. O autor compara a situação da América Central e a da Polônia e escreve:

“A Igreja, deixando a situação da Europa, se encontra confrontada duma parte com a situação dos países da América Latina e a influência dos E.U.A. que se exerce sobre eles,

¹⁶ OSSERVATORE ROMANO, 18.1.84.

e doutra parte com a situação da Polônia que se encontra na órbita do império soviético.

“Chocando-se de encontro a estas duas fronteiras, a Igreja que, com o concílio, assumiu e ultrapassou as conquistas líbero-democráticas da Revolução Francesa, e que na sua marcha para a frente (ver a encíclica *Laborem exercens*) se constitui como um “após” da Revolução russa marxista, oferece uma solução à falência do marxismo nesta “chave” dum “socialismo post-marxista, democrático, de raiz cristã, autogestionária e não totalitária.”

“A réplica ao Leste é simbolizada pelo Solidarnosc que arvora a cruz em face aos Estaleiros Lenine. É o erro da América latina procurar a solução no comunismo marxista, num socialismo de raiz anticristã.”

Eis aí bem o ilusionismo liberal que associa palavras contraditórias com a persuasão de exprimir uma verdade! É a estes sonhadores adúlteros obcecados pela idéia de consorciar a Igreja com a revolução que nós devemos o caos do mundo cristão que abre as portas ao comunismo. São Pio X dizia dos sillonistas: “Eles anseiam pelo socialismo, com o olhar fixo numa quimera”. Seus sucessores continuam. Após a democracia cristã, o socialismo cristão! Acabaremos por chegar ao cristianismo ateu.

A solução a encontrar não concerne somente à falência do marxismo, mas à falência da democracia cristã, que não é preciso demonstrar. Basta de compromissos, de uniões contra a natureza! Que iremos buscar nestas águas turvas? O católico tem a verdadeira “chave”, é seu dever trabalhar com todas as forças, seja comprometendo-se pessoalmente na política, seja por seu voto para dar à sua pátria prefeitos, conselheiros, deputados resolvidos a restabelecer a ordem social cristã, a única capaz de obter a paz, a justiça, a verdadeira liberdade. Não há outra solução.

É o tempo apropriado de reagir. Quando *Gaudium et Spes* fala do movimento da história que “se torna tão rápido que cada um tem dificuldade de o seguir”, pode-se entender este movimento como uma precipitação das sociedades liberais na desagregação e no caos. Acautelemo-nos de o seguir!

Como compreender que dirigentes apelem para a religião cristã ao passo que destroem toda a autoridade no Estado? Importa ao contrário restabelecê-la, que foi querida pela Providência nas sociedades naturais de direito divino cuja influência neste mundo é primordial: a família e a sociedade civil. É a família que recebeu nestes últimos tempos os mais rudes golpes; a passagem para o socialismo em países como a França e a Espanha não fez senão acelerar o processo.

As leis e medidas que se sucederam mostram uma grande coesão na vontade de arruinar a instituição familiar: diminuição da autoridade paterna, divórcio facilitado, desaparecimento da responsabilidade no ato da procriação, reconhecimento administrativo dos casais irregulares e mesmo de duplas homossexuais, coabitação juvenil, casamento de experiência, diminuição das ajudas sociais e fiscais às famílias numerosas... O mesmo Estado, em seus interesses próprios, começa a perceber as conseqüências disto no que toca à diminuição da natalidade, ele se pergunta como, num tempo próximo, as jovens gerações poderão assegurar os regimes de retração daquelas que deixaram de ser economicamente ativas. Mas os efeitos são consideravelmente mais graves no domínio espiritual.

Os católicos não devem seguir mas ponderar com todo o seu peso, uma vez que são também cidadãos, para endireitar tudo o que for preciso. É por isso que eles não poderiam ficar à margem da política. Portanto seu esforço será sobretudo sensível na educação que proporcionam a seus filhos.

Sobre este assunto, a autoridade é contestada nas suas próprias fontes por aqueles que declaram que “os pais não são os proprietários dos filhos”, querendo dizer com isto que a educação destes cabe ao Estado, com suas escolas leigas, suas creches, suas maternais. Censuram-se os pais de não respeitar a “liberdade de consciência” de seus filhos quando os educam segundo suas próprias convicções religiosas.

Estas idéias remontam aos filósofos ingleses do século XVII que não queriam ver nos homens senão indivíduos isolados, independentes de nascimento, iguais entre si, subtraídos a toda autoridade. Nós sabemos que isto é falso. A criança recebe tudo de seu pai e de sua mãe, alimento corporal, intelectual, educação moral, social. Eles se fazem ajudar por professores que partilharão, no espírito dos jovens, a sua autoridade mas, seja por meio de uns ou por meio de outros, a quase totalidade da ciência adquirida no decurso da adolescência pessoal será mais uma ciência apreendida, recebida, aceita, do que uma ciência deduzida da observação e da experiência pessoal. Os conhecimentos vêm por uma parte considerável da autoridade que transmite. O jovem estudante acredita em seus pais, em seus professores, em seus livros e assim seu saber se estende.

Isto é ainda mais verdadeiro com os conhecimentos religiosos, com a prática da religião, com o exercício da moral conforme à fé, às tradições, aos costumes. Os homens em geral vivem em função das tradições familiares, isto se observa em toda a superfície do globo. A conversão a uma outra religião do que aquela que se recebeu durante a sua infância encontra sérios obstáculos.

Esta extraordinária influência da família e do meio é querida por Deus. Ele quis que seus benefícios se transmitissem em primeiro lugar através da família; é por esta razão que concedeu ao pai de família uma grande autoridade, um imenso poder sobre a

sociedade familiar, sobre sua esposa, sobre seus filhos. A criança nasce numa fraqueza tão grande que se pode julgar da necessidade absoluta da permanência do lar, de sua indissolubilidade.

Querer exaltar a personalidade e a consciência da criança em detrimento da autoridade familiar, é fazer a sua desgraça, impeli-la à revolta, ao desprezo dos pais, enquanto que a longevidade é prometida àqueles que honrarem os seus. São Paulo, ao lembrá-lo, estabelece também um dever aos pais de não exasperarem os filhos, mas de educá-los na disciplina e no temor do Senhor.

Se fosse preciso esperar ter a inteligência da verdade religiosa para crer e converter-se, não haveria senão bem poucos cristãos atualmente. Crê-se nas verdades religiosas porque as testemunhas são dignas de credibilidade por sua santidade, seu desinteresse, sua caridade. Pois, como diz Santo Agostinho, a fé dá inteligência.

A função dos pais tornou-se muito difícil. Nós o vimos, a maioria das escolas livres foram laicizadas de fato, e nelas não se ensina mais a verdadeira religião nem as ciências profanas a luz da fé. Os catecismos difundem o modernismo. A vida trepidante é devoradora de tempo, as necessidades profissionais distanciam pais e filhos dos avôs e avós que participavam outrora da educação. Os católicos não estão apenas perplexos mas desarmados.

Mas isto absolutamente não a ponto de não poderem assegurar o essencial, suprimindo a graça de Deus o resto. O que é preciso fazer? Existem escolas verdadeiramente católicas, se bem que em número reduzido. Enviai para lá vossos filhos, mesmo se isto pesar no vosso orçamento. Abri novas, como alguns já o fizeram. Se não podeis freqüentar senão escolas onde o ensino é desnaturado, manifestai-vos, reclamai, não deixeis os educadores fazer vossos filhos perder a fé.

Lede, relede em família o catecismo de Trento, o mais belo, o mais perfeito e o mais completo. Organizai “catecismos paralelos” sob a direção espiritual de bons sacerdotes, não tenhais medo de ser tratados, como nós, de “selvagens”. Aliás, numerosos grupos já funcionam que acolherão vossos filhos.

Rejeitai os livros que veiculam o veneno modernista. Fazei-vos aconselhar. Editores corajosos difundem excelentes obras e reimprimem as que os progressistas destruíram. Não adquirais qualquer Bíblia; toda família cristã deveria possuir a Vulgata, tradução latina feita por São Jerônimo no século IV e canonizada pela Igreja¹⁷. Atende-vos à verdadeira interpretação das Escrituras, conservai a verdadeira missa e os sacramentos tais como eram administrados por toda a parte até bem pouco.

Atualmente o demônio desencadeou-se contra a Igreja pois é bem disso que se trata: nós assistimos talvez a uma de suas últimas batalhas, uma batalha geral. Ele ataca em todas as frentes e se Nossa Senhora de Fátima disse que um dia ele subiria até as mais altas esferas da Igreja, é que isto podia acontecer. Nada afirmo de mim mesmo, entretanto há sinais que podem fazer-nos pensar que, nos mais elevados organismos romanos, pessoas perderam a fé.

Devem-se tomar medidas espirituais urgentes. É preciso rezar, fazer penitência, como a Santíssima Virgem o pediu, recitar o terço em família. As pessoas, viu-se em cada guerra, se põem a rezar quando as bombas começam a cair. Mas precisamente, elas caem neste momento: estamos a ponto de perder a fé. Compreendeis que isto ultrapassa em gravidade todas as catástrofes que os homens temem, as crises econômicas mundiais ou os conflitos atômicos?

¹⁷ As traduções francesas da Vulgata são, infelizmente, difíceis de encontrar. Pode-se referir quer à antiga edição de “Crampon”, quer, para o Novo Testamento, à edição feita por Dominique Martin Morin.

Renovações se impõem, mas não creiais que não possamos contar para isto com a juventude. Não é toda a juventude que está corrompida, como se tenta persuadir-nos. Muitos têm um ideal, a muitos outros basta propor um. Abundam os exemplos de movimentos que fazem apelo com sucesso à generosidade: os mosteiros fiéis à tradição os atraem, não faltam vocações de jovens seminaristas ou de noviços que pedem formação. Há um magnífico trabalho a realizar conforme as instruções dadas pelos Apóstolos: *Tenete traditiones... Permanete in iis quae didicistis.*

O velho mundo chamado a desaparecer é o do aborto. As famílias fiéis à tradição são ao mesmo tempo famílias numerosas, sua própria fé lhes assegura a posteridade. “Crescei e multiplicai-vos!” Conservando o que a Igreja sempre ensinou, vós vos ligais ao futuro.

XXIII

Vinte anos se passaram, podia-se crer que as reações suscitadas pelas reformas conciliares se apaziguariam, que os católicos perderiam a esperança na religião na qual haviam sido criados, que os mais jovens, não a tendo conhecido, entrariam nas fileiras da nova. Tal era ao menos a aposta feita pelos modernistas. Eles não se admiravam demasiadamente das contracorrentes, seguros de si mesmos nos primeiros tempos. Eles o ficaram menos em seguida: as múltiplas e essenciais concessões feitas ao espírito do mundo não davam os resultados antecipadamente gozados, ninguém queria mais ser sacerdote do novo culto, os fiéis se afastavam da prática religiosa, a Igreja que se queria a Igreja dos pobres tornava-se uma Igreja pobre, obrigada a recorrer à publicidade para fazer recolher o dinheiro do culto, e a vender seus imóveis.

Durante este tempo, a fidelidade à tradição se fortificava em todos os países cristãos e particularmente na França, na Suíça, nos Estados Unidos, na América Latina. O artífice da nova missa, Mons. Aníbal Bugnini, foi ele mesmo obrigado a verificar esta resistência mundial no seu livro póstumo¹⁸. Resistência que não cessa de se desenvolver, de se organizar, de atrair o mundo. Não, o movimento “tradicionalista” não está “em perda de velocidade”, como escrevem de tempos em tempos os jornalistas progressistas para se tranquilizarem. Onde há tanta gente na missa como em São Nicolau de Chardonnay, e também tantas missas, tantas visitas ao Santíssimo Sacramento, tantos belos ofícios? A Fraternidade de São Pio X conta no mundo setenta casas com ao menos um sacerdote, igrejas como a de Bruxelas, a que compramos ultimamente em Londres, a que foi colocada à nossa disposição em Marselha, escolas, quatro seminários.

Carmelos se abrem e já enxameiam. As comunidades de religiosos e de religiosas, criadas desde uma quinzena de anos ou mais e que aplicam estritamente a regra das ordens de que dependem, regurgitam de vocações, é preciso sem cessar ampliar os alojamentos, construir novos edifícios. A generosidade dos católicos fiéis não deixa de maravilhar-me, particularmente na França.

Os mosteiros são centros de irradiação, para aí se dirigem em grande número e freqüentemente de muito longe; jovens extraviados pelas ilusórias seduções do prazer e da evasão sob todas as suas formas aí encontram seu caminho de Damasco. Ser-me-ia preciso citar todos os lugares onde se conserva a verdadeira fé católica e que por esta razão atraem: Le Barroux, Flavigny sur Ozerain, La Haye-aux-Bonshommes, as beneditinas de Alès, de Samairé, as irmãs de Fanjeaux, de Brignoles, de Pontcallec, as comunidades do padre Lecareux.

Viajando muito, eu vejo claramente por toda a parte a mão de Cristo que abençoa a sua Igreja. No México, o povo humilde expulsou das igrejas o clero reformador conquistado pela pretensa teologia da libertação, o qual queria retirar as estátuas de santos. “Não são as estátuas que partirão, sois vós”. As condições políticas nos impediram de fundar uma casa no México; é dum centro instalado em El Paso, na fronteira dos Estados Unidos, que irradiam os sacerdotes fiéis. Os descendentes dos Cristeros lhes fazem festa e lhes oferecem suas igrejas. Eu administrei ali 2.500 confirmações, chamado pela população.

Nos Estados Unidos, os jovens casais com numerosos filhos vão ter com os padres da Fraternidade. Em 1982 ordenei neste país os três primeiros sacerdotes formados inteiramente nos nossos seminários. Os grupos tradicionais se multiplicam, enquanto que as paróquias se degradam. A Irlanda que havia permanecido refratária às novidades, fez sua reforma desde 1980, altares foram lançados nos rios ou reutilizados como material de

¹⁸ LA REFORMA LITURGICA, Edizioni Liturgiche, Roma.

construção. Simultaneamente se formavam grupos em Dublin e em Belfast. No Brasil, na diocese de Campos, da qual já falei, a população ficou agrupada em torno dos padres excluídos de suas paróquias pelo novo bispo; desfiles de 5.000, 10.000 pessoas percorreram as ruas.

É portanto o bom caminho que nós seguimos; a prova está aí, a árvore se reconhece pelos seus frutos. O que fizeram clérigos e leigos apesar da perseguição do clero liberal — pois, dizia Luis Veuillot “nada há mais sectário do que um liberal” — é quase miraculoso.

Não vos deixeis iludir, caros leitores, pelo termo “tradicionalista” que se tenta fazer tomar em mau sentido. É de certo modo um pleonasma, pois não vejo o que pode ser um católico que não fosse tradicionalista. Creio tê-lo demonstrado neste livro, a Igreja é uma tradição. Nós somos uma tradição. Fala-se também de “integrista”; se se entende com isto o respeito da integridade do dogma, do catecismo, da moral cristã, do Santo Sacrifício da Missa, então sim nós somos integristas. Mas eu não vejo como possa ser católico quem não fosse integrista neste sentido.

Escreve-se também que minha obra desaparecerá depois de mim, porque não haverá bispos para substituir-me. Estou certo do contrário, não tenho inquietação alguma. Posso morrer amanhã, o Bom Deus tem todas as soluções. Encontrar-se-ão pelo mundo, eu o sei, bispos suficientes para ordenar nossos seminaristas. Mesmo se ele se cala hoje em dia, um ou outro destes bispos receberia do Espírito Santo a coragem de se erguer a seu turno. Se minha obra é de Deus, Ele saberá mantê-la e fazê-la servir ao bem da Igreja. Nosso Senhor no-lo prometeu: as portas do inferno não prevalecerão contra ela.

É por isso que eu me obstino, e se quereis conhecer a razão profunda desta obstinação, ei-la. Eu não quero, na hora de minha morte, quando Nosso Senhor me perguntar: “Que fizeste de teu episcopado, da tua graça episcopal e sacerdotal?” ouvir de sua boca estas palavras terríveis: “Tu contribuístes para destruir a Igreja com os outros.”

4 de julho de 1984

ÍNDICE

I – Porque os católicos estão perplexos?	5
II – “Estão mudando nossa religião”	8
III – Missas ou quermesses?	13
IV – A Missa de sempre e a missa “ao sabor do vento”	16
V – “Vocês são retrógrados”	21
VI – O novo batismo, o novo casamento, a nova penitência, a nova extrema-unção.....	25
VII – Os novos padres	31
VIII – Do catecismo Holandês a “Pierres Vivantes”	35
IX – A nova teologia.....	40
X – O ecumenismo	43
XI – A liberdade religiosa	46
XII – Os camaradas e os irmãos.....	50
XIII – Liberdade religiosa, Igualdade colegial, Fraternidade ecumênica.....	55
XIV – “Vaticano II, é o 1789 na Igreja”	60
XV – Conúbio da Igreja com a Revolução	65
XVI – O neo-modernismo ou “Pierre Vivantes” em ruínas.....	68
XVII – Que é a Tradição?	73
XVIII – A verdadeira obediência	76
XIX – As sanções romanas contra Ecône.....	80
XX – A Missa dita “de S. Pio V”, Missa de sempre	84
XXI – Nem herege nem cismático	87
XXII – As famílias devem reagir.....	91
XXIII – Construir, não destruir.....	94